

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
VICISSITUDES HISTÓRICAS E BUSCA DE UMA IDENTIDADE

AUTOR: MÁRCIO ROBERTO PEREIRA TANGERINO
ORIENTADOR: SALVADOR A. M. SANDOVAL

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Márcio Roberto Pereira Tangerino e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____/____/____.

Assinatura.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA

CAMPINAS
2004

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

Bibliotecária: Gilденir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

T156p	<p>Tangerino, Márcio Roberto Pereira. Pontifícia Universidade Católica de Campinas: vicissitudes históricas e busca de uma identidade / Márcio Roberto Pereira Tangerino. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.</p>
	<p>Orientador : Salvador Antonio M. Sandoval. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p>
	<p>1. Educação. 2. Sociedade. 3. Igreja católica. 4. Universidades e faculdades. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p>
	04-034-BFE

Para Marli, cuja presença e incentivo,
carinho e ternura tornaram possível este
trabalho. Com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e amigo Salvador Sandoval, pela orientação segura e pelo incentivo.

À Marli, esposa e companheira querida, pelo difícil trabalho de digitação e correção, mas sobretudo pela compreensão e ajuda nos momentos difíceis pelos quais passei.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela bolsa de auxílio à pesquisa concedida por tempo parcial deste trabalho.

Ao professor Marcel Dantas de Campos, secretário-geral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por nos ter possibilitado livre acesso às Atas do Conselho Universitário, auxiliado na localização e interpretação de dados mais complicados, além da sempre pronta disponibilidade.

Ao Mário Maróstica, secretário-geral adjunto, por nos ter dado condições de trabalho de pesquisa junto à Secretaria-Geral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ao José Daniel, da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, pela atenção e fornecimento dos dados sobre as condições econômicas e área construída da Universidade.

À minha família, pelo carinho e compreensão por minhas ausências ao longo deste período.

Aos amigos Ferraro, Silvana, Izalene, Carmen, Nadai, Benedetti, Adoniram e Luísa, Admir e Zezé, Denilson e Valéria, Márcia e Sérgio, Izelda e Will, que acompanharam com interesse o desenvolvimento deste trabalho.

A Gislaine, Vanda, Nadir e Rita, da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, pelas informações precisas e pelo pronto atendimento ao longo destes anos.

Ao professor Luiz Roberto Benedetti e à professora Patrícia Piozzi, pelas sugestões dadas no exame de qualificação.

Ao professor Maurício Ceolin, presidente da APROPUC, pelas informações e conversas esclarecedoras.

À Cleo, da APROPUC, pela ajuda na busca de materiais do arquivo da entidade.

A Maria Fernanda M. Barreto, por ter-nos cedido cópia do "Histórico do Instituto de Psicologia", trabalho de sua autoria e de Geraldo Fiamenghi Júnior.

A Márcia Reame, pela correção da tese segundo os padrões da ABNT.

Ao professor Arnaldo Lemos, pela atenção e pelo fornecimento de dados sobre a Carreira Docente da PUC-Campinas.

À professora Maria Salete Trujillo, por nos permitir as pesquisas em Revistas da Universidade Católica de Campinas

Ao amigo Denilson de Lacerda, pela sempre pronta ajuda nos momentos em que “o computador” nos levava a “nocaute”.

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a Universidade Católica. Suas relações com a Igreja e com a sociedade provocam mudanças, exigidas pela legislação estatal e pela necessidade de adaptação às demandas de mercado, afetando diretamente o seu caráter católico expresso nos documentos oficiais. As contradições, conflitos e impasses dessas relações são analisados num caso específico, o da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que vem passando por mudanças estruturais desde o ano de 1996. A justificativa para essas mudanças é a adequação da Instituição à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9493/96 – e também ao documento *Ex Corde Ecclesiae*, do papa João Paulo II. Como as mudanças são processuais, o trabalho enfoca o papel desempenhado pelos agentes sociais envolvidos, sejam eles coletivos ou individuais.

ABSTRACT

This thesis consists of a study of the Catholic university. The relationships of this latter with the church and with society bring about changes required by the civil legislation and by the need to adapt to the demands of the market. This set of factors directly affects the university's Catholic character expressed in its official documents. The contradictions, conflicts and impasses surrounding these relationships are analyzed in a specific case, that of the Catholic University of Campinas, Brazil, which has been undergoing structural changes since 1996. The justification for these changes is to adapt the institution to the Brazilian Federal Act on Educational Guidelines and Bases (Law nº 9493/96), as well as to the document *Ex Corde Ecclesiae*, issued by Pope John Paul II. Since such changes are procedural, this thesis focuses on the role played by the social agents involved, both collective and individual.

Sumário

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	7
A UNIVERSIDADE CATÓLICA: NASCIMENTO E DOCUMENTOS OFICIAIS DA IGREJA	7
1. Um pouco da história	8
1.1. O nascimento da Universidade na Idade Média.	8
1.2. O Nascimento da Universidade Católica no Brasil.....	10
2. Os Documentos Oficiais da Igreja e as Universidades.	12
2.1. O Concílio Vaticano II (1962-1965).....	12
2.2. O Documento de Medellín (1968).....	13
2.3. O Documento de Puebla (1979)	15
2.4. O Documento de Santo Domingo (1992).....	17
2.5. O Documento de Buga (1967)	21
2.6. A Constituição Apostólica <i>Ex Corde Ecclesiae</i> (1990)	25
CAPÍTULO II	29
A PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS: ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO	29
1- As Faculdades Campineiras	29
2- A Universidade de Campinas	35
3- A Universidade Católica de Campinas	40
3.1- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Universidade Católica:	47
3.2- A Universidade Católica de Campinas e a crise dos anos 60	50
3.3- A Universidade Católica de Campinas: a expansão e a crise do final dos anos 70	64
CAPÍTULO III	69
A DEMOCRATIZAÇÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	69
1- O Contexto Sociopolítico Brasileiro	69
2- O Pontificado de João Paulo II e o Recuo das Pastorais Sociais da Igreja no Brasil.....	71
3- A Igreja Católica em Campinas	72
4- As Prévias Eleitorais de 1984.....	74
5- As Prévias Eleitorais de 1988.....	83
5.1- O Programa da Chapa “Qualidade e Compromisso Social” e as Eleições	88
6- As prévias eleitorais de 1992.....	90
7- Um Balanço das Prévias de 1984 a 1992.....	97
7.1- A Universidade Católica e o Aprofundamento da Crise	98
CAPÍTULO IV	107
O PROCESSO DE FECHAMENTO INSTITUCIONAL	107
1- As Eleições de 1996.....	107
1.1- Visita do Arcebispo ao CONSUN.....	107
1.2- Os preparativos para as prévias.....	109
1.3- A inscrição dos candidatos e as prévias eleitorais (1996)	124
1.4- As eleições no CONSUN (Conselho Universitário) – 12.12.96	133
1.5- A Portaria nº 001/96 e seus desdobramentos.....	136
2- A PUC Campinas no contexto da nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394/96	140

CAPÍTULO V	149
A REESTRUTURAÇÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	149
1- As leis da sobrevivência: entre o projeto e o mercado	149
2- A PUC-Campinas: mudança de rumo	156
2.1- As eleições para Diretor e Vice-Diretor de Faculdades e Institutos	161
2.2- A Reforma Organizacional	166
2.3- A Nova PUC-Campinas	179
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	193

INTRODUÇÃO

O que nos moveu na direção de pesquisar a Pontifícia Universidade Católica de Campinas foram as mudanças que nela começaram a ser implementadas a partir do ano de 1996.

Essas mudanças se deram no âmbito organizacional, na gestão econômico-financeira, na reforma curricular de todos os seus cursos, na alteração do Estatuto da Sociedade Mantenedora, bem como nos Estatuto e Regimento da Universidade.

A relevância de se estudar uma Universidade como a PUC-Campinas se justifica, de um lado, por seu porte – contando em 2003 com 22.000 alunos matriculados nos diversos cursos de graduação; aproximadamente 500 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação, possuindo em torno de 1000 docentes e número semelhante de funcionários. De outro lado, os formados nesta Universidade atuam no setor de educação (parte significativa dos professores da rede pública e de escolas particulares são formados por esta instituição), nas empresas, indústrias e hospitais da região, também nos pólos de pesquisas e setor de serviços.

Numa realidade como a da região de Campinas, altamente desenvolvida, mas, contraditoriamente, com todos os problemas sociais das grandes metrópoles dos países pobres ou em desenvolvimento, desemprego, favelas, violência urbana, sistema de saúde precário, sistema de transporte público ineficiente, pesquisar a Universidade se faz, a nosso ver, mais que necessário.

Uma das peculiaridades da cidade de Campinas é que a mesma se transformou num avançado centro de pesquisa.

O sistema científico e tecnológico, responsável por expressiva concentração de recursos humanos qualificados, é composto por duas universidades, UNICAMP e PUC-Campinas, o Instituto Nacional de Tecnologias da Informação (ITI), ex-CTI, a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC), o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI), o Instituto Tecnológico para Alimentos (ITAL), o Instituto Biológico de Campinas (IB), o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Fundação Tropical de Pesquisa e Tecnologia André Tosello e o Observatório de Capricórnio. (CAIADO et al., 2002, p. 113-4).

Mas estudar a PUC-Campinas se tornou uma tarefa demasiadamente complexa. Estudá-la a partir de quê?, quais os aspectos mais relevantes?, qual recorte histórico a ser feito?

Poderíamos, entre tantos caminhos, ter optado por um estudo que tentasse dimensionar, a partir dos cursos em funcionamento, as relações existentes entre o mercado e a Universidade. Quando os cursos foram criados, o perfil dos profissionais ali formados, as relações entre as empresas e o financiamento de pesquisas, a abertura de vagas para estagiários, a acomodação de profissionais qualificados nestas empresas, etc.

Outro caminho seria estudar o impacto dos serviços que a Universidade presta à comunidade. O atendimento à população carente através do Hospital Celso Pierro, da Faculdade de Odontologia, de Psicologia, entre outras. Ainda, a assessoria que algumas Faculdades dão à prefeituras dos municípios da região, além dos trabalhos de extensão efetuados pelas várias unidades da Universidade, além dos professores e professoras que estão trabalhando na rede de educação pública ou particular.

No entanto, optamos por outro caminho ainda. Um caminho que não ficasse preso apenas a uma análise institucional, que enfocasse a instituição como simples reflexo de estruturas sociais e econômicas determinadas, deixando de lado a ação constitutiva da história perpetrada pelos agentes da comunidade universitária.

Nesse sentido, numa análise dialética, sem perder de vista o movimento da sociedade como um todo e o da Igreja Católica em particular, nos debruçamos sobre

momentos históricos que mobilizaram a comunidade universitária, buscando entender as motivações dos agentes envolvidos e as transformações pelas quais passavam a PUC-Campinas, processo que ainda está em andamento.

Porém, isso se mostrou muito complicado. Ao pesquisar um processo em andamento, percebemos que havia muito receio por parte da direção da Universidade em nos permitir acesso a informações que considerávamos importantes, havia mágoa na fala das pessoas prejudicadas pelas mudanças em curso, mas, sobretudo, pairava no ar um certo medo, por parte de professores e funcionários, de falar sobre as transformações já ocorridas na Universidade.

Fizemos pesquisas nos arquivos de Bibliotecas da PUC-Campinas, na Secretaria Geral, conversamos informalmente com professores e alunos. Isso se mostrou um trabalho hercúleo, sobretudo para um professor horista que, dando mais de 20 horas-aula semanais, teve que se desdobrar entre a pesquisa, estudo das obras teóricas e a redação da tese. O que nos fez ficar – entre outras coisas, talvez mais fundamentais – contra a atual política de capacitação de professores determinada pelo Ministério da Educação. A redução de tempo para o Mestrado e o Doutorado e a atual política de concessão de bolsas de estudo nos parecem excessivamente limitadoras da pesquisa.

Vamos ao que fizemos.

No capítulo I apresentamos os estudos sobre a origem da Universidade no seio da Igreja Católica, bem como a criação das Universidades Católicas no Brasil, mostrando em que contexto socioeconômico-cultural e eclesial isso se deu.

Em seguida apresentamos os estudos sobre os Documentos da Igreja no que se referem às Universidades Católicas, partindo do Concílio Vaticano II, passando pelas Conferências Episcopais da América Latina, Medellín, Puebla e Santo Domingo. Foi dada ênfase especial aos documentos de Buga e *Ex Corde Ecclesiae*, do Papa João Paulo II, pois ambos foram produzidos com a temática exclusiva: Universidade Católica.

No capítulo II refizemos a trajetória histórica da PUC-Campinas. Partimos de seu nascimento, em 1941, quando foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, logo em seguida a criação da Faculdade de Economia, formando as Faculdades Campineiras. Em 1955, depois da criação de novos cursos foi fundada a Universidade de

Campinas. Um ano depois o Vaticano estende à Instituição o reconhecimento canônico e o título de Católica.

Em 1972, a Universidade Católica de Campinas recebe do Papa Paulo VI o título de Pontifícia, condição em que permanece até hoje.

Estudamos nesse capítulo também a forma como a Universidade se estrutura, suas relações com o Estado, a crise interna e externa do final dos anos de 1960, a expansão nos anos 1970 até uma nova crise interna no final dessa mesma década.

O capítulo III enfoca o período da democratização da Universidade, as prévias eleitorais (para a Reitoria) de 1984, 1988 e 1992. Aqui o foco recai sobre os agentes desse processo, a Associação dos Professores da PUC-Campinas, a Associação de Funcionários, o Diretório Central dos Estudantes, o Colégio Eleitoral e o arcebispo metropolitano de Campinas e também grão-chanceler da Universidade, D. Gilberto Pereira Lopes.

Ali, também mostramos como os professores e grupos políticos atuantes dentro da Universidade, mas também através de funcionários, se movem. Como o contexto mais amplo da sociedade brasileira, e também a situação interna da Igreja Católica, influenciavam esse movimento.

Esse capítulo aponta também como o grão-chanceler, respaldado por uma decisão da Assembléia Diocesana da Igreja de Campinas, em 1992, favorável a que a Igreja permanecesse com o controle sobre a Universidade Católica, aguardou o momento propício para uma intervenção mais direta e eficaz sobre esta Instituição de ensino.

No quarto capítulo mostramos como se deu o recuo institucional da Universidade. Os preparativos para as prévias de 1996, sua realização, a não-observância por parte do Colégio Eleitoral dos resultados das prévias, a escolha por parte do grão-chanceler do Pe. José Benedito de Almeida David e a edição da Portaria 001/96, que retirava da Reitoria as decisões econômicas da Universidade.

Já no quinto e último capítulo mostramos as mudanças pelas quais a PUC-Campinas vem passando. As mudanças nos Estatutos da Sociedade Mantenedora e da Universidade, a reforma organizacional – a criação dos Centros Universitários, a extinção das Vice-Reitorias Acadêmica e Administrativa, a criação das Pró-Reitorias – o saneamento econômico e o investimento em infra-estrutura.

Aqui mostramos a resistência da APROPUC e professores em relação a algumas mudanças, sobretudo porque feitas sem a participação da comunidade acadêmica. As polêmicas geradas em torno desse processo envolveram também os diretores de Faculdades.

A conclusão a que chegamos, ainda que provisória, visto que as mudanças pelas quais passa a PUC-Campinas ainda estão em processo, é a de que, para compreendermos a Universidade Católica, é preciso inseri-la num quadro referencial que envolve a Igreja Católica e a sociedade. Tanto a legislação do Estado referente à Educação quanto as orientações dos documentos da Igreja interferem diretamente na estrutura organizacional desse tipo de universidade (confessional e comunitária). Mas, mostramos também que não podemos desprezar os papéis que desempenharam os vários agentes sociais.

CAPÍTULO I

A UNIVERSIDADE CATÓLICA: NASCIMENTO E DOCUMENTOS OFICIAIS DA IGREJA

Queremos mostrar neste primeiro capítulo como a Universidade Católica é pensada nos documentos oficiais da Igreja, sejam eles emanados de uma conferência de bispos, de seus representantes ou do próprio papa. Falar de universidade, aliás, é falar da Igreja, visto que desde seus primórdios estavam umbilicalmente ligadas. Porém a Universidade, quando de seu nascimento, na Idade Média, era animada por outro “espírito”, menos pragmático, mais preocupado com a perpetuação de um saber universal e com um extremo rigor na formulação de conceitos teóricos embasados na racionalidade lógico-filosófica (cf. ULLMANN, 1994). Quanto à sua estruturação, organização, os modelos do medievo são múltiplos e diferentes entre si e também diferentes quando comparados com os atuais modelos (cf. ULLMANN, 1994).

Faremos aqui um breve esboço histórico da realidade em que a Universidade Católica nasceu na Idade Média e depois como se deu o seu nascimento no Brasil; em seguida, analisaremos como ela aparece nos principais documentos de referência da América Latina e do Brasil. Partiremos do Concílio Vaticano II, de caráter universal, e depois analisaremos os três documentos do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), pelo significado que tiveram e têm historicamente, quais sejam, Medellín, Puebla e Santo Domingo. A explicitação dos conteúdos desses documentos será sempre

acompanhada por uma rápida ilustração do contexto socioeconômico-político e eclesial que os envolveram em suas respectivas gêneses.

Por último faremos algumas considerações sobre o Documento de Buga e da Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas, *Ex Corde Ecclesiae*, do papa João Paulo II, e mostraremos alguns dos impasses que as universidades católicas enfrentam hoje para distinguir seu perfil institucional e se diferenciar das demais universidades particulares.

1. Um pouco da história

1.1. O nascimento da Universidade na Idade Média.

Quando pensamos a forma de estruturação da Igreja desde seus primórdios até chegarmos à Idade Média, do cristianismo primitivo, imberbe, perseguido pelo império romano – uma seita constituída por escravos e pelo proletariado urbano, para usar uma expressão de Rosa de Luxemburgo (1981) – passando pelo Edito de Milão (ano de 313), proclamado pelo imperador Constantino, que concedia aos cristãos igualdade de direitos com outras religiões e, finalmente, com o imperador Teodósio a proibição de todo culto pagão no império romano (ano de 391), vamos ter, na prática, o cristianismo como religião oficial do império (cf. FRÖHLICH, 1987, p. 31-30).

Essa trajetória, que corresponde ao processo de institucionalização da religião cristã, sua burocratização num corpo hierárquico, que terá no sacerdócio o monopólio da verdadeira interpretação das escrituras, tem como coroamento sua união com o Estado romano. Desde então começa a se delinear o que os historiadores denominam a *crístandade medieval*, na qual os interesses do Estado se confundirão com os interesses da Igreja Católica. Ser cristão é nascer dentro das fronteiras de um Estado cristão, é pensar de acordo com uma visão de mundo hegemônica, forjada pela própria Igreja e pelas instituições controladas por ela, tais como hospitais e escolas, em que não há espaço para contestações. O inimigo está além das fronteiras territoriais do império – é o pagão que precisa ser convertido (cf. TANGERINO, 1997, p. 83).

Nesse novo tempo era necessário dar contornos sólidos à nova sociedade que nascia:

Germinam e nascem, nesse período, a cultura e a civilização européias, nascidas da matriz cristã. Não andamos longe da verdade, ao dizermos que o medievo não foi, propriamente, uma ‘idade intermediária’, mas uma idade inicial, uma época de formação. Começa, ali, um novo mundo espiritual, por iniciativa da Igreja, um universo estruturalmente cristão, sem menosprezo dos valores do Oriente, do germanismo e da romanidade (ULLMANN, 1994, p. 23).

Diante da queda do império e do declínio da educação, o cristianismo organizará o ensino em vista dos objetivos da Igreja, de sua expansão, de sua consolidação, e mais, o ensino sendo em latim permitia à Igreja e ao Estado se entenderem numa mesma língua, formando uma base cultural comum, sobretudo entre aqueles que tinham acesso à educação. Na Idade Média, muito antes da criação das universidades, deparamo-nos com quatro tipos de escolas: as monacais (do Ocidente e do Oriente), voltadas para vida religiosa, formação do clero, constitutivas de congregações religiosas ou ainda com a finalidade de formar copistas que se dedicariam a copiar manuscritos; as presbiterais ou paroquiais, que recebiam meninos – na zona rural – com intuito de educá-los seguindo as diretrizes do cristianismo (nessas escolas podiam estudar tanto os vocacionados para a vida religiosa como os leigos); as episcopais, que se situavam junto às sedes episcopais e tinham como finalidade a formação de padres, e as escolas palatinas, que situadas junto aos palácios educavam os filhos da corte e de toda a nobreza (cf. ULLMANN, 1994, p. 23-35).

Ullmann (1994, p. 35) se pergunta ainda por que a Igreja mostrou interesse pelas escolas, e se a mesma não deveria estar preocupada apenas com a salvação das almas. Ao que o mesmo responde: "Não é difícil responder à questão: para poder manter-se, propagar a sua doutrina e assegurar o exercício do culto, a religião cristã exige um mínimo de cultura. Num ambiente totalmente bárbaro, o cristianismo não sobreviveria".

Isso explica por que desde o início da Idade Média a Igreja se preocupou com a questão da educação. Nesse sentido, só podemos falar de cristandade porque a cultura cristã alicerçou o mundo medieval, deu a justificação ideológica para as bases econômicas do feudalismo se desenvolvendo como a “cultura por excelência”.

As universidades nascem das escolas num ambiente cultural muito rico, influenciado também pela cultura árabe.

1.2. O Nascimento da Universidade Católica no Brasil

É ampla a literatura que analisa as relações entre Igreja e Estado no Brasil¹. Sabemos, pois, que desde a chegada dos portugueses ao Brasil até o ano de 1889, quando se deu a proclamação da República, essas relações foram consonantes. Através do acordo do “padroado régio”, em troca de garantir o monopólio religioso do catolicismo no Brasil a coroa portuguesa detinha amplos poderes sobre a instituição Igreja Católica. Essa união, com raros momentos de conflitos, permaneceu quase que inalterada mesmo depois da independência do Brasil em relação a Portugal.

Dado o caráter positivista da 1ª Constituição Republicana de 1891, foi consagrada na Carta Magna do país a separação entre Estado e Igreja. Todos os privilégios que a Igreja possuía foram abolidos. Os padres deixavam de ser subvencionados pelo Estado, o casamento religioso perdia efeito civil, as escolas católicas perderam subsídios, os cemitérios passaram para a administração pública, entre outros.

Nessas circunstâncias havia dois caminhos diferentes que podiam ser percorridos. Um, aquele preconizado pelo padre Júlio Maria, que indicava uma aproximação da Igreja junto com o povo. Outro, aquele que, de fato, a Igreja seguiu nas décadas seguintes, qual seja, o de recuperar os privilégios que havia perdido. O artífice dessa empreitada foi reconhecidamente o cardeal Leme.

Desde quando era bispo de Olinda e Recife, de 1916 a 1921, D. Sebastião Leme advogava a necessidade de a Igreja evangelizar as elites da sociedade brasileira, no intuito de influenciar a totalidade da população brasileira, “de cima para baixo”. Quando foi transferido para a arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1921, como coadjutor do cardeal Arcoverde, pôde pôr em prática aquilo que intencionava.

A criação, em 1922, do centro D. Vital, com a finalidade de formar uma *intelligentsia* católica; depois, na década de 30, a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e também dos Círculos Operários, em 1932, mais a promulgação dos Estatutos da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, somada ao fato de que, por influência direta da

¹Ver principalmente HOORNAERT, Eduardo et al.. *História da Igreja no Brasil – primeira época*, 1979.

LEC, a Constituição de 1934 restituía à Igreja todos os privilégios que a mesma havia perdido por ocasião da proclamação da República, isso tudo praticamente culminava no processo de restauração católica.

Acontece que, expressa nos ideais dos representantes da Igreja, clérigos ou não, estava a idéia de se fundar no Brasil uma Universidade Católica. Preocupação que estava presente em Cândido Mendes de Almeida em 1866 (cf. EVANGELIZAÇÃO E PASTORAL DA UNIVERSIDADE. Estudos da CNBB, nº 56, p. 35) e que se renovou em discurso de D. Leme em 1916.

Efetivamente, depois de muitas tentativas anteriores, só em 1940 foi fundada a PUC do Rio de Janeiro (reconhecida como universidade em 1946) e, em 1946, fundada a PUC de São Paulo². Portanto, desde seu embrião, a universidade católica está vinculada ao projeto de restauração católica, à defesa da fé cristã – num mundo que se secularizava rapidamente e que, com a proclamação da República, ganhava contornos laicizantes e anticlericais.

Na opinião do sociólogo Luiz Roberto Benedetti (2000, p. 6), a PUC de São Paulo se opõe ao modelo francês da Universidade de São Paulo. Enquanto esta encarnava uma proposta vanguardista (iluminista/racional) de ser meio decisivo para a transformação da sociedade, a PUC advogava um papel apologético, de defender a Igreja e a religião em meio a um campo específico (a cultura superior). Pensava-se a sociedade num modelo de civilização cristã, uma neocristandade.

Podemos afirmar que, de fato, as Universidades Católicas do Brasil começam a nascer quando o contexto sociopolítico-econômico e eclesial que as ensejara estava começando a ruir.

O fim da 2ª Guerra Mundial, o processo de industrialização e a rápida urbanização da região sudeste do Brasil, lançaram à Igreja novos desafios que irão marcá-la profundamente na década de 50. O avanço do protestantismo, a formação de uma classe operária mais numerosa e consistente, a multiplicação dos problemas sociais no campo e nas cidades exigirão da Igreja uma nova postura.

² Para um aprofundamento neste assunto ver o excelente trabalho de CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e restauração da Igreja*, 1995.

As respostas aos novos desafios vêm da mudança de orientação da Ação Católica (que abandona o modelo italiano e assume o belgo-francês) e da fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952 (o que dará uma unidade de ação o episcopado brasileiro). Isso permitirá, não uma ação monolítica, mas coordenada, no sentido de responder aos problemas que a realidade colocava.

Muitas inovações pastorais foram feitas ao longo da década de 50, o que não vem ao caso analisar agora, e podemos afirmar que tiveram uma conotação política bastante acentuada, principalmente no que se refere às ações dos vários segmentos da Ação Católica, com destaques para a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Também não podemos ignorar as inovações pastorais de setores do episcopado que objetivavam atenuar os problemas sociais de parcelas consideráveis da sociedade brasileira.

São essas experiências, somadas às inovações eclesiológicas e teológicas do Concílio Vaticano II (1962-1965), mais as assembléias do CELAM em Medellín (1968), na Colômbia, que abriram a brecha histórica que permitiu, no Brasil e em outros países da América Latina, o nascimento de uma Igreja Popular, não desprezando aqui o fato de muitos países do continente se encontrarem, naquele momento histórico, sob ditaduras militares. Ao contrário, isso teria ajudado a forjar uma unidade de ação da Igreja, especialmente no Brasil. Mas, e a Universidade Católica?

Neste ponto é interessante observarmos o que os documentos oficiais da Igreja afirmavam a respeito da mesma. Será que a alteração de contexto sociopolítico-econômico e eclesial teria provocado mudanças substanciais na percepção daquilo que ela acreditava ser seu papel nessa nova conjuntura?

2. Os Documentos Oficiais da Igreja e as Universidades.

2.1. O Concílio Vaticano II (1962-1965).

Se o Concílio Vaticano II trouxe uma série de mudanças no sentido de adaptar a Igreja aos desafios do mundo moderno, entre as quais o diálogo respeitoso com o ateísmo, a afirmação do sacerdócio comum dos fiéis e a compreensão da Igreja como

sendo todo o povo de Deus – no que se refere às universidades católicas não há nele nada que mereça ser destacado como uma novidade que se sobressaia no conjunto de seus documentos.

O documento conciliar que trata da universidade católica é a Declaração “*Gravissimum Educationis*”. Nele, nos parágrafos 1.523 a 1.530, observa-se a preocupação da Igreja em relação à mesma. Afirma-se a necessidade da autonomia das ciências, dos métodos próprios de cada uma delas, da liberdade de pesquisa e que a fé e razão colaboram para uma só verdade (cf. § 1.523).

No parágrafo seguinte prescreve que todas as Universidades Católicas, se não tiverem uma Faculdade de Teologia, tenham ao menos um Instituto ou cátedra de teologia. Salienta também o fomento à pesquisa:

Uma vez que as ciências progridem sobretudo por investigações especiais de mais alta importância científica, fomentem-se no máximo nas Universidades e Faculdades católicas os Institutos que se destinam primariamente a promover a investigação científica (cf. § 1.524).

Fala ainda da necessidade de acompanhamento espiritual dos estudantes, tanto daqueles que estudam nas universidades católicas quanto nas não confessionais. Aponta também para a necessidade de cooperação mútua entre as várias ciências.

Na Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, § 399, afirma-se: “Deve-se, portanto, tender a que os homens, cujas forças de inteligência o possibilitem, possam elevar-se aos estudos de nível superior [...]”. Isso, porém, não implica nenhuma exigência específica no sentido de que a universidade católica tenha que colocar esse problema como sendo seu.

2.2. O Documento de Medellín (1968)

Da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade colombiana de Medellín no ano de 1968, resultou o documento denominado *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*, mais conhecido como Documento de Medellín.

Aqui chama a atenção a denominada opção preferencial pelos pobres:

A ordem específica do Senhor de evangelizar os pobres deve levar-nos a uma distribuição de tal dos esforços e do pessoal apostólico que se dê preferência efetiva aos setores mais pobres, necessitados e segregados por um motivo ou outro, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que se vêm realizando neste sentido (DOCUMENTO DE MEDELLÍN, cap. 14, item III, nº 9).

Como veremos abaixo a opção da Igreja pelos pobres era estimulada por uma cuidadosa análise da realidade. Os bispos apontavam para o fenômeno da pobreza utilizando como termo de análise as ciências do social, notadamente a Sociologia e a Economia. Essa novidade apontava para diferenças significativas entre a realidade dos países latino-americanos e a dos países desenvolvidos. Assessorados por teólogos progressistas, depois denominados como artífices da Teologia da Libertação, os bispos apontavam para as gritantes desigualdades sociais de nossa realidade. Embasados na sociologia, com tônica na teoria da dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (cf. CARDOSO, & FALETTO, 1984), os mesmos bispos mostravam que a pobreza e miséria da América Latina não eram apenas uma etapa no desenvolvimento econômico de nossos países, mas sim fruto de uma relação de interdependência entre economias periféricas e economias centrais, as primeiras produtoras de produtos agrícolas e matérias-primas, exploradas pelas segundas, produtoras de tecnologias. Nas palavras dos bispos essa realidade aparecia assim descrita:

Lembremos mais uma vez que o momento histórico atual de nossos povos se caracteriza, na ordem social e do ponto de vista objetivo, por uma situação de subdesenvolvimento, revelada por fenômenos maciços de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural em relação às metrópoles industrializadas que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência (Neocolonialismo – DOCUMENTO DE MEDELLÍN, cap. 10, item I, nº 2).

No documento também aparecem as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como sendo uma nova forma de estruturação da Igreja (cf. DOCUMENTO DE

MEDELLÍN, cap. 15, item III, nº 10), mas sobre as Universidades Católicas não encontramos nada além de referências esparsas.

No capítulo 2, chamado *PAZ*, encontramos, no item III, nº 25, a seguinte afirmação: “Procurar que em nossos colégios, seminários e universidades se forme um sadio sentido crítico da situação social e se fomente a vocação do serviço”. Apela-se, nos parágrafos anteriores, para que tenhamos consciência de que a paz brota da justiça.

No capítulo 4, intitulado *EDUCAÇÃO*, encontramos mais algumas referências às universidades católicas. No item I, nº 6, aponta-se para a insuficiência do diálogo entre Teologia e as outras ciências. O item II, nº 21, lembra às universidades católicas que devem ser antes de tudo universidades, consagradas ao ensino e à pesquisa e que a busca da verdade deve envolver todos os alunos e professores. Neste mesmo item, no nº 30, encontramos a afirmação de que ao invés de criar novas universidades católicas a Igreja deve cuidar de melhorar as já existentes.

Seguindo o que a Igreja da América Latina denomina de uma orientação pós-conciliar, os bispos afirmam, no item III, nº 29, que no campo da educação não se pode contrapor escola confessional e não-confessional, particular e oficial, mas que deve haver colaboração de todos em “benefício da comunidade universal dos homens”.

Entendemos que aqui há uma novidade, a Igreja se percebe como uma instituição no mundo e ao seu serviço. Influenciados pelas orientações do Concílio, os bispos parecem abandonar o cunho apologético da defesa da fé católica, preocupados, no momento, mais com a problemática social.

2.3. O Documento de Puebla (1979)

Decorridos onze anos do Documento de Medellín, os bispos da América Latina voltaram a se reunir em assembléia, então, na cidade de Puebla, no México. Era o ano de 1979, início do pontificado do atual papa João Paulo II. A Igreja Popular parecia consolidada. No Brasil multiplicavam-se as CEBs. A Pastoral no Mundo do Trabalho (PMT) organizava os operários para lutar pelos seus direitos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) se fortalecia. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) conseguia suas primeiras vitórias na demarcação das terras indígenas. Apesar da combatividade dos setores mais

conservadores do episcopado, poucos acreditavam que a Igreja pudesse retroceder em relação à sua postura popular e progressista³.

Uma primeira e apressada leitura do documento intitulado “*A evangelização no presente e no futuro da América Latina*” (mais conhecido como Documento de Puebla), parecia confirmar a rota indicada pela Conferência de Medellín. A opção preferencial pelos pobres continuava saliente (cf. principalmente os parágrafos 733, 1.135, 1.136 e 1.137, entre outros), as CEBs apareciam amplamente enfatizadas (ver parágrafos 96 e 97, 629 e de 640 a 643), e a análise da realidade latino-americana parecia muito pertinente (cf. parágrafos 15 a 71).

Em relação à Universidade Católica, depois de uma breve análise sobre as universidades em geral, no parágrafo 1.059 temos:

Num mundo pluralista, não é fácil para ela manter a própria identidade. Ela cumprirá sua função, enquanto católica, descobrindo ‘o seu significado último e profundo em Cristo, na sua mensagem salvífica que abarca o homem em sua totalidade’ [...]. Enquanto universidade, procurará sobressair pela honestidade científica, pelo compromisso com a verdade, pela preparação de profissionais competentes para o mundo do trabalho e pela pesquisa de soluções para os problemas mais angustiantes da América Latina.

As idéias de honestidade e competência profissional para soluções de problemas são realçadas como fazendo parte da identidade da Universidade Católica e, no parágrafo 1.062, afirma-se que a mesma deve ter uma estrutura flexível para ofertar “cursos especializados”, “educação continuada para adultos” e “extensão universitária com oferta de oportunidades e serviços para marginalizados e pobres”.

Parece-me importante salientar aqui que, se a Universidade Católica não é o lugar dos pobres, pelo menos pode prestar-lhes serviços, ou ainda formar profissionais que respondam aos problemas “mais angustiantes da América Latina”, o que seria igual a dizer, e acredito que não estamos forçando uma interpretação própria pelo inteiro teor do documento, problemas ligados à pobreza e miséria no continente.

³ Em outros trabalhos mostramos em detalhes os limites da prática da Igreja Popular, seus problemas *extra e intra ecclesia*. Cf. TANGERINO, Márcio R. P. *A política da Igreja no Brasil*, 1997, e *Os impasses da prática política da Igreja Popular*, 1998.

A universidade, ligada aos desafios que a comunidade coloca, pensa os problemas sociais e busca soluções. Não se questiona a estrutura educacional da qual a universidade católica faz parte, não se questiona a elitização do ensino e oferecem-se “franjas” do saber aos mais pobres através de cursos de extensão universitária. De alguma forma, aceita as regras do jogo conclamando os jogadores a se esforçarem para responder aos problemas mais *angustiantes* que a realidade coloca.

2.4. O Documento de Santo Domingo (1992)

Aqui uma nova mudança de conjuntura havia se delineado. As ditaduras militares da América Latina foram caindo paulatinamente ao longo da década de 80. No Brasil, a sociedade civil organizada havia conseguido, ainda no regime militar, que este fizesse concessões, possibilitando maior participação democrática.

Em meados da década de 80 havia sido reconquistado o Estado de direito. As forças organizadas da sociedade haviam ampliado de forma significativa o campo de participação das classes populares na condução dos destinos do país. Novos partidos políticos, criação de centrais sindicais, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, eleições constituintes, enfim, os movimentos sociais obtiveram vitórias importantes nessa conjuntura.

No campo econômico, os Estados Unidos e Inglaterra começavam a impor ao mundo a vertente neoliberal. Opção que o Brasil só viria a fazer a partir dos anos 90, mas que já havia sido feita por outros países de nosso continente. Isso fez acentuar ainda mais, no âmbito mundial, a distância entre países pobres e ricos. De outro lado, o fim do socialismo real trazia consigo a falsa idéia de onipotência do capitalismo e realçava a “vocaçãõ” dos Estados Unidos em se imiscuir em problemas internos de outras nações, principalmente quando entendia que seus interesses estavam em jogo. Isso também desestabilizou os partidos de esquerda, que, sem um horizonte histórico palpável, faziam concessões diversas para continuar sobrevivendo.

Internamente, na Igreja, foi se consolidando um modelo mais centralizador. A política do papa João Paulo II colocava limites à ação da chamada Igreja Popular, freava a Teologia da Libertação, adotava novos critérios para a escolha de bispos, alterava a

natureza das Conferências Episcopais, cessava as novas experiências de formação dos seminaristas, instituía o Novo Código de Direito Canônico e fazia publicar o Novo Catecismo da Igreja Católica, entre outras coisas (cf. LIBÂNIO, 1884).

Em 1992, em Santo Domingo, realiza-se a 4ª Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano. O documento emanado dessa assembléia tem por título “*Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã*” (mais conhecido como documento de Santo Domingo) e tem como eixo fundamental, a nortear suas propostas, uma preocupação em definir uma identidade de Igreja para o novo século que se avizinhava. Desloca-se a ênfase das questões sociais para a questão da cultura. Não que as questões socioeconômicas deixem de ser abordadas, aliás, o documento contempla uma boa análise do neoliberalismo, mas a tônica está em uma “nova evangelização”, em acentuar e fazer encarnar os valores cristãos na cultura (ver 2ª parte, cap. III, nº 228 à 286).

Em relação à universidade católica, um único parágrafo a contempla diretamente, na 2ª parte, cap. III, nº 268. Este afirma que:

[...] o seu papel é especialmente o de realizar um projeto cristão de homem e, portanto, tem de estar em diálogo vivo, contínuo e progressivo com o Humanismo e com a cultura técnica [...]. Só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura emergente e para as novas estruturas sociais, como a dignidade da pessoa humana, os direitos invioláveis da vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço para o compromisso social, a solidariedade nos seus distintos níveis, o compromisso próprio de uma sociedade democrática, a complexa problemática econômico-social, o fenômeno das seitas, a velocidade da mudança cultural.

Como se observa, a exemplo dos documentos de Medellín e de Puebla, explicitam-se ainda as questões econômicas e sociais, mas a ênfase está na cultura, que é citada duas vezes: “cultura emergente” e “mudança cultural”. Interessante também, neste número, é a afirmação inicial – em referência à universidade – de que, “só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura e para as novas estruturas sociais” e, no elenco dos problemas, figurar “a liberdade religiosa”. Somado a isso, no final do parágrafo o “fenômeno das seitas” aparece dentro de uma “complexa problemática”. Problema para quem? Para a Igreja? Para a universidade católica?

Essa mudança de ênfase, das questões econômicas e sociais para os aspectos culturais da realidade, e aí a disputa pela hegemonia religiosa expressa na preocupação com o crescimento das seitas, reflete as tensões internas da Igreja, visto que não abandona a preocupação com a ordem econômica, mas a relativiza na medida em que a dilui em meio a uma multiplicidade de preocupações, com maior acento nas questões relativas à cultura.

Chama a atenção também o conteúdo expresso no número 276, ainda do Capítulo III:

Devemos também nos esforçar para que a educação católica escolar em todos os seus níveis esteja ao alcance de todos e não se veja restrita a alguns, mesmo em vista dos problemas econômicos que isso implica. Deve-se promover a responsabilidade da comunidade paroquial na escola e sua gestão. Pedimos que se garantam os recursos públicos destinados à educação católica.

Então o sistema educacional também serviria como meio de difusão da cultura católica e o Estado deveria subvencionar tal ação. A tentação de neocristandade reaparece com toda sua força. O Estado laico financiaria a “evangelização” promovida pela Igreja Católica, ajudando a difundir a cultura cristã dentro da perspectiva católica.

Enfim, no documento de Santo Domingo, denota-se claramente a crise de identidade que vive a Igreja Católica (crise que na verdade atinge todas as instituições sociais na chamada pós-modernidade) e a tentativa de se forjar uma nova identidade. A corrente da Igreja representada pelo papa João Paulo II aos poucos ia moldando um perfil eclesialista, mais voltado para as suas questões internas, evitando os temas centrífugos, realçando o institucional centrípeto.

Lendo os documentos do Concílio e os documentos do CELAM no que se refere às universidades católicas, acima explicitados, percebe-se que nem sempre há uma sincronia imediata entre as situações estruturais, ligadas à economia, sociedade e cultura, e as preocupações eclesiais, uma vez que estas filtravam e condicionavam a leitura que os bispos faziam daquelas realidades históricas. Se analisarmos com cautela, sobretudo os documentos de Medellín e Puebla, pois é ali que se enfatizavam mais as questões sociopolíticas e econômicas, e a pobreza e miséria recebiam especial atenção, a questão

das universidades católicas parece bastante marginal. Isso, talvez pela consciência de que as mesmas universidades estavam muito longe de se preocupar com a realidade ou ainda, somado a isto, pelo fato de que as universidades, sejam elas públicas ou particulares, confessionais ou não, não serem o lugar das classes populares.

Para fazer justiça, acreditamos que cabe uma outra interpretação em relação ao pouco espaço que a universidade católica mereceu no documento de Medellín. A reunião do CELAM nessa cidade colombiana, em 1968, havia sido precedida pela reunião da Comissão de Educação do CELAM, em 1967, em Buga, exatamente para se discutir a questão da Universidade Católica. O Documento de Buga, nesse sentido, seria a expressão do que a Igreja Católica pensava a respeito das Universidades Católicas (visto que um representante oficial do Vaticano se fizera presente).

Optamos por analisar esse documento ao final, para não ficarmos presos apenas a uma ordem cronológica e também para fazer um paralelo com a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* do papa João Paulo II, por haverem, ambos, se tornado marcos referenciais sobre o papel da universidade católica. Aqui, trata-se de dois contextos eclesiais distintos, mas não só isso. São dois contextos sociopolíticos e econômicos diferentes e duas realidades geográficas. Ainda que se considere que as relações entre Vaticano e conselhos episcopais regionais revelem, em alguns momentos, consonâncias, e em outros, tensões, uma vez que interpretam de formas heterogêneas os papéis que a Igreja deve desempenhar em distintas realidades e/ou momentos históricos, é de se supor que, pelo menos no âmbito dos pronunciamentos oficiais, documentos de Conferências Episcopais, de Sínodos (pelo espírito de hierarquia e disciplina interna), haja uma unidade doutrinal profunda.

Sendo assim, o documento de Buga deve ser localizado naquele contexto que descrevemos anteriormente, no imediato pós-concílio e às vésperas da Conferência de Medellín. O espírito de renovação inquietava o mundo e a Igreja. As novidades introduzidas pelo Concílio (já mencionadas acima) e os desafios da realidade latino-americana pediam uma ação mais eficiente da Igreja nessa realidade.

2.5. O Documento de Buga (1967)

Em fevereiro de 1967, na cidade colombiana de Buga tem lugar o seminário convocado pelo Departamento de Educação do CELAM, do qual se originou o documento em questão. Ali se explicita uma visão cristã de cultura, a necessidade do diálogo interdisciplinar, a missão da Igreja na universidade e, a seguir, nos capítulos III e IV, ocupa-se do tema das universidades católicas e de suas responsabilidades naquele contexto.

Assim, o documento afirma que para ser uma universidade católica deve antes de tudo ser uma universidade; para tanto, faz a seguinte afirmação:

Uma universidade que pretende sê-lo de fato não pode reduzir-se a formar profissionais. Condenar-se-ia, cedo ou tarde, a um imediatismo pragmático e medíocre. A universidade deve ser, necessariamente, cultivado sério e desinteressado da ciência (cf. DOCUMENTO DE BUGA, 1967, cap. III, nº 2, letra *a*).

Ainda, na mesma passagem, afirma-se que a universidade “deve responder às interrogações e angústias mais profundas do homem e da sociedade”.

A seguir, fala do diálogo entre as ciências, de onde redundará uma cultura autêntica, e propõe, internamente, um diálogo institucionalizado. “Este diálogo não seja apenas teórico, mas encarnado nas estruturas concretas da Universidade”. O diálogo horizontal garantirá o contato entre as várias ciências, institutos, faculdades, professores e alunos. Em relação ao diálogo vertical o documento afirma:

Célula viva da Universidade é o professor-aluno. É fundamental que esta célula tenha a devida representação nos organismos que orientam a marcha da Universidade. Concretamente, isto supõe que não poucas universidades devam mudar sua estrutura de poder. Todo monarquismo estatal, eclesiástico ou de qualquer outro gênero, contradiz a essência da Universidade. As autoridades universitárias devem representar verdadeiramente as referidas células vivas. Por isso mesmo estas devem eleger aquelas (DOCUMENTO DE BUGA, 1967, III, nº 2, letra *c*).

Como se observa, a Igreja colocava exigências para si mesma no tocante à estruturação de suas Universidades. A ausência de democracia em muitas instituições da sociedade civil e de muitos Estados da América Latina parecia fazer aparecer essa

exigência nas instituições universitárias ligadas à Igreja, já que setores da mesma lutavam por isso em outros âmbitos.

Em seguida o documento aponta para o vínculo que a universidade deve manter com a sociedade em que está inserida, sob pena de desumanização da ciência e da técnica.

Diante dos graves problemas do mundo e, de modo especial, dos trágicos problemas sociais da América Latina, a universidade não pode permanecer marginalizada. Tem a obrigação de conhecer e diagnosticar a realidade social em que se move e a que pertence (DOCUMENTO DE BUGA, 1967, III, nº 2, letra *d*).

Com relação ao caráter “católico” da universidade, diz o documento que ele deve ser a inspiração, a alma da própria universidade (cf. DOCUMENTO DE BUGA, 1967, III, nº 3, letra *b* – grifo no original), e na seqüência afirma que isso deve ser entendido como “o diálogo institucionalizado entre a ciência, a técnica e as artes, de um lado, e de outro, a filosofia e a teologia”.

A preocupação com a qualidade de suas atividades também se faz presente, quando se afirma:

É fundamental que as Universidades Católicas se destaquem, não só pelo nível científico e teológico, mas também pelo espírito de diálogo, liberdade, respeito à pessoa, e compromisso claramente assumido em favor da sociedade: numa palavra, destaquem-se pelo espírito autenticamente universitário (DOCUMENTO DE BUGA, 1967, III, nº 4, letra *a*).

A riqueza do documento não se esgota aí. No capítulo V, *INDICAÇÕES PRÁTICAS*, na letra *c*, faz recomendações para melhorar as universidades católicas existentes. Entre estas recomendações podemos destacar a que sugere que a maior parte dos professores seja contratada por tempo integral; a que estabelece áreas de prioridade de formação de acordo com a realidade local, dando ênfase às ciências sociais, matemáticas e educacionais; a que reconhece os direitos dos sistemas organizativos e de representações dos membros da comunidade universitária; a que propõe rever a estrutura de poder da Universidade, entre outros.

O documento de Buga era, com certeza, aquele que melhor espelhava os anseios de mudanças no interior das universidades católicas da América Latina. Era a referência necessária para todos os que queriam entender o que pretendia a Igreja com suas universidades e também o horizonte no qual estas deveriam se espelhar, no sentido de cumprir sua finalidade. Esse “espírito renovador” vinha do Concílio e animava os vários setores da Igreja Católica em direção à modernização de suas estruturas.

Na introdução do livro *Universidad Católica Hoy*, do Departamento de Educação do CELAM (1967), Isaac Wüst, seu secretário-executivo, mostra a amplitude que tomaram as discussões realizadas em Buga. Ali se discutiu a razão de ser da universidade católica, suas especificidades, as relações desta com a Igreja e com o contexto social mais amplo.

Antes de chegar ao Documento Final se discutiram os mais variados aspectos do problema. Como era de esperar, nem sempre houve uniformidade de pensamento, como por exemplo na questão da participação dos estudantes na direção da universidade. A princípio esta participação foi aceita, ainda que o Documento Final não tenha se pronunciado sobre suas modalidades, que podem variar segundo circunstâncias concretas. Mencionamos aqui três pontos que foram analisados a fundo (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CELAM, 1967, p. 14).

Os pontos mencionados e objetos de reflexão foram a politização, a autonomia universitária e razão de ser da Universidade Católica.

Sobre a politização, Isaac Wüst afirma que as reflexões giraram em torno do compromisso temporal dos estudantes e da universidade mesma. Diz que alguns dos presentes ao seminário manifestavam a preocupação de que este compromisso pudesse causar prejuízo à formação científica, que requer tranqüilidade e serenidade. Mas diz também que a maioria entende que a universidade é centro elaborador e difusor da cultura, portanto, célula viva da comunidade humana a que pertence. Isso a leva a ter uma função crítica da mentira social e política de alguns países da América Latina (cf. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CELAM, 1967, p. 15).

Em relação à autonomia universitária parece-nos que o seminário tocava num ponto fundamental, já que a mesma deveria ser pensada, no caso das Universidades Católicas, em relação ao Estado, à Igreja e às suas congregações religiosas.

A autonomia universitária é um requisito indispensável para a livre pesquisa e reflexão. O Seminário foi unânime na afirmação da autonomia da comunidade universitária frente a pressões extra-universitárias: a pressões estatais, de grupos políticos, empresariais e fundações.. Quanto às Universidades católicas foi necessário tocar nas relações com a hierarquia eclesiástica e superiores religiosos. Se observou que o problema era delicado porém se acrescentou que a autonomia, enquanto se refere ao aspecto acadêmico e principalmente científico, tem de manter-se também nestas relações (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CELAM, 1967, p. 15).

Era um momento da vida da Igreja no qual as inovações do Concílio tinham alimentado as esperanças de grandes mudanças, em que se abriam brechas para se discutir em profundidade o papel das Universidades Católicas, não só em relação à Igreja mas também na difícil realidade latino-americana.

Como se observa, até sobre a participação dos estudantes na direção da universidade foram realizadas reflexões. Aliás, para quem conhece a história das universidades, tal tema não deve causar estranheza, já que logo na origem esse fato era comum. Na Universidade de Bolonha estudantes ocupavam o cargo de reitor, visto que eram os verdadeiros fundadores. Havia-na fundado a partir de suas corporações – a *universitas scholarium*⁴.

No discurso de abertura do seminário, D. Cândido Padin, presidente do Departamento de Educação do CELAM, dava a tônica das preocupações da Igreja naquele momento histórico:

⁴ Ao mesmo tempo em que formaram uma “*universitas scholarium*”, constituíram “*nationes*”, cuja exuberância é impressionante: os estudantes de origem italiana compunham os “*citramontani*”, contando dezessete grupos de alunos, vindos de outros tantos lugares da Itália; nada menos que dezoito grupos de alunos estrangeiros integravam os “*ultramontani*”. Às “*nationes*” correspondiam “*duas universitates*”. [...] Original apresentava-se a organização da “*universitas scholarium*. Cada *universitas* – a dos *citramontani* e a dos *ultramontani* – era presidida por um aluno-reitor, a partir de fins de século XII, com poderes fora do comum, porquanto, sob a jurisdição de ambos os “*rectores*”, estavam também os mestres. (ULLMANN, 1994, p. 97-8).

A Igreja não cumprirá integralmente a sua missão se não assumir de modo efetivo, a promoção e a defesa dos valores humanos para todos os homens, mesmo não cristãos [...]. Impossível atingir esse objetivo, no entanto, se a Universidade Católica não contar com uma autêntica estrutura universitária e com nível de criação cultural e investigação científica compatível com a sua natureza. Uma deficiência na qualidade das suas funções científicas e técnicas deturpará, ao mesmo tempo, sua missão cristã (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CELAM, 1967, p. 22).

No penúltimo parágrafo de seu discurso, D. Cândido Padin, ressalta a presença do Rvmo. Mons. Charles Moeller, subsecretário da Congregação da Doutrina da Fé e professor da Universidade Católica de Lovaina, representando o Cardeal Giuseppe Pizzardo e o Mons. Gabriel-Marie Garrone, respectivamente prefeito e pró-prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades da Santa Sé (cf. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CELAM, 1967, p. 22). Isso demonstrava o apoio oficial do Vaticano ao Seminário de Buga.

2.6. A Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (1990)

Este documento do Papa João Paulo II, publicado em 15 de agosto de 1990, tem se constituído num referencial fundamental para se compreenderem as mudanças pelas quais as universidades católicas vêm passando. Não é de desconhecimento de quem tem como objeto de estudo o ensino superior no Brasil que as universidades da Igreja estão passando por profundas transformações. Muitas delas exigidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, aproveitando-se das vicissitudes desse momento histórico, muitas universidades confessionais católicas estão tratando de fazer uma “adequação”, não só à nova LDB, mas também a este documento pontifício.

No geral, o documento do Papa é bastante aberto e, em alguns pontos, não foge das posturas mais avançadas dos documentos regionais da Igreja que analisamos acima. Há referências precisas sobre a autonomia da cultura humana e das ciências, como também ênfase na liberdade para a pesquisa acadêmica (parte I, item nº 29), explicita a preocupação de que haja empenho para um profundo diálogo entre fé e razão (parte I, item nº 17), coloca em relevo a necessidade da interdisciplinaridade (parte I, item nº 20). Ainda afirma

que, inserida na sociedade, a Universidade terá a responsabilidade de estudar e equacionar seus principais problemas, que vão da política a uma repartição mais equânime das riquezas do mundo, como se observa na parte I, item nº 32, do documento:

A universidade católica, como qualquer outra universidade, está inserida na sociedade humana. Para a realização do seu serviço à Igreja, ela é solicitada – sempre no âmbito da competência que lhe é própria – a ser instrumento, cada vez mais eficaz, de progresso cultural, quer para os indivíduos, quer para a sociedade. Suas atividades de investigação, portanto, incluirão o estudo dos *graves problemas contemporâneos*, como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça para todos, a qualidade de vida pessoal e familiar, a proteção da natureza, a procura da paz e da estabilidade política, a repartição mais equânime das riquezas do mundo e uma nova ordem econômica e política, que sirva melhor a comunidade humana, a nível nacional e internacional. *A investigação universitária será orientada para o estudo profundo das raízes e das causas dos graves problemas do nosso tempo, reservando atenção especial às suas dimensões éticas e religiosas.*

Além de fomentar a busca pela justiça social o documento desafia as universidades católicas a buscarem meios para “tornar a educação universitária acessível a todos aqueles que dela possam tirar proveito, especialmente os pobres ou os membros dos grupos minoritários, que dela foram tradicionalmente privados” (cf. parte I, nº 34).

O conjunto do documento parece ser de continuidade a uma reflexão que fora sistematizada no documento de Buga, percebe as contradições sociais nas quais as universidades estão inseridas e parece estar mais a serviço da sociedade do que preocupado com a reprodução dos interesses institucionais.

Porém, o fato de este documento ser uma Constituição Apostólica, e na parte II apresentar *Normas Gerais* que deverão disciplinar a vida de todas as universidades católicas, remete a uma prática centralizadora que contraria frontalmente o “espírito” do Documento de Buga.

Sim, a realidade é outra. A Igreja, que, depois do Concílio, sob o papado de Paulo VI, descentralizava para governar, dando ampla autonomia para as Conferências Episcopais do mundo todo, passa a se reorganizar num modelo centrípeto. Afirmando que as disposições normativas do documento estão baseadas no Código de Direito Canônico, a

Santa Sé declara seu direito de intervir em qualquer universidade, instituto ou escolas católicas do mundo todo (cf. artigo 1º, § 1, *Das Normas Gerais do Documento*).

Nesse sentido o documento *Ex Corde Ecclesiae* deve ser lido não só por aquilo que está explicitado, mas também pelo contexto eclesial que lhe deu origem (que já analisamos aqui, quando situamos o documento de Santo Domingo). Observe-se, por exemplo, na parte II, o § 4 do artigo nº 4, quando afirma que:

Os professores e o pessoal administrativo que pertencem a outras Igrejas, comunidades eclesiais ou religiões, bem como aqueles que não professam nenhum credo religioso e todos os estudantes, têm a obrigação de reconhecer e respeitar o caráter católico da universidade. Para não pôr em perigo tal identidade católica da universidade ou do instituto superior, evite-se que os professores não católicos venham a constituir a maioria, dentro da instituição, a qual é e deve permanecer católica.

Ora, o próprio parágrafo citado diz que os não católicos, sejam eles professores ou alunos, de outros credos religiosos ou sem profissão de fé, devem "reconhecer e respeitar o caráter católico da universidade". Este critério, por si só, já não seria capaz de garantir a identidade católica da universidade?

É claro que esta parte normativa, por conseqüência, pode ofuscar o conteúdo da primeira parte do documento, que é muito atualizado e com uma reflexão instigante. A força da lei pode fazer com que o "católico" da universidade sobressaia não pela preocupação com o saber, com os problemas sociais, com o diálogo institucional, tão salientados por este documento, bem como pelos outros documentos aqui estudados, mas pela estrita obediência às normas impostas pela direção da universidade em determinadas conjunturas históricas, o que abriria espaço para arbitrariedades, pela busca aos "culpados" por quaisquer problemas que possam afetar as universidades católicas.

Num mundo pluralista, no qual as instituições sociais se multiplicam e disputam com afincos novas clientelas, onde os critérios de pertença a uma instituição nem sempre têm contornos bem definidos (como é o caso da própria Igreja Católica), como definir quem são os católicos da universidade?

Sabemos que são muitos os problemas que a universidade católica enfrenta nos dias atuais. Muitos deles estão ligados à própria natureza daquilo que denominamos

universidade, enquanto instituição, num país chamado Brasil. Desse lado da questão, a universidade tem sofrido diretamente a ingerência do Ministério da Educação, uma remodelação seguindo os critérios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, de forma mais abrangente, sofrido com o modelo econômico posto em prática pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

De outro lado, a natureza católica da universidade padece de uma ausência de identidade que possa distingui-la de outras universidades particulares. A autodenominação comunitária, que permite à mesma pleitear recursos públicos junto às agências de fomento à pesquisa, ou ao Ministério da Educação, não a tem livrado de contradições entre aquilo que diz pretender e as práticas cotidianas, bastante similares às de outras instituições particulares. No limite, as referências constantes às “exigências do mercado” permitem pelo menos levantar a suposição de que, como empresas, não haveria grandes diferenças entre as universidades particulares, confessionais ou comunitárias.

É notório que as PUCs têm conseguido certo destaque, nas avaliações efetuadas pelo Ministério da Educação e outras instituições, em relação à qualidade de ensino. Em alguns cursos, algumas dessas universidades empatam, em nível de excelência, com as melhores universidades públicas do país. Já outros cursos e/ou universidades católicas se comparam com que tem de pior. Portanto, não dá para fazer generalizações.

Depois de concluído este capítulo ainda resta um desafio. O de descobrir na estruturação das universidades católicas aquilo que são exigências da legislação em vigor, colocadas pelo Ministério da Educação, e aquilo que as instituições decidem de forma autônoma, de acordo com seus interesses.

CAPÍTULO II

A PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS: ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO

1- As Faculdades Campineiras

Em 20 de maio de 1941 era fundada a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, tendo à frente o bispo diocesano D. Francisco de Campos Barreto. A finalidade desta era ser o elo de ligação entre a diocese de Campinas e seus estabelecimentos de educação, além de cuidar da administração dessas unidades educacionais.

Com a eleição e posse da diretoria da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, e posteriormente com o registro de seus estatutos, foi feito o contrato de locação do prédio conhecido como “Barão de Itapura”, localizado à Rua Marechal Deodoro, nº 1.099, com a finalidade de ali se abrigar a Faculdade de Filosofia. Este prédio, no coração da cidade, vai, nos anos vindouros, ser palco de importantes acontecimentos históricos ligados a esta instituição.

Em meados do mês de julho daquele ano foi nomeado pela sociedade o diretor da Faculdade de Filosofia, o cônego Dr. Emílio José Salim, que, em 8 de agosto, pleiteia junto ao Ministério da Educação autorização para organizar e fazer funcionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, oito cursos: Filosofia; Ciências Políticas e Sociais; Geografia e História; Pedagogia; Letras Clássicas; Letras Neolatinas; Letras Anglo-germânicas e Matemática.

No dia 30 de setembro, o Conselho Nacional de Educação aprova, por unanimidade, o Parecer nº 194, favorável à autorização de funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia, seguido pelo decreto presidencial de nº 8.232, datado de 18 de novembro de 1941, concedendo a autorização.

Importante lembrar que no dia 22 de agosto, em meio aos processos e trâmites legais para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, faleceu o Bispo D. Francisco de Campos Barreto. Isso porém não esmoreceu os trabalhos dos responsáveis pela legalização do processo em curso. Como já afirmamos anteriormente, o sonho da constituição de Universidades Católicas estava no horizonte da cúpula dirigente da Igreja Católica do Brasil, por isso o diretor da Faculdade de Filosofia não encontrou entraves para conseguir audiência junto ao núncio apostólico D. Bento Aloisio Masela e também para ser recebido pelo Cardeal Leme, tendo este último oferecido proteção aos trabalhos que se desenrolavam.

No dia 15 de março de 1942, no início do ano letivo, ministrou a aula inaugural dos cursos da Faculdade de Filosofia, no Teatro Municipal de Campinas, o Dr. Alceu Amoroso Lima, um dos intelectuais mais respeitados do Brasil à época e “braço direito” do Cardeal Leme na empreitada de se fundar uma Universidade Católica no Brasil. Aqui é importante ressaltar que Amoroso Lima era a figura de proa do Centro D. Vital – criado em 1922 por Jackson de Figueiredo, leigo e fiel colaborador de D. Leme. O centro D. Vital pretendia formar uma *intelligentsia* católica (cf. DELLA CAVA, 1975, p. 12) – e esteve durante toda a década de 30 e início da de 40 ligado à direita Católica. Depois, influenciado pelos pensamentos de Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, vai ser um dos expoentes leigos da reforma progressista da Igreja, calcada sobretudo na Doutrina Social da Igreja (cf. MAINWARING, 1989, p. 46).

A aula magna de Alceu Amoroso Lima foi precedida pelo discurso do diretor da Faculdade de Filosofia, o cônego Dr. Emílio José Salim, que já apontava qual o verdadeiro intuito daquela empreitada:

Uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Campinas – e porque não desvendá-lo inteiro o ideal soberbo: uma Universidade em Campinas – eis senhores o sonho que embalou a alma toda forrada do mais acendrado zelo episcopal e patriótico, desse gigante há pouco roubado ao patrimônio da

Igreja e do Brasil: D. Francisco de Campo Barreto (ANUÁRIO, 1942, p. 28-9).

O sonho da Igreja em Campinas coincidia com os anseios do Cardeal Leme em sua cruzada de recatolicização do Brasil a partir de suas elites. As faculdades católicas, e sobretudo as Universidades Católicas, seriam o caminho natural dos oriundos dos colégios católicos para a formação dos quadros dirigentes do país.

No “*Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas*” (Cap. II, Art. 4), observa-se, entre outras coisas, que a mesma Faculdade era constituída de quatro secções fundamentais: a de Filosofia, a de Ciências, a de Letras e a de Pedagogia. Em parágrafo único do mesmo artigo afirma-se que haverá uma secção especial de Didática.

Alguns desses cursos ordinários, como eram denominados, compreendiam subdivisões internas. No artigo 8 do mesmo capítulo II, lemos:

A secção de Ciências compreenderá seis cursos ordinários:

- a) curso de Matemática;
- b) curso de Física;
- c) curso de Química;
- d) curso de História Natural;
- e) curso de Geografia e História;
- f) curso de Ciências Sociais. (ANUÁRIO – 1942, p. 50)

Isso, porém, não significou que todos esses cursos estivessem em pleno funcionamento. No parágrafo único do mesmo artigo observa-se: “A princípio, na secção de Ciências, só serão abertos os cursos de Matemática, de Geografia, História e de Ciências Sociais”.

A secção de Letras, por sua vez, compreendia os cursos de Letras Clássicas, de Letras Neolatinas e Anglo-germânicas (cf. art. 9º). Quanto às secções de Filosofia, Pedagogia e Didática, constituíram-se em cursos ordinários de mesmo nome das secções.

Todos os cursos – com exceção do de Didática, que durava apenas um ano, mas exigia dos candidatos à matrícula apresentação do diploma de bacharel em quaisquer dos outros cursos – tinham uma grade curricular seriada em 3 anos (cf. ANUÁRIO – 1942, p. 51-6).

O caráter confessional da Instituição era assegurado pelo conteúdo do artigo 26 (ANUÁRIO, 1942, p. 56): “É obrigatório, para qualquer aluno, a inscrição no curso superior de Cultura Religiosa, que constará das seguintes disciplinas: Dogma, Moral, História da Igreja, Apologética e Pedagogia Catequética”. As disciplinas eram alocadas ao longo do curso e teriam uma carga horária semanal máxima de duas aulas.

No Capítulo XIII, que trata da *Vida Social da Faculdade*, afirma-se que serão adotados meios para a integração entre professores, alunos e ex-alunos, formando um “espírito universitário”. Mas em nossa opinião o que sobressai neste capítulo é o conteúdo do artigo 102:

Os professores constituirão a Associação dos professores, que elaborará seus estatutos, aprovados depois pela Sociedade, tendo em vista as seguintes finalidades: a) efetuar reuniões e discussões e o estudo de assuntos de caráter científico sob forma de comunicação e leitura de comunicados ou resumos de revistas técnicas e de cultura; b) promover reuniões de caráter social; c) instituir e efetivar medidas de previdência e beneficência e promover a defesa dos interesses gerais da classe (ANUÁRIO, 1942, p. 70, grifo nosso).

No parágrafo seguinte garante-se o mesmo direito de associação aos alunos. Aliás, não se tratava de um direito, mas de um imperativo da Instituição, pois essa Associação Acadêmica agregaria alunos e ex-alunos e seria o órgão legítimo de representação do corpo discente da Faculdade (cf. ANUÁRIO, 1942, p. 70).

Em relação à associação dos estudantes, seus estatutos teriam que ser aprovados pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução e pelo Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Faculdade, restando uma ambigüidade em relação à associação dos professores pois, como está expresso no documento acima, “seus estatutos, aprovados depois pela Sociedade”, não trazem especificado se a Sociedade em questão era a Sociedade dos professores ou a Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

O que se supõe é que, sob a ditadura do Estado Novo, muito dificilmente Instituições representativas de interesses de categorias de trabalhadores conseguiriam uma grande autonomia. Os sindicatos ficaram sob tutela do Estado, manietados pelo Ministério do Trabalho, e mais, a Constituição de 1934 havia sido substituída pela Constituição

ditatorial de 1937 que limitava ainda mais o poder de organização dos trabalhadores e da sociedade civil como um todo. Outra coisa importante também, como apontamos em outro estudo, é que

[...] mesmo sob a ditadura, as relações entre Estado e a Igreja (Getúlio e D. Leme) foram de muita proximidade, visto que havia um sentimento de satisfação quase que generalizado no interior da Igreja com alguns princípios católicos que continuavam expressos na Constituição ditatorial de 1937 (TANGERINO, 1997, p. 77).

De qualquer forma, ficariam garantidos aos professores o direito de associação e a luta pelos seus direitos, princípios assegurados pela *Doutrina Social da Igreja* desde o final do século XIX, com a publicação, em 1891, da *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. Talvez, exatamente por isso, é que esse “direito”, esse “dever”, estivesse expresso no Regimento da Faculdade.

Com relação aos aspectos administrativos, afirma-se no artigo 107 que o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, será nomeado pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução para um período de 3 anos (cf. ANUÁRIO, 1942, p. 71).

Consideramos importante ainda, em relação a este regimento, chamar a atenção para o capítulo XX, que trata “*Das rendas e Patrimônios*”. No artigo 154 afirma-se “que as rendas da Faculdade seriam provenientes, entre outros, das rendas da Entidade mantenedora, das taxas escolares e das subvenções dos poderes da República”.

Como bem sabemos a Constituição Republicana de 1891 impedia que recursos públicos subvencionassem as Escolas Católicas, dado o caráter laico da República. Porém, a Constituição de 1934 restituiu à Igreja os privilégios que havia perdido¹.

No artigo 56, o último do capítulo XX, se afirma: “mantida pela Diocese de Campinas, a Faculdade e quanto lhe pertencer se considera figurando no acervo patrimonial da mesma Diocese” (cf. ANUÁRIO, 1942, p. 81). Então, mesmo pleiteando

¹ A Liga Eleitoral Católica, criada em 1932 por D. Leme, foi a responsável por orientar o voto dos católicos nas eleições de 1933, ajudando a eleger a maioria dos candidatos que apoiou para a Assembléia Constituinte. “A Constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja” (MAINWARING, 1989, p. 48).

subvenções do Governo Federal para manutenção da Faculdade, explicita-se que tudo o quanto pertencer à mesma fará parte do patrimônio da diocese, da Igreja.

A ligação entre Igreja e Estado se faz sentir também no interior da Faculdade quando se lê na Crônica da Faculdade de Filosofia, referente ao ano de 1942, que no dia 31 de agosto “a Faculdade comparece à missa de Ação de Graças mandada celebrar pelo restabelecimento do presidente Vargas” (cf. ANUÁRIO, 1942, p. 10).

Está certo que eram outros tempos, o desejo de unidade entre Igreja e Estado, explícito por parte da primeira, talvez explique o por que dessa atitude e sobretudo o fato de registrar isso como uma ação da Faculdade. Outra explicação possível é que se estava em plena 2ª Guerra Mundial e, inclusive, no dia 21 de agosto professores e alunos participaram do protesto pelo torpedeamento de navios brasileiros, o que pode ter provocado um certo “espírito nacionalista”, o desejo de unidade em torno dos símbolos da pátria.

Depois da fundação da Universidade Católica de São Paulo, em 1946, as Faculdades Campineiras, aqui consideradas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas, se tornaram unidades agregadas da primeira, condição em que permaneceram até 1955, com a Fundação da Universidade de Campinas (cf. CASALI, 1995, p. 157).

As Faculdades Campineiras eram compostas por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 27 de junho de 1941, cujos cursos foram reconhecidos pelos Decretos nº 15.523, de 16 de maio de 1944 e nº 21.941, de 10 de outubro de 1946; Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 18 de dezembro de 1941 e reconhecida em 22 de agosto de 1946, pelo Decreto nº 9.632; Faculdade de Odontologia, criada em 22 de agosto de 1949 e reconhecida em 26 de novembro de 1952, pelo Decreto-Lei nº 31.844; Faculdade de Direito, criada em 16 de abril de 1951 e autorizada a funcionar pelo Decreto-Lei nº 30.282, de 18 de dezembro de 1951; Conservatório de Canto Orfeônico, criado em março de 1947 e reconhecido pelo Decreto-Lei nº 28.168, de junho de 1950; Escola de Biblioteconomia, criada em 15 de março de 1945 e equiparada à Escola de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Curso de Formação de Professores de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, reconhecida em 22 de junho de 1950, de acordo com o Decreto nº 7.096, de 10 de abril de 1935, combinado com o Decreto

nº 6.841, de 04 de dezembro de 1934; Curso de Orientador Educacional, reconhecido e fiscalizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pela Portaria nº 34, de 13 de outubro de 1947 (cf. REVISTA DAS FACULDADES CAMPINEIRAS, n. 2, 1954, contracapa).

2- A Universidade de Campinas

Em 15 de agosto de 1955, as Faculdades Campineiras dão lugar à Universidade de Campinas, cujo Estatuto, no título 1, capítulo 1, “Da Universidade e seus fins”, traz no artigo 1º:

A Universidade de Campinas, fundada a 15 de agosto de 1955, pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma Universidade Livre equiparada, nos termos do Decreto nº 24.279, de 22 de maio de 1934 (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 1).

Com o Decreto nº 38.327, de 19 de dezembro de 1955, que concede prerrogativas de equiparação à Universidade de Campinas e aprova seus estatutos, assinado pelo vice-presidente do Senado Federal, no exercício da presidência da República, Nereu Ramos, e também pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, Abgar Renault, a Igreja via frutificar seus sonhos de se constituir aqui uma Universidade Católica.

A Universidade de Campinas era constituída por três categorias de instituições: as *incorporadas*, que eram as mantidas pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução e delas faziam parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Direito; as *agregadas*, que também eram instituições de ensino superior, só que mantidas por outras entidades. Aí figuravam a Escola de Enfermagem “Madre Maria Teodora”, mantida pela Sociedade de Instrução Popular e de Beneficência, e a Escola de Serviço Social de Campinas, mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade. Finalmente, as *instituições complementares*, também mantidas pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, o Conservatório de Canto Orfeônico, a Escola de Biblioteconomia e a Escola de Professores de Educação Doméstica e Complementares.

A instalação da Universidade de Campinas deu-se no dia 14 de março de 1956. Na solenidade se fizeram presentes autoridades civis e religiosas de âmbito local, estadual e nacional. O governador do Estado de São Paulo e o presidente da República, Juscelino Kubitschek, enviaram representantes.

Além do ministro de Estado da Educação e Cultura, Dr. Clóvis Salgado, três ex-ministros da Educação, representantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade do Brasil, da Universidade Mackenzie, bispos de várias dioceses do Estado de São Paulo, o Cardeal de São Paulo D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e o núncio apostólico D. Armando Lombardi, também estiveram presentes.

A Universidade de Campinas era uma das primeiras Universidades do Brasil e isso justificava, por si só, a grandiosidade do evento. O Brasil estava prestes a iniciar o período desenvolvimentista, de abertura das portas da nação para o capital multinacional. O país, desde o final da 2ª Guerra Mundial se urbanizava e se industrializava rapidamente. Campinas estava no centro dessas mudanças que ocorriam no país e a Universidade não era apenas o corolário dos empreendimentos eclesiais católicos mas também resultado das demandas locais e regionais em busca de profissionais qualificados para atender os complexos problemas de uma sociedade que se modernizava rápida e vigorosamente.

No discurso do Ministro da Educação observam-se tanto a ligação da Universidade com a Igreja Católica, nos primórdios da primeira, como a alusão à íntima ligação entre modernidade e ciência: “a Universidade é na sua origem obra do Cristianismo”. E falando sobre a fundação da Universidade de Paris, faz referência à bula papal que abençoava a instituição e concedia privilégios. Iniciada pelas palavras:

‘Universitas Magistrorum’ et scholarum, donde a palavra Universidade, que passou a simbolizar pelos tempos afora o mais alto templo do saber, o lar comum da ciência e da arte, da inteligência e do coração, da fé e da pesquisa [...]. É a ciência que conduz o mundo moderno; os povos mais adiantados são aqueles que descobrem os métodos mais eficientes para a exploração da natureza (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 27-8).

A fala de D. Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil, refletia também o pensamento da Igreja quanto às Universidades Católicas.

Compete por isso às Universidades Católicas, formar homens que mais tarde, em todos os setores da atividade pública, na Ciência, no Ensino, na Economia, na Administração, na Política, sejam homens de caráter íntegro, homens que sem qualquer interesse próprio egoísta, saibam dedicar-se inteiramente a seu ofício de bem servir a Pátria e de promover em toda parte, o bem-estar geral do Povo e da Sociedade (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 29).

Fazendo uma ligação entre a Universidade e as Ciências, diz que as segundas não conseguem responder aos problemas que transcendem a ordem natural e atingem a esfera do sobrenatural. Afirma a necessidade da ligação entre Fé e Ciência, submetendo a segunda à primeira, e mais, vincula os destinos da nação à religião.

É um fato histórico e sociologicamente comprovado, que uma vida conforme à dignidade da pessoa humana só é possível se os indivíduos e as nações estão firmadas sobre o fundamento da Religião e reconhecem a existência de um Deus pessoal, a sua ordem e os seus mandamentos e a Ele prestam o obséquio de suas faculdades racionais (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 29).

Se a Igreja não dava mais a direção para a sociedade e não detinha mais o monopólio religioso, tentava ainda, num mundo que se secularizava rapidamente, continuar influenciando as elites, formando seu espírito, incutindo-lhes a cultura milenar da submissão do terreno ao transcendente, das massas à Instituição Católica. Também por ocasião da instalação da Universidade Católica, D. Armando Lombardi comunicou que o vice-reitor da Universidade de Campinas e diretor das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, o monsenhor Rossi, fora escolhido pela Santa Sé como o novo bispo da Diocese de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 195). Na ata da primeira Assembléia Universitária da Universidade de Campinas também encontramos menção a tal fato.

Referente ao Regimento da Universidade de Campinas, no Título X, *Da Vida Social da Universidade*, em relação ao Diretório Acadêmico, assegura “defender os interesses do corpo discente e de cada um dos estudantes em particular, perante os órgãos da direção técnico-administrativa da respectiva universidade” (art. 136, II) e garante o mesmo papel de defensor dos interesses dos estudantes ao Diretório Central dos Estudantes junto ao Reitor e ao Conselho Universitário (art. 139, V). (Cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 23)

Em relação aos professores, a antiga Associação cede lugar à Federação dos Professores. O artigo 140 afirma que os professores poderão se organizar em federação, que o presidente da mesma será o Reitor e que professores de qualquer unidade da Universidade poderão se filiar à mesma. No Capítulo 11, artigo 141, quanto às finalidades da Federação, elencam-se três: efetivar medidas de previdência e beneficência; realizar reuniões de caráter científico; promover reuniões de caráter social (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 23). Não consta mais nada. O papel de defender os interesses da categoria (ou da classe, como se denominava) desapareceu.

A Universidade de Campinas, pelo que observamos em seus anais e em entrevistas com pessoas da época, aparece como sendo uma “grande família”, o caráter religioso da instituição é freqüentemente revelado com celebrações religiosas ao final de cada ano letivo, nas formaturas de alunos de diversas faculdades nas quais paraninfo e orador da turma ressaltam o viés religioso da Universidade. A instituição parece desprovida de contradições internas. Também parece plenamente afinada com os interesses do governo federal. Como veremos adiante, há uma consonância de objetivos entre o governo federal e a CNBB.

A revista da Universidade, de caráter ufanista, mostra sempre as conquistas da instituição em ordem crescente, números de matrículas e de egressos, trajetórias vitoriosas de ex-alunos. Não deixa de chamar atenção, porém, uma nota sobre a realidade do ensino superior no Brasil:

Ao iniciar-se o ano letivo de 1955, elevava-se a 72.652 o número de alunos matriculados nos 715 cursos superiores existentes no Brasil. Em relação ao período anterior, houve um aumento de 20% para as unidades escolares e de 12% para as matrículas, segundo revelam os dados do Serviço de Estatísticas

da Educação. Uma quarta parte dos alunos, (12.281) pertence ao sexo feminino, o que nos coloca, nesse particular, no mesmo plano das nações mais cultas da Europa e da América. O corpo docente compõe-se de 12.768 professores. Não obstante, considera-se reduzido o número de alunos que concluíram o curso em 1954 (12.048, mais 8% do que em 1953). O total de matrículas nas escolas superiores em funcionamento no país corresponde a apenas 0,13% da população. Essa proporção, em 1951, nos Estados Unidos era de 1,5%; na Itália, de 0,33%; em Portugal, de 0,19 % (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 210).

A Universidade de Campinas contava, em 1955, com 1.520 alunos matriculados, representando 2,09% do total de alunos matriculados em cursos superiores no Brasil.

Observando-se os dados estatísticos da Universidade, citados abaixo, salta aos olhos a diferença gritante entre os que se matriculavam e o número daqueles que se formavam quatro anos depois (no caso da Faculdade de Filosofia os cursos compreendiam 3 anos de duração, mais um ano de didática-licenciatura). Dos 240 matriculados em 1942, apenas 112 se formaram em 1945. Dos 40 matriculados na Faculdade de Ciências Econômicas apenas 17 se diplomaram em 1945 (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 186).

A instabilidade dos cursos também se faz notar pelo número de alunos matriculados à medida que o tempo passa. Veja-se, por exemplo, o caso do curso de Ciências Econômicas. Em 1942 se matricularam 40 alunos, em 1944, 104, e em 1945, 74. Como a Faculdade estava iniciando suas atividades, em 1943 temos 1ª e 2ª séries, em 1944, 1ª, 2ª e 3ª séries, e em 1945, de 1ª a 4ª série. Isso significa que em 1943 a média de alunos caiu para 36 por série, em 1944, para 35, e em 1945 para 19, nas três primeiras séries, e apenas 17 alunos se formaram (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 186).

De qualquer forma podemos dizer que a Universidade crescia ano a ano. Com exceção do ano de 1946, que apresentou uma queda de 15,64% no número de matrículas em relação ao ano anterior, passando de 409 para 345 alunos matriculados nos vários cursos (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 186), em números absolutos houve um crescimento constante no número de matriculados na

Universidade. Isso ocorre, sobretudo, devido à criação e ou incorporação de novas Faculdades ou Cursos, pois, em números relativos, percebe-se claramente que a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Biblioteconomia têm trajetórias instáveis. No primeiro caso há um crescimento até 1944 e depois um declínio até 1948, subindo novamente até chegar a uma estabilidade em torno de 58 alunos nos anos posteriores. No segundo caso a trajetória é descendente, com variações positivas apenas nos anos de 1952, 1953 e 1955 (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 186).

O grande empreendedor da Universidade de Campinas foi, sem sombra de dúvida, o monsenhor Dr. Emílio José Salim, figura onipresente nos discursos de oradores, paraninfos e autoridades civis e eclesiásticas por ocasião de solenidades da Universidade. Tido como o artífice dos sonhos de D. Francisco de Campos Barreto, ele era na verdade o inspirador e artesão da Universidade de Campinas. Tinha carta branca do presidente da Universidade, D. Paulo de Tarso Campos, e como Reitor da instituição tinha trânsito livre nas altas instâncias eclesiásticas e nas esferas de decisão política referentes à educação. Naquele momento, tramitava no Senado o projeto de Lei nº 29, de 1955, cujo artigo 1º conferia aos Reitores das Universidades Federais e das Universidades equiparadas a condição de membros natos do Conselho Nacional de Educação (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 8/9, 1956, p. 211). Isso facilitaria ainda mais sua presença junto às instâncias governamentais.

3- A Universidade Católica de Campinas

Em 1956, o Vaticano estende à Universidade de Campinas o reconhecimento canônico e o título de Católica.

No dia 12 de julho de 1957 a Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades de Estudos aprova os estatutos e regimento da Universidade de Campinas, bem como os estatutos de sua Sociedade mantenedora. Com isso a Universidade de Campinas passa a se chamar Universidade Católica de Campinas. A contrapartida da instituição campineira foi a introdução de três emendas nos estatutos da Universidade, conforme segue:

1. Cada ano deve ser enviado à Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades de Estudos o anuário universitário, contendo os principais dados estatísticos.
2. deve ser submetida à aprovação da mesma Sagrada Congregação a nomeação do Reitor da Universidade.
3. Nenhuma nova Faculdade poderá ser ereta no seio da Universidade sem prévia aprovação da mesma Sagrada Congregação, à qual deverá ser solicitado o consentimento para qualquer iniciativa importante, que transcenda o texto do atual estatuto (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 13, 1957, p. 217-8).

O reconhecimento canônico e o título de Católica, mais a nomeação de D. Paulo de Tarso Campos como 1º Chanceler e a confirmação de continuidade do Monsenhor Salim como reitor davam ecos à grandiosidade da Universidade. No jornal *A Tribuna*, órgão oficial da Diocese de Campinas, datado de 10 de agosto de 1957, o Pe. Amauri Castanho, por ocasião da comemoração do cinquentenário desta jurisdição eclesiástica, apresentou um balanço da trajetória da Universidade Católica, contabilizando 270 professores em seu corpo docente, 1.909 alunos no corpo discente, 2.263 profissionais formados. Isso a colocava, pelo número de alunos, em 7º lugar entre as 16 Universidades do Brasil. O artigo termina apontando aqueles que seriam os objetivos da Universidade: “Surgirá finalmente não só na Diocese de Campinas, mas em todo o Estado, uma geração nova, uma elite de verdadeiros militantes, a serviço da Igreja e da Pátria” (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1957, n. 13, p. 248).

Formar militantes católicos a serviço da Igreja e da Pátria. Esse espírito apologético de defesa da fé católica era parte integrante do currículo, através das disciplinas de cunho confessional. Na colação de grau da 1ª turma da Faculdade de Direito, que tinha como paraninfo ninguém menos que o Reitor da Universidade, o monsenhor Salim, o bacharel Sebastião Marcondes da Silva, orador da turma, depois de tecer uma infinidade de elogios e adjetivos ao paraninfo, afirma:

É dentro dos postulados católicos, que visam ao homem integral, que atuam os valores pedagógicos de Mons. Salim. Isto explica por que nos debruçamos em meditações de apologética no nosso curso de Direito; ensino é destinado a consolidar os fundamentos de uma concepção religiosa do mundo e toma corpo na doutrina da verdadeira Igreja – a Católica Apostólica Romana. Complementamos assim nossa

formação religiosa, desta vez no ensino superior, interpretando em sentido católico o cosmos e a existência humana, as obrigações e dificuldades particulares próprias a cada profissão ou mister (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 13, 1957, p. 189-90).

Não sabemos qual o grau de representatividade desse bacharel em Direito, nem se o que ele expressou é compartilhado por alunos de outros cursos e Faculdades da Universidade Católica. Agora, sem dúvida, ele expressa naquela conjuntura as idéias dos dirigentes da Igreja em Campinas, no Brasil, através da CNBB e do Vaticano: consolidar os fundamentos de uma concepção religiosa do mundo, dentro de uma Universidade, lugar da razão e da ciência é, no mínimo, estranho.

Mas é aí que residia o esforço da Igreja Católica em formar uma elite dirigente, não deixar que a secularização imposta pela modernidade sobrepujasse o espírito religioso. Mais que isso, propugnava que a verdadeira Igreja era a Católica Apostólica Romana. Uma Igreja que se sentia acuada. Na interpretação dos cientistas sociais:

O avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda obrigariam os bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação (PIERUCCI et al., 1995, p. 355).

Pelos dados elencados até agora mostramos que a Universidade crescia, mas alguns cursos mostravam instabilidade. A comprovação disso é o que encontramos na Ata da 2ª reunião do Conselho Universitário, reunião esta realizada em 15 de outubro de 1956. Ali se aponta uma previsão de déficit para o ano de 1957 de Cr\$ 1.550.000,00. Para cobrir o déficit foi sugerido um aumento na taxa paga pelos alunos. O reitor objetou, dizendo que a Universidade desejava onerar os alunos o menos possível e que a mesma estava credenciada a receber subvenção dos poderes públicos.

O reitor da Universidade Católica de Campinas não estava só, quando reivindicava recursos públicos para as escolas particulares. Ele apenas dava eco ao pensamento dominante na CNBB, seja na forma como esta entendia a educação em geral,

ou como compreendia a relação entre Estado, escolas privadas e subsídios públicos, em particular.

Reunidos em Goiânia entre 3 e 11 de julho de 1958, cardeais, arcebispos e bispos do Brasil esclarecem o que entendem ser fundamental para se pensar a educação no Brasil. Atribuem à família o direito e a obrigação fundamental de educar os filhos. Reconhecem que a família não vive isolada, mas em comunidade, na sociedade. Afirmam ser o Estado a forma mais completa de organização política e atribui ao mesmo a tarefa de realização do bem comum, a sustentação da ordem jurídica e a manutenção do equilíbrio das forças econômicas e sociais.

Entretanto, dizem que educação não é tarefa própria do Estado, mas da família (evocação de uma ordem natural). Não negam que de forma supletiva o Estado venha a incumbir-se desse papel, seja quando garante os meios necessários para que a família possa fazê-lo, seja quando, na ausência do grupo familiar, chama para si a responsabilidade de educar as crianças. Em qualquer um dos casos, não deve o Estado contrariar as tradições e filosofia de vida das famílias.

E aí sintetizam o que pensam da relação entre Estado e Educação: "A escola do Estado deve existir onde não pode existir a escola particular, em que os educadores são verdadeiramente os delegados da confiança dos pais de família" (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 15, 1958, p. 149).

Os bispos também atribuem a responsabilidade pela mediocridade do ensino ao excesso de intervenção estatal. Reclamam do excesso de regulação, da multiplicação das normas, do imperativo à subordinação ao Estado das escolas particulares, da homogeneização dos programas. Afirmam ser a cultura o resultado da liberdade de pesquisa e de método (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 15, 1958, p. 150).

Esse discurso "libertário" escondia uma motivação que logo seria explicitada. Defendendo que a educação não poderia ser objeto de mercado, reconhecem que muitas escolas particulares mercantilizavam o ensino, transformando-se em verdadeiras indústrias. Ainda assim advogam a liberdade para se evidenciar os bons e os maus estabelecimentos de ensino:

Devemos ter a coragem de defender o ensino particular decente e honesto, sem nos acumplicarmos com os que mercadejam e venalizam a escola.

E, sobre as subvenções, devemos ter a franqueza de falar claro. Num regime de honestidade, a subvenção não é favor. Ao Estado cabe assegurar meios materiais para que a escola pública ou particular atinja aos seus fins. A distribuição dos auxílios deve obedecer a critérios objetivos de verificação de serviços. Critérios impessoais, não ligados a prestígios, nem a outros interesses inconfessáveis. O dinheiro do Estado não é dinheiro diferente do dinheiro do povo. Deve ser aplicado em interesse do povo (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 15, 1958, p. 150).

No mesmo documento os bispos fazem ainda um balanço da questão social, apelam para a união de classes como o caminho para solução dos grandes problemas nacionais. Defendem as legítimas aspirações dos operários, a reforma agrária, assistência técnica e crédito para os pequenos e médios proprietários rurais.

A CNBB vai se aproximando paulatinamente das questões sociais, sem se indispor com o Estado:

Os anos 50 foram de importância crucial na Igreja do Brasil. É quando consideráveis setores da Igreja modernizam sua atuação na sociedade, pensam-se e atuam como ‘promotores do desenvolvimento’, vão ao encontro das camadas populares sobretudo nas regiões mais atrasadas e subdesenvolvidas, mantêm relações de bom entendimento e colaboração com o Estado. Ou seja, no movimento de atualizar e agilizar seus métodos de evangelização, de aumentar a sua credibilidade tornando-se útil, a Igreja se transforma num poderoso agente ideológico da expressão nacional da hegemonia da grande burguesia do centro-sul, via Estado, processo que se verbaliza na fraseologia ideológica da ‘integração’ de ‘áreas atrasadas’, ao ritmo do desenvolvimento nacional (PIERUCCI et al., 1995, p. 366).

Mas a Igreja não se esquece de sua luta, no campo moral, contra o divórcio, e no campo político, contra o imperialismo econômico e contra o comunismo. E os bispos, falando de uma viagem à Brasília em construção não escondem o alento com o progresso, mas, entre outras coisas, voltando à educação, alertam que se a mesma

... não for pelo Estado colocada em seus devidos termos, se a família e a Igreja não tiverem na obra o papel insubstituível que lhes cabe, construções materiais como Brasília serão imensos corpos sem alma (REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 15, 1958, p. 155).

Ainda em 1958, entre os dias 1 e 3 de julho realizou-se a reunião anual da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica (ABESC), no Rio de Janeiro. Entre outras coisas ali se discutiu o perigo de congelamento das verbas federais, e se tal acontecesse, quais medidas seriam tomadas. A preocupação com a questão financeira atingia em cheio todas as Faculdades e Universidades Católica.

Também, no mesmo ano, entre os dias 16 e 20 de agosto se realizou, em Louvain, o IV Congresso da Federação Internacional das Universidades Católica. Ali se fizeram representar cerca de 40 Universidades Católica da África, América, Ásia e Europa. Nesse congresso a Universidade Católica de Campinas, atendendo a todos os requisitos, foi admitida na Federação (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, n. 15, 1958, p. 144-5).

No mês de outubro de 1958 morreu o papa Pio XII. Se as transformações mais profundas na Igreja do Brasil vinham acontecendo com as mudanças de rumos da Ação Católica (que abandona o modelo italiano e adota o modelo belgo-francês) e com a criação da CNBB em 1952, além de várias experiências de pastorais populares pontuais, em diversas regiões geográficas do país, a substituição de Eugenio Pacelli (Pio XII) por Ângelo Giuseppe Roncalli, o papa João XXIII, alavancará as mudanças que atingirão toda a Igreja Católica Apostólica Romana. É João XXIII que convocará o concílio Vaticano II (1962-1965) e, sob seu pontificado, ocorrerão as primeiras assembléias do Concílio.

Entrando nos anos 60, a Igreja de Campinas se deparou com uma realidade extremamente complexa. As empresas multinacionais que aqui haviam se instalado na década anterior, Singer, Dunlop, Robert Bosch do Brasil, Bendix, Meck Sharp & Dohme, Mercedes Benz, entre outras, haviam atraído um grande contingente populacional para a cidade (cf. TANGERINO, 1998, p. 20). A população, que era de 129.634 em 1950, passou para 219.303 em 1960, uma variação de 69,52% (cf. CENSOS DO IBGE de 1950 e 1960).

Para atender à demanda de moradia foram criadas nos anos seguintes – entre 1966 e 1979, as Vilas Planejadas do BNH, no total de onze, o que nem de perto deu conta das necessidades, não impedindo o aumento da população favelada do município.

Em 1961, a Universidade Católica já contabilizava 3.883 alunos diplomados nos seus diversos cursos e faculdades e contava com 2.200 alunos matriculados (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 19/20, 1961, p. 130-1).

No mesmo ano, no mês de abril, a Câmara dos Deputados registra, sob número 2.923, o decreto do Congresso Nacional que concede suplementação aos professores das Universidades equiparadas. Assim, no artigo 1º encontramos:

Os professores responsáveis pelas cátedras dos institutos de ensino superior integrantes de Universidades equiparadas, perceberão mensalmente da União, a título de suplementação, uma importância igual ao salário mínimo local, além dos honorários normalmente pagos pela Universidade

Parágrafo Único. Os assistentes e instrutores, em igualdade de condições perceberão 50% da retribuição prevista no artigo, à conta da União (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 19/20, 1961, p. 155).

Como justificativa para tal decreto se afirma que as escolas de 1º e 2º graus, através das taxas escolares, normalmente se mantêm, mas como a remuneração dos professores é baixa o Fundo Nacional de Ensino Médio concede suplementação a esses estabelecimentos de ensino. Reconhecendo que, no nível superior, os estabelecimentos são sempre deficitários e que esse problema atinge diretamente os professores, afirma:

A suplementação ora pleiteada servirá de estímulo e de incentivo às escolas superiores integrantes de Universidades particulares, concorrendo para reduzir a diferença de níveis atualmente existente na remuneração do magistério oficial da União e o magistério particular (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 19/20, 1961, p. 156).

De alguma forma, seja pela legislação, seja pela dependência financeira, as Universidades Católicas caminhavam alinhadas à política de educação definida pela União, não só recebendo determinações mas tentando influenciar os rumos da educação no país.

3.1- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Universidade Católica:

Em 20 de dezembro de 1961, através da Lei federal nº 4.024, o Estado fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional..

O primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi enviado à Câmara Federal no final de outubro de 1948. Lá ficou sendo estudado e aguardando procedimentos de discussões até o mês de maio de 1957.

O projeto inicial era caracterizado por uma tendência descentralizadora, obedecendo ao desejo expresso, desde a década de 30, pela Associação Brasileira de Educação (cf. SAVIANI, 1997, p. 12). O relator-geral do projeto, Almeida Júnior, pela leitura que fazia do mesmo, acreditava que sua fundamentação no texto constitucional se fazia evidente, juridicamente defensável.

Quando o projeto chegou ao Senado, em dezembro de 1948, em mãos da comissão mista de leis complementares, tendo como relator o deputado Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação do Estado Novo, este praticamente liquidou com o caráter descentralizador do projeto em questão, baseado numa leitura e interpretação bastante particular da Constituição de 1946 (cf. SAVIANI, 1997, p. 13). Com isso o projeto foi arquivado.

Entre idas e vindas² muitos percalços acompanharam o projeto: arquivamento, extravio, emendas, novas versões. Isso obedecia tanto ao jogo de interesses dos partidos políticos (situação *versus* oposição) quanto à defesa de princípios ideológicos alicerçados em questões de ordem econômica.

O auge desse processo se deu quando, em 10 de dezembro de 1958, Coelho Souza, presidente da Comissão de Educação e Cultura, teve seu pedido de retirada do projeto de lei da ordem do dia atendido. A motivação para tal fato, como denunciado por Aurélio Viana, foi a apresentação à subcomissão relatora do substitutivo do deputado Carlos Lacerda. Importante lembrar que, do projeto inicial de 1948 até chegar ao projeto

² Para um histórico sistemático das vicissitudes do Projeto e Lei da 1ª LDB, ver SAVIANI, 1997, p. 11-21.

que estava sendo apreciado pela Câmara, uma infinidade de alterações já haviam sido feitas, constituindo-se uma nova versão.

Em relação ao substitutivo Lacerda, Saviani (1997, p.15) afirma que:

O referido substitutivo representou uma inteira mudança de rumos na trajetória do projeto. Seu conteúdo incorporava as conclusões do III Congresso Nacional do Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em janeiro de 1948. Conseqüentemente, os representantes dos interesses das escolas particulares tomavam a dianteira do processo [...]

Entretanto, é a partir do final de 1956 que os defensores da iniciativa privada em matéria de educação, à testa a Igreja Católica, se mostram decididos a fazer valer hegemonicamente os seus interesses no texto da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ideologizando o debate sobre educação, os defensores das escolas particulares conseguem polarizar a opinião pública, deixando os defensores das escolas públicas numa posição defensiva, marcada mais pelas críticas ao substitutivo Lacerda do que pela apresentação de outras propostas.

Durante o ano de 1959 a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal elaborou um novo substitutivo, que foi apresentado e aprovado pela Câmara dos Deputados em 22 de janeiro de 1960 (cf. SAVIANI, 1997, p. 17). No Senado o projeto recebeu algumas emendas e lá também foi aprovado. Era o mês de agosto de 1961.

Finalmente, em 20 de dezembro de 1961, através da Lei federal nº 4.024 é fixada a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB).

O texto aprovado, de caráter conciliatório entre as correntes em disputa, evidenciava, já no Título II, do *Direito à Educação*, a tentativa de juntar compreensões opostas de educação, que obviamente representavam interesses diversos, e dá mostras do que viria a seguir. Assim, nos artigos compreendidos neste título temos:

Art. 2º - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Parágrafo Único – À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos

Art. 3 – O direito à educação é assegurado

- I) pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor;
- II) pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

Aqui observamos claramente que o que os bispos advogaram no encontro de Goiânia, que à família cabe o direito e o dever da educação, conforme vimos acima, ficava assegurado no texto da LDB, bem como ficava expresso o que defendiam os que colocavam o primado do Estado no tocante à Educação.

No Título XII, dos *Recursos para a Educação*, a LDB deixava aberta a possibilidade de subvencionar estabelecimentos de ensino particulares, quando diz, no artigo 93:

Os recursos a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal, serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal e pelos conselhos estaduais de educação [...].

O termo *preferencialmente* não exclui o auxílio aos estabelecimentos particulares, ao contrário, direciona primordialmente os recursos para as escolas públicas, mas abria espaço para as particulares no próprio texto da LDB, apontando a finalidade dos recursos, as condições e os compromissos que devem ter as escolas particulares.

Assim, no artigo 95 encontramos: “a União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob forma de”; [...] e no mesmo artigo, na letra c, expressa: “Financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor”.

A LDB de 1961, expressando os interesses das escolas particulares, bem como os dos defensores da escola pública, amalgamava discussões que por décadas estiveram presentes no cenário político-educacional brasileiro.

Na VII Reunião do Conselho Universitário da Universidade Católica de Campinas, realizada em 10 de março de 1960, já se fazia menção à aprovação futura da LDB, bem como indicava a necessidade de se trazer educadores de São Paulo para a realização de conferências sobre o projeto de LDB.

A Universidade vivia o “clima” de mudanças no país. A imanência da aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação mexia com as expectativas dos dirigentes, corpos docente e discente da instituição. Mas não só isso.

O ano de 1960 era um ano eleitoral. No dia 23 de outubro a nação decidiria pela continuidade ou não do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. A aliança PSD/PTB, tendo como candidato a presidente o general Henrique T. Lott e a vice, João Belchior Goulart, enfrentaria o misto de populismo de Jânio Quadros com o liberalismo da UDN. Mesmo com um terceiro candidato à presidência, Adhemar de Barros, pelo PSP, as eleições ficaram polarizadas em torno dos grandes partidos da época, nas figuras dos dois primeiros nomes candidatos a presidente.

A vitória de Jânio Quadros representou o início das crises políticas que adviriam num futuro próximo. Como as candidaturas de presidente e vice eram autônomas, Jânio acabou tendo como vice-presidente João Goulart, então candidato na chapa do gal. Lott. O resultado das urnas quebrava a aliança PSD/PTB e alçava a UDN ao topo do Executivo federal. Depois de sete meses de um governo conturbado, em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou³. Recusando fazer política (compor, ceder, negociar, estabelecer maioria), o presidente, valendo-se de sua figura carismática populista, tentava impor seus projetos de lei ao Congresso Nacional sempre de forma autoritária. Via de regra, o PSD, partido majoritário, vetava o que procedia do Executivo.

3.2- A Universidade Católica de Campinas e a crise dos anos 60

O início dos anos 60, não só do lado político, mas também nas questões econômicas e sociais, foi muito instável, instabilidade que perdurará durante toda a década.

³ Jânio tentou, com sua renúncia, voltar à Presidência ancorado em grandes manifestações populares. Tinha tanta certeza de sua volta que levou consigo a faixa presidencial. Retomando o poder pretendia governar com poderes plenos; para tanto, fecharia o Congresso. Tal intento, porém, não se concretizou. A surpresa com a renúncia não levou a nação a grandes manifestações. Simplesmente elas não aconteceram. Sobre o assunto ver FAUSTO, 1994. Numa outra versão, ver BASBAUM, 1986.

Os movimentos sociais populares, como a campanha pela sindicalização rural, as ligas camponesas, o Movimento de Educação de Base, a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, a crescente politização da União Nacional dos Estudantes, contrapostos à articulação crescente da direita, representada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Tradição, Família e Propriedade (TFP), de ultradireita, a crescente intervenção da Escola Superior de Guerra (ESG) na política brasileira, dentro dos marcos teóricos da Guerra Fria, tudo contribuía para uma polarização em torno dos interesses de classes em conflito.

O processo de urbanização da sociedade brasileira se acentuava. As cidades industrializadas do Sudeste, entre elas, Campinas, continuavam recebendo migrantes e cresciam rapidamente. Com o operariado urbano novas ideologias começavam a penetrar o universo das representações simbólicas das classes populares. As universidades ressoavam e às vezes antecipavam tendências ideológicas que se manifestavam no Brasil e no mundo.

Na ata da X Reunião do Conselho Universitário da Universidade Católica de Campinas, de 10 de fevereiro de 1961, o reitor, monsenhor José Salim, comunica que Alceu Amoroso Lima faria a aula inaugural no dia 9 de março. Comunicou também que durante o ano se realizaria um curso sobre marxismo e filosofia materialista para os alunos da Universidade. Tal curso seria ministrado por especialista e que Alceu Amoroso Lima havia sido convidado para organizá-lo.

Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, foi convocada e realizada em 28 de agosto de 1961 uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, a 13ª. Essa reunião tinha o intuito de avaliar a repercussão da crise política sobre a Universidade.

O reitor destacava a “necessidade de que a nação reencontre a calma, a tranqüilidade e entendimento político, indispensáveis para a garantia da paz, da democracia e dos ideais cristãos” (cf. Ata da 13ª REUNIÃO DO CONSUN, da Universidade Católica de Campinas, 1961). Na ocasião se comunicou que os Centros Acadêmicos da Universidade, principalmente os de Filosofia e Odontologia, estavam em assembléia permanente e faziam protestos contra a prisão de estudantes pertencentes à União Estadual dos Estudantes e a União Nacional dos Estudantes. As aulas foram suspensas por dois dias.

Lembramos aqui que setores militares não queriam que o vice-presidente João Goulart assumisse o poder presidencial. Goulart trazia o estigma nacionalista de Vargas e

era considerado tendenciosamente ligado aos sindicatos de trabalhadores. Na avaliação de Argemiro Brum (1995, p. 125), o jogo das forças políticas e econômicas daquele momento histórico assim estava representado:

De fato, Jânio Quadros constitui um governo representativo das forças socioeconômicas modernizante-conservadoras, com inclinação favorável ao capital transnacional [...] João Goulart (vice-presidente agora guindado à presidência da República) representa a volta e continuidade das forças nacionalistas do varguismo.

Esse choque de forças entre o moderno/conservador e o nacionalismo redundou no “arranjo parlamentarista”, graças ao qual Goulart chega à Presidência legalmente, amparado pela campanha da legalidade encabeçada por Leonel Brizola, seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul. No entanto, sua posse, em 7 de setembro de 1961, ocorreu sob regime já transformado em parlamentarista, portanto, com o poder presidencial bastante restrito.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024), de 20 de dezembro de 1961, também era fruto da crise e dos interesses políticos distintos, como já vimos antes.

A ata da 15ª Reunião do Conselho Universitário, de 19 de março de 1962, revela preocupações decorrentes da aplicabilidade da LDB na Universidade Católica. Os conselheiros apontaram a inviabilidade de se adotar os 180 dias letivos no ano vigente e, como paliativo, indicam que poderia haver aulas nos três primeiros dias da Semana Santa (cf. Ata da 15ª REUNIÃO DO CONSUN, da Universidade Católica de Campinas, 1962).

Nessa mesma reunião apontava-se para a organização de uma comissão nacional de Reforma Universitária, que deveria ser acompanhada por uma Comissão Seccional correspondente em cada Universidade. No caso da Universidade Católica de Campinas, tal comissão seria constituída por todos os diretores das diversas Faculdades. Todas as propostas de mudanças curriculares deveriam ser discutidas nas reuniões de congregação de cada faculdade, para depois serem levadas à Comissão Seccional. Os presidentes dos centros acadêmicos também deveriam apresentar propostas (cf. Ata da 15ª REUNIÃO DO CONSUN, da Universidade Católica de Campinas, 1962).

Por efeito da LDB, a Reunião do Conselho Universitário realizada em 25 de junho de 1962 tinha como ordem do dia: "1º. Discussão e aprovação das alterações do Estatuto da Universidade; 2º. Discussão e aprovação das alterações do Regimento da Universidade; 3º. Discussão e aprovação dos Regulamentos de cada Faculdade" (cf. Ata da 16º REUNIÃO DO CONSUN, da Universidade Católica de Campinas, 1962).

Chama a atenção nessa ata a discussão sobre a questão da representação do corpo discente junto aos órgãos colegiados, quem teria direito a voto e quais as condições exigidas para que um aluno fosse o representante dos estudantes. Diante do fato, referido explicitamente na ata, de um “aluno bolsista, boliviano, agitador, da Faculdade de Odontologia”, quis-se limitar a candidatura à representação discente somente a brasileiros ou naturalizados. De forma ainda mais restritiva houve quem propusesse que os candidatos aos Centros Acadêmicos ou a qualquer outro órgão de representação discente fossem, só alunos reconhecidamente católicos.

Isso causou polêmica entre os conselheiros. Alguns alegavam que tais restrições poderiam ferir dispositivos constitucionais. O reitor interveio, alegando que a matrícula era permitida a todo e qualquer aluno e que o católico seria restritivo apenas à representação estudantil.

O presidente do Centro Acadêmico de Direito então propõe que o vestibular relacione e impeça que pessoas indesejáveis viessem entrar na Universidade, pois que, considerava ele, seria um retrocesso permitir o aluno entrar na Universidade e depois indeferir nomes para a representação discente.

O Reitor, por sua vez, cita “agitações” da UNE, “africanos” e “uruguayos” que entraram ilegalmente no país (cf. Ata da 16ª REUNIÃO DO CONSUN, da Universidade Católica de Campinas, 1962).

A *Revista da Universidade Católica de Campinas*, de novembro de 1964, publicou os Estatutos e o Regimento da Universidade. Ali pudemos observar que, em relação à representação discente no Conselho Universitário, dá-se uma longa volta para se disciplinar a matéria. Assim, no Título III, *Da Organização Administrativa da Universidade*; Subtítulo II, *da Administração Geral da Universidade*; Capítulo II, *do Conselho Universitário*, no artigo 78, encontramos:

Será representado o corpo discente da Faculdade: 1º) No CTA (Centro Técnico Administrativo) pelo presidente do Centro Acadêmico e por um outro aluno credenciado pelo órgão diretivo do Centro, ambos com direito a voto, 2º) Na congregação pelo presidente do Centro Acadêmico e por mais um aluno de cada série em funcionamento na Faculdade, eleito pelos colegas de série, todos com direito a voto; na Faculdade de Filosofia será um representante por curso, o Presidente do Centro de Estudos; 3º) No Conselho Universitário pelo Presidente do Diretório Central dos Estudantes, e pelos Presidentes dos Centros Acadêmicos, cabendo entretanto a um só destes o direito de voto; nos Departamentos, pelo Presidente do Centro de Estudos do respectivo Curso (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 169).

À primeira vista, parece que as discussões ocorridas na 16ª Reunião do CONSUN haviam chegado a um bom termo e que a representação discente se faria dentro dos parâmetros das Universidades, sem maiores objeções. No entanto, em 5 parágrafos posteriores havia uma regulamentação que obstava a representação em alguns aspectos:

§ 1º Os órgãos colegiados da Universidade poderão rejeitar os nomes dos representantes do Corpo Discente junto desses órgãos, quando se tratar de alunos: 1º - que não sejam brasileiros natos ou naturalizados; 2º - que são habitualmente indisciplinados ou tidos como tais pelo CTA; 3º que professam ideologias antidemocráticas;

§ 2º Eleitos os representantes do Corpo Discente nos órgãos colegiados da Faculdade, o Presidente do Centro Acadêmico comunicará imediatamente ao Diretor da Faculdade seus nomes, para o competente exame;

§ 3º Rejeitada pela maioria dos membros do CTA a indicação de algum representante, o Diretor da Faculdade fará essa comunicação ao presidente do Centro para proceder a nova indicação; (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 169).

Como, obviamente, o conteúdo desses parágrafos deixava uma enorme margem de manobra para se recusar nomes de representantes de alunos junto aos órgãos diretivos da Universidade, visto que não se denominavam as “ideologias antidemocráticas” e nem se qualificava a “indisciplina”, o parágrafo quarto assegurava o direito de defesa do aluno impugnado, seja por ele próprio, pelo representante dos alunos ou por advogado constituído, e o quinto parágrafo rezava que a objeção ao nome do indicado por algum

membro do CTA deveria ser feita de forma “fundamentada, em voto declarado” (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 169).

No Título X do Regimento que trata *Da Vida Social da Universidade*, o Capítulo I, denominado *Do Diretório Central dos Estudantes*, os artigos 133 a 137 regulamentavam não apenas o papel do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o respectivo vínculo com a Universidade, mas definiam também os vínculos dos Centros Acadêmicos com as Faculdades ou Escolas da Universidade, e a submissão destes ao CTA da unidade, submetendo os estatutos do CA à aprovação deste.

A Ata da 17ª Reunião do CONSUN da Universidade Católica, realizada em 30 de agosto de 1962, mostra que a regulamentação sobre a representação discente havia se arrastado por muito tempo até se chegar ao que estava prescrito no Regimento da Universidade, já citado acima.

Nessa ocasião foi feita a leitura do telegrama do ministro da Educação que remetia ao Parecer nº 155, do Conselho Federal de Educação, cuja matéria era exatamente sobre representação discente. Em tal Parecer se garantia a representação discente nos órgãos decisórios das Universidades, não havendo nenhuma restrição de ordem ideológica ou de caráter a essa participação.

Por outro lado, a situação econômica da Universidade também preocupava. Falava-se da necessidade de aumento da taxa estudantil para cobrir as despesas com 13º salário e salário-família. Aponta-se ainda que o déficit da Universidade passava de oito milhões de cruzeiros.

A LDB significou, neste contexto, uma flexibilização da Universidade Católica de Campinas à medida que possibilitava e exigia que o corpo discente se fizesse representar nos órgãos colegiados da Universidade, democratizando – não sem resistência, e ainda que parcialmente – as pesadas estruturas da Universidade.

Voltando ao Regimento da Universidade, no Título XI – *Disposições Gerais*, no artigo 144, o caráter confessional da Universidade é explicitado pela cadeira superior de Religião existente em todas as Escolas e Faculdades da mesma.

Já o artigo 145 impede a participação política do conjunto da instituição:

A Universidade Católica de Campinas, e cada uma de suas Unidades integrantes, por qualquer de seus órgãos docentes,

discentes ou técnico-administrativo, se absterão de promover ou autorizar quaisquer manifestações de caráter político-partidário. Parágrafo Único. – Os professores e alunos da Universidade não poderão, individual ou coletivamente, invocar essa qualidade para exercer atividades políticas (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 179).

Interessante que esses artigos já faziam parte do Regimento antigo da Universidade. Certamente o agravamento da ordem institucional do país os tornavam mais necessários nesse momento, aos olhos da direção, dada a crescente politização do movimento estudantil no Brasil, fenômeno que também atingia os alunos desta Universidade.

Fechando o ano de 1962, ocorre no dia 28 de dezembro a 18ª Reunião do Conselho Universitário. Ali se noticiava a inauguração próxima do Colégio Pio XII, que começaria a funcionar em março de 1963. Ligado à Universidade Católica de Campinas o Colégio teria como professores os melhores ex-alunos da Faculdade de Filosofia desta Universidade.

Chama a atenção também, na Ata, a menção à possível fundação de uma Universidade Estadual em Campinas (a UNICAMP), pois isso aumentaria ainda mais as dificuldades financeiras desta Universidade. Consta ali também que o deputado Ruy Almeida Barbosa, professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Católica, preocupado com essa questão, acrescentou ao projeto de criação daquela Universidade uma emenda (n. 1) solicitando subvenção aos cursos da Universidade Católica de Campinas (cf. Ata da 18ª REUNIÃO DO CONSUN, da Universidade Católica de Campinas, 1962).

Observamos na 23ª Ata do Conselho Universitário, realizada em 6 de fevereiro de 1964, que nenhuma menção se faz em relação ao agravamento da crise institucional. Ali se discutiu sobre a disciplina de Cultura Religiosa e se instituiu que nas duas primeiras séries essa disciplina existiria com este nome e na 3ª série constaria com o nome de Doutrina Social da Igreja, passando a chamar-se, na 4ª série, Ética Profissional.

Na Ata da 24ª Reunião do CONSUN, de 1º de abril de 1964, consta a aprovação da suspensão das aulas por três dias devido ao agravamento da crise política. O dia em que se deu o Golpe Militar.

O reitor da Universidade Católica de Campinas, monsenhor Emílio José Salim, recebeu uma carta datada de 22.05.1964, enviada pela Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades de Estudos, instituição do Vaticano, responsável pela educação, presidida pelo Cardeal José Pizzardo. Nessa carta, o cardeal fazia um balanço do relatório das atividades da Universidade em 1963, enviado à Roma pelo reitor.

Elogiava-se o esforço no plano da assistência ao universitário, com o aumento das Bolsas de Estudo. Dizia que esse esforço deveria ser perseguido por todos os responsáveis pelas Instituições Superiores Católicas (cf. REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 275).

No rastro da LDB e da autonomia da Universidade e, porquanto, da identidade católica afirmava:

Consita-nos, pois, também chamar a atenção de V. S. para o problema da elevação do nível do Corpo Docente e conseqüentemente, do magistério universitário. Temos conhecimento, com efeito, das graves dificuldades – sobretudo de ordem econômica – que se opõem ao aumento do número dos Professores Catedráticos (essa Universidade possui apenas 10 entre 288 Professores), mas temos certeza, também, que se haverá de considerar com a mais vigilante atenção quanto a propósito estabelece a recente ‘Lei de Diretrizes e Bases da Educação’, que determina o concurso para a Cátedra (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 175).

Um maior número de professores catedráticos implicaria uma maior despesa. Desafio que se impunha para uma Universidade que, de resto, sempre se preocupava com a qualidade do ensino. Isso observamos pela leitura do conjunto das Atas do CONSUN até a presente data. A hierarquia católica romana se preocupava com o desfecho que teria a contratação de professores que não professassem a fé católica. Assim, continua a carta:

Nossa preocupação relativa a tal propósito não se refere somente, ao desejo que temos de elevar sempre mais o nível do ensino Universitário nesse centro de estudos mas, também, às graves perspectivas que se apresentam com tal obrigação, relativas à sorte mesma das nossas instituições universitárias, desde que qualquer habilitado – sem nenhuma distinção de credo religioso – pode candidatar-se, em tais concursos.

Estamos certos, entretanto, de que VS., dividindo as nossas apreensões saberá garantir, agora e para o futuro, a ortodoxia dos Docentes desse centro universitário católico (REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, n. 25/26, 1964, p. 275).

Roma parecia estar vigilante em relação aos desdobramentos e à aplicabilidade da LDB sobre as Instituições Católicas. Resguardar a Identidade Católica mantendo os quadros docentes católicos estava no centro das preocupações, ainda que se aludisse à qualidade do ensino e ao atendimento aos alunos sem condições financeiras para o pagamento das taxas escolares.

Aqui é importante situarmos o contexto nacional. O ano de 1964 tornou-se um marco da história nacional. O presidente João Goulart, que havia encontrado resistência para assumir o poder presidencial em 1961, o que só aconteceu com a alteração do regime para o parlamentarismo, conseguiu antecipar o plebiscito, anteriormente marcado para se realizar em 1965, para o dia 6 de janeiro de 1963. Com a vitória do presidencialismo João Goulart passou a ter o Poder Executivo em suas mãos.

A sociedade brasileira e suas instituições estavam divididas. Divididas estavam as forças armadas, pró e contra o presidente, divididas estavam as "esquerdas" em relação aos rumos que o governo haveria de tomar, dividida estava a Igreja Católica em relação aos possíveis desdobramentos da crise.⁴

A Igreja Católica, como vimos atrás, vinha modernizando suas estruturas à medida que a urbanização e a industrialização avançavam. A criação da CNBB em 1952 e a aproximação de setores da Igreja às classes populares através da Ação Católica especializada, o modelo belgo-francês, levaram a uma crescente politização desses setores.

Novas experiências pastorais populares vinham ocorrendo desde os anos 50, abrindo um maior espaço para a atuação dos leigos. Mas também no meio operário, através da Juventude Operária Católica (JOC), e no meio estudantil e universitário, através da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), a Igreja

⁴ Sobre as divisões nas Forças Armadas ver GASPARI, 2002^a; GASPARI, 2002b; DREIFUSS, 1981; FAUSTO, 1994; BASBAUM, 1986. Sobre a divisão na Igreja Católica ver, além dos três primeiros autores citados acima, especialmente MAINWARING, 1989; GOMES DE SOUZA, 1984; SOUZA LIMA, 1979; SALEM, 1981.

se deixava penetrar por novas ideologias e, à medida que influenciava o meio em que atuava, era influenciada pelas idéias que ali se faziam presentes.

Esse catolicismo progressista, influenciado inicialmente por pensadores europeus como Jacques Maritain, Emanuel Mounier e Pe. Lebret, ganha contornos próprios no Brasil. Receberá as influências do existencialismo de Sartre e ainda das várias tendências marxistas. Em meio a movimentos sociais dos mais diversos matizes ideológicos, o catolicismo progressista da Igreja tinha à frente a Ação Católica Especializada, nesse momento, representada sobretudo pela JUC. Esta buscava uma espiritualidade engajada (refletindo sobre a “Consciência Histórica” do pe. Lima Vaz), proposta que apresentou no Congresso que deu origem à Ação Popular, em 1962, em Belo Horizonte. Também resultado de sua politização vai ser o conflito com setores do episcopado, que começaram a retirar o apoio à Ação Católica. Quando Aldo Arantes, da JUC, venceu as eleições para a presidência da UNE em 1961, foi forçado por D. Jaime Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, a optar entre a presidência dessa entidade ou continuar como membro da JUC. Michael Löwy (1989, p. 11-12) interpreta assim a JUC:

A esquerda brasileira, tal como aparece nos anos 60 na JUC, na JEC e na AP é a primeira forma que toma, na América Latina, a articulação entre fé cristã e política marxista – não como fenômeno individual, excepcional, mas como corrente com uma base social ampla (no meio universitário e mesmo em setores do clero regular). É interessante observar que este processo não é o resultado nem do Concílio Vaticano II, nem das comunidades de base, nem da teologia da libertação e tampouco do golpe militar de 1964: ele é bem anterior a todos estes eventos que usualmente são considerados como causas da evolução da Igreja no Brasil e na América Latina (e que sem dúvida jogarão um papel importante numa etapa posterior). O fato de a juventude estudantil cristã ser o primeiro setor dentro da Igreja a conhecer a ‘tentação marxista’ não é de surpreender, posto que este era o meio social em que maior influência tinham as idéias de Marx e de seus discípulos; processos similares terão lugar mais tarde no Chile e em outros países.⁵

Nesse ano – conturbado pela renúncia do presidente Jânio Quadros e a dificuldade de o vice-presidente tomar posse –, em Congresso realizado em Salvador, a

⁵ Sobre a JUC ver também BEOZZO, 1984; GOMES DE SOUZA, 1984; SIGRIST, 1982.

JUC persegue um caminho próprio aderindo às "esquerdas" que defendiam o ensino público e gratuito, separando-se dos bispos, que defendiam o direito ao ensino privado das escolas ligadas à Igreja (cf. SALEM, 1981, p. 25).

Isso ajuda a entender por que a direção da Universidade Católica de Campinas vê crescer a preocupação com a representação discente nos órgãos colegiados da Universidade, bem como com a infiltração de estrangeiros e não católicos nos órgãos representativos dos estudantes. Claro que não se trata de uma mera transposição dos acontecimentos de caráter nacional para a realidade local. Mas não há como negar a influência daquela sobre esta, ainda que com dimensões reduzidas.

No contexto da Guerra Fria o anticomunismo fazia parte do cotidiano das instituições católicas e ficava mais exacerbado nos momentos de crise política e social. O Brasil, do início dos anos 60, era um "caldeirão fervente". Os protagonistas daquele momento histórico foram se alinhando em um dos dois blocos, a favor ou contra as reformas almeçadas pelos movimentos sociais, e na Igreja isso não foi diferente.

O desenrolar dos fatos que levaram ao golpe militar deixou "feridas abertas" na sociedade brasileira que a força do arbítrio de uma ditadura não conseguiu cicatrizar. O Brasil viveria nos anos seguintes uma polarização provocada por ação e contra-reação. Na ótica dos militares cada ato institucional era uma resposta para conter a ação dos "comunistas e apátridas", que insistiam em tentar tomar o poder. Na ótica dos opositoristas, a própria luta armada era uma resposta à radicalização da ditadura em sua investida contra as instituições democráticas.

A Universidade Católica de Campinas não ficou imune a esse contexto. Vai respirar e sentir todos os dilemas e vicissitudes desse momento histórico.

Assim, os primeiros anos da ditadura militar vão registrar os conflitos e resistências da sociedade civil de forma crescente. A Igreja latino-americana, modernizando suas estruturas, a partir da realização do Concílio Vaticano II, vai se preocupar cada vez mais com o planejamento de sua pastoral, e a Universidade Católica vai ser tema de reflexão do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em seminário realizado pelo Departamento de Educação deste órgão, na cidade de Buga, Colômbia, no início de 1967. O Documento resultante deste seminário, que já analisamos

no primeiro capítulo, aponta os caminhos que as Universidades Católicas deveriam percorrer naquele momento histórico.

No diagnóstico feito por um dos participantes desse seminário, Herman Larraín (que era diretor da Escola de Pedagogia da Universidade Católica do Chile e ex-reitor da Universidade Católica de Valparaíso), em texto denominado *Misión Especifica de la Universidad Católica* (1967, p. 194-5), encontramos:

A Universidade mantém velhas estruturas que cada vez se revelam mais inadequadas frente ao que é hoje, e, o que é mais grave, se vê obrigada a enfrentar o problema de seu crescimento de forma improvisada adotando amiúde critérios mais empresariais que universitários. O resultado é um grande divórcio entre alunos e professores, e entre alunos, professores e direção.

E não é difícil identificar na postura de Monsenhor Salim, reitor da Universidade Católica de Campinas, e na dos quadros dirigentes, por aquilo que vimos até agora, o mesmo que Larraín (1967, p. 195) observa:

Os professores e muito mais os alunos se sentem marginalizados da alta direção. Tende na Universidade a predominar um regime quase monárquico, e diante dos estudantes se adota facilmente uma atitude paternalista e desconfiada. Por sua vez os estudantes se unem contra a direção, e temos induzida na Universidade uma verdadeira luta de classes que se manifesta em receios, desconfianças, ameaças e greves.

Campinas estava no “olho do furacão”. O golpe militar encontrou na cidade resistências isoladas e apoios institucionais amplos. Ao mesmo tempo em que prisões de sindicalistas eram efetuadas e outros sindicalistas eram procurados⁶, a prefeitura e a Câmara Municipal deram total apoio à “Marcha da Família de Campinas com Deus e pela Liberdade”. Assim, no dia 7 de abril de 1964 a prefeitura liberou os funcionários a partir das 16 horas, os bancos fecharam às 15 horas, o transporte público foi oferecido gratuitamente. Tudo foi facilitado para que mais de 70 mil pessoas participassem da

⁶ Foram presos no dia 6 de abril, 6 sindicalistas ligados ao Sindicato da Borracha; outros sindicalistas, inclusive alguns do Sindicato dos Enfermeiros, eram procurados (cf. REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO, 2000, p. 133).

manifestação. Saindo da Universidade Católica de Campinas a marcha terminou em frente à Catedral.

De outro lado, não só sindicalistas e políticos faziam oposição; os estudantes, sobretudo, terão em Campinas um lugar para se organizar e resistir.

No final de julho de 1967 a direção da UNE se reuniu secretamente no Colégio Notre-Dame, em Campinas, para preparar seu novo Congresso, que seria realizado em agosto, no convento beneditino de Vinhedo, com grande apoio dos religiosos de Campinas.

Três padres do Notre-Dame foram convocados a depor na polícia. Depois a prisão de seis beneditinos norte-americanos dia 1º de agosto, na abertura do Congresso da UNE, gerou nova reação de D. Agnello Rossi.⁷ A prisão aconteceu em função de informações fornecidas pelo SNI. (REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO, 2000, p. 138)

Se a articulação da União Nacional dos Estudantes passava por Campinas e envolvia setores da Igreja Católica, a Universidade Católica paradoxalmente convivia, desde 1966, com debates acirrados acerca da reforma universitária, que ocorreria em 1968. A proposta de uma gestão colegiada e democrática da Universidade era vista pelos setores conservadores como uma guinada à esquerda, e isso deveria ser evitado.

A crise institucional é detonada quando ocorre:

A negação, no início de 1968, pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Amaury Castanho (futuro bispo de Jundiá), da matrícula ao estudante Luís Carlos Freitas, que havia se destacado na Direção do Centro Estudantil Pedagógico, foi o ingrediente que faltava para alimentar a movimentação interna na PUC-Campinas.

Seguidas manifestações e paralisações levam à renúncia do diretor e à escolha pela comunidade de uma lista tríplice. O mais votado, José Luís Sigrist, seria confirmado pelo reitor Monsenhor Salim, o que sacramentou a abertura política na Faculdade de Filosofia. Tanto Sigrist como seu vice, Sérgio Castanho, eram originários das organizações estudantis

⁷ D. Agnello Rossi, ex-vice-reitor da Universidade Católica de Campinas, no ano de 1956 foi sagrado bispo e assumiu a Diocese de Barra do Piraí, depois, transferido para São Paulo, onde se tornou cardeal. Em relação ao regime militar D. Agnello manteve uma postura ambígua. Deu apoio total ao golpe e se manifestava contra determinadas atitudes dos membros do regime, como a invasão do conjunto residencial da USP em 1967, entre outras.

católicas atuantes na cidade (REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO, 2000, p. 139).

Essas manifestações na Universidade foram acompanhadas pelos agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Tudo que “inspirasse um ar de esquerdização” recebia especial atenção dos órgãos de segurança do regime militar.

A abertura conquistada pela Faculdade de Filosofia, porém, terá fôlego curto. A morte do reitor, monsenhor Emílio José Salim, em 22 de junho de 1968, e a ascensão do vice-reitor Benedito José Barreto Fonseca ao cargo, mais a conjuntura política recrudescida com o AI-5 e a Lei nº 477 – o primeiro suspendendo todas as garantias individuais dos cidadãos e a segunda limitando drasticamente a participação política dos estudantes – fecharam por completo a possibilidade de que a democratização da Faculdade de Filosofia “contaminasse” outras unidades da Universidade.

Com a nova reitoria, os espaços de debates e discussão na Universidade foram se fechando cada vez mais. Além da já citada conjuntura externa, no comando da Igreja de Campinas a renúncia de D. Paulo de Tarso Campos como arcebispo metropolitano de Campinas – por problemas de saúde – e sua substituição por D. Antônio Maria Alves de Siqueira (que tomou posse em 28 de setembro de 1968) agravava a instabilidade institucional universitária.

Por motivos que não ficaram claros,

Em 7 de março de 1969, durante a 51ª reunião do CONSUN, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi considerada acéfala a partir das demissões de seu Diretor e Vice-Diretor, respectivamente Profs. José Luís Sigrist e Sérgio Eduardo Montes Castanho (FIAMENGHI JÚNIOR e BARRETO, s.d, p. 9).

Denunciando irregularidades na administração da Universidade e o não-cumprimento do prazo estipulado pelo Ministério da Educação para a reestruturação da Universidade, professores da Faculdade de Filosofia se dirigem ao grão-chanceler pedindo um posicionamento.

Na 54ª Reunião do CONSUN, realizada em 22 de agosto de 1969, com a presença de três inspetores federais, estes afirmaram que não havia qualquer irregularidade

em relação aos prazos de reestruturação da Universidade (cf. FIAMENGHI JÚNIOR e BARRETO, s.d., p. 10).

Desses episódios redundou que:

Em agosto de 1969, 49 professores pediram demissão conjunta e muitos deles participariam da criação do Instituto Campineiro de Extensão Cultural, dedicado a 'preparar professores para concursos no magistério (REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO, 2000, p. 139).

3.3- A Universidade Católica de Campinas: a expansão e a crise do final dos anos 70

A Universidade Católica de Campinas, desde então, se acomodou bem às diretrizes do Ministério da Educação e nos anos seguintes conheceria uma enorme expansão.

No ano de 1970, às margens da Rodovia D. Pedro I, inicia-se a construção do *Campus I* da Universidade, em terras doadas pelo agrônomo Caio Pinto Guimarães. Também foi criado o curso de Fonoaudiologia, e um pouco antes, em 1969, haviam sido criados os cursos de Biologia, Jornalismo, Relações Públicas, Educação Física e Publicidade e Propaganda.

Já em 1971 foram criados os cursos de Artes Plásticas, Desenho, Engenharia Civil e Formação de Professores para Educação Especial (cf. CRONOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA PUC-CAMPINAS, s/d., p. 4).

Nesse período de expansão, veio o reconhecimento por parte de Roma:

Aos 8 de setembro de 1972, através do protocolo nº 429/71/12, a Santa Sé, por ato de sua Santidade, o Papa Paulo VI, concedeu à Universidade Católica de Campinas o título de Pontifícia. A entrega do mesmo a D. Antonio Alves de Siqueira foi feita pelo ex-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Cardeal D. Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, no dia 15 de março de 1973 (FIAMENGHI JÚNIOR e BARRETO, s.d, p. 13).

A criação de novos cursos continuava em ritmo acelerado: Fisioterapia e Ciências Contábeis (1972); início da implementação do curso de Mestrado em Psicologia,

também em 1972; Turismo, Análise de Sistemas Administrativas em Processamento de Dados, Mestrado em Lingüística (1973); Terapia Ocupacional e Arquitetura e Urbanismo (1974); Medicina, Nutrição e Ciências Farmacêuticas (1975); Mestrado em Filosofia (1976); Engenharia Sanitária, Mestrado em Biblioteconomia (1977) e Teologia e Ciências Religiosas 1978 (cf. CRONOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA PUC-CAMPINAS, s/d. p 4-5).

Tudo parecia caminhar bem, até que em 1979 o reitor, prof. Dr. Benedito José Barreto Fonseca, e o secretário-geral da Universidade, Dr. José Antonio Trevisan, foram denunciados como "super-alunos". Sem comparecer às aulas do Curso de Jornalismo, mas matriculados e com notas, faziam uma trajetória ímpar.

A exemplo do que vinha ocorrendo no país, em que a sociedade civil aos poucos ia ampliando seus canais de participação na luta pela democratização da sociedade contra o Regime Militar, na PUC-Campinas vivia-se uma grande mobilização por parte dos alunos e professores em busca de maior participação nas esferas de decisão da Universidade. A criação da APROPUC, em 1978, as greves estudantis (em protesto contra o assassinato do estudante "Cajá" em Recife – por grupos paramilitares – em protesto contra o fechamento do curso de Ciências Sociais matutino), envolviam a maior parte dos estudantes.

Quando veio a público o caso dos "super-alunos" a situação ficou insustentável. Não tendo mais condições de permanecer nos respectivos cargos, o reitor e o secretário-geral pedem licença em meados de 1980.

Na Reunião 143ª do CONSUN foram elaboradas listas sêxtuplas – para a escolha do reitor, do vice-reitor para assuntos administrativos e vice-reitor Acadêmico –, posteriormente enviadas a D. Gilberto Pereira Lopes, que na ocasião era arcebispo-coadjutor de Campinas e grão-chanceler da Universidade. Como as listas eram fechadas, os nomes que apareciam na de Reitor eram os mesmos que figuravam nas de Vice-Reitores, D. Gilberto as recusou.

No dia 9 de junho de 1980 D. Gilberto, através de um Termo de Posse, nomeia o professor Heitor Regina para Reitor, o professor Paulo de Tarso Barbosa Duarte como Vice-Reitor Administrativo e a professora Maria Rosa Marafon como Vice-Reitora Acadêmica.

Em 4 de julho, em novo Termo de Posse, D. Gilberto confirmava as nomeações anteriores. Os mandatos eram *pro tempore*.

No início do 2º semestre, em 07 de agosto, na 144ª Reunião do CONSUN, D. Gilberto fala aos conselheiros da Universidade sobre as atitudes que havia tomado e sobre a crise financeira que a Universidade estava passando.

Depois disso, na Reunião 146ª do Conselho Universitário, ocorrem novas eleições para a Direção da Universidade, nas quais são elaboradas as listas sêxtuplas, obedecendo ao que regia os Estatutos da Universidade. Depois de receber as referidas listas, em 30 de agosto, na residência episcopal, o grão-chanceler anunciou os nomes do escolhidos. Eles eram exatamente os mesmos que estavam na direção da Universidade.

Em outubro de 1980, na Reunião 148ª do CONSUN, foram realizadas as Reformas dos Estatutos e do Regimento da Universidade. No Estatuto, na Secção III, denominada *Da Reitoria*, encontramos:

Artigo 16 - O Reitor é escolhido e nomeado pelo Grão-Chanceler entre os professores titulares da Universidade que constaram da lista sêxtupla organizada pelo Conselho Universitário, com mandato de quatro anos, podendo, pela mesma forma, ser reconduzido.

Então, no início de 1981, no dia 20 de janeiro, na Reunião 151ª do CONSUN, novas eleições foram realizadas e novas listas sêxtuplas foram confeccionadas. Na reunião 152ª do CONSUN, de fevereiro de 1981, foram anunciados os nomes dos dirigentes da Universidade: professor Heitor Regina como Reitor, professor Eduardo José Pereira Coelho como Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos e professor Antonio José do Pinho como Vice-Reitor administrativo. Estes permaneceram nos respectivos cargos até o início de 1985.

Como Universidade, até esse momento a instituição tinha vivenciado dois grandes ciclos. O primeiro sob a gestão de monsenhor Emílio José Salim, vai de 1955 a 1968. É o momento da afirmação da mesma, com um gerenciamento estreitamente ligado à Igreja Católica local. O 2º ciclo, de expansão da Universidade, vai, num primeiro momento, de 1969 a 1980, tendo à frente o reitor Benedito Barreto Fonseca, e culmina com a crise e seu conseqüente pedido de afastamento. Num segundo momento, de 1981 a 1985,

tendo à frente o reitor Heitor Regina, a Universidade passará por uma grande crise econômica, consequência da gestão anterior.

CAPÍTULO III

A DEMOCRATIZAÇÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

1- O Contexto Sociopolítico Brasileiro

Em 1979, a posse do Gal. João Batista Figueiredo como presidente da República acelerava o processo de distensão política iniciado no governo de Ernesto Geisel. Era a chamada “abertura política”. Esse processo, cheio de percalços e contradições, representava uma conquista da sociedade civil através de movimentos sociais organizados, mas também uma tática de concessão por parte dos militares no poder com a finalidade de permanecerem mais tempo na direção do país.

Antes de passar a faixa presidencial para o general Figueiredo o presidente Geisel suspende a vigência do AI-5. Figueiredo assume, e ainda em 1979 decreta a anistia (parcial) e põe fim ao bipartidarismo (com o intuito claro de dividir a oposição aglutinada no então MDB).

As greves se multiplicavam no país (ao arripio da Lei de Greve) e os movimentos sociais se ampliavam. Contudo, a Lei de Segurança Nacional dava ao regime militar o suporte jurídico para enquadrar as lideranças mais expressivas dos movimentos populares e sindicais.

A linha dura das forças armadas, contrária à abertura política, começa a praticar ações terroristas incendiando bancas que vendiam jornais da chamada imprensa

alternativa e de grupos políticos clandestinos, a enviar cartas-bombas para as sedes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – resultando daí a morte da secretária da sede da OAB do Rio de Janeiro, Lydia Monteiro da Silva e, finalmente, o episódio do Rio Centro, que resultou na morte do sargento Guilherme do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson, ambos do Exército.

De outro lado, as eleições de 1982 (para governo do Estado, para prefeito, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador) foram realizadas já numa nova configuração político-partidária. A antiga ARENA, quase que totalmente havia se transformado no PDS; o MDB deu origem ao PMDB, Leonel Brizola perdeu a sigla PTB para Ivete Vargas (apadrinhada do general Golbery) e fundou o PDT, e dos setores populares do MDB, mais lideranças dos movimentos sociais e sindicais, além dos setores das pastorais populares da Igreja Católica, nasceu o PT (cf. TANGERINO, 1997, p. 120).

O partido governista, PDS, venceu em 12 Estados e o PMDB em 9, incluindo aí os Estados economicamente mais fortes da Nação, São Paulo e Minas Gerais¹. No Rio de Janeiro, outro forte da economia, elegeu-se como governador Leonel Brizola, do PDT.

Os movimentos sociais continuavam crescendo, tanto no campo como na cidade, alimentando esperança de que o regime militar podia estar em seu crepúsculo.

Ainda, no início da década de 1980, no movimento sindical ocorreram o ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais), o ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores em oposição à Estrutura Sindical) e também a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizada entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981. Já em 1983 ocorreu o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, de onde se originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (TANGERINO, 1997, p. 121).

Em 1984, através de manifestações massivas realizadas em muitas capitais de Estado em prol de eleições diretas para presidente da República, as classes populares, média e setores da burguesia, tentavam acelerar o processo de democratização do país. No entanto, a emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB de Mato Grosso) que propunha

¹ O PDS venceu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. O PMDB fez os governadores do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre. No Rio de Janeiro o vencedor foi o PDT de Leonel Brizola (Cf. *Folha de São Paulo*, Caderno 1, p. 12, 27.11.82).

eleições diretas foi rejeitada. Pressionadas pelo Poder Executivo as forças conservadoras recusaram a emenda.

No bojo dessa crise se articulou o nome do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como candidato de oposição à Presidência da República. É importante observar que também economicamente o Brasil passava por uma crise, uma recessão que se estendeu de 1981 a 1984.

2- O Pontificado de João Paulo II e o Recuo das Pastorais Sociais da Igreja no Brasil

Vários são os autores (já citados no 1º capítulo) que estudam ou estudaram a Igreja Católica no Brasil e que identificam um retrocesso da instituição a partir do início do pontificado de João Paulo II. Falando especificamente sobre este assunto e partindo desses autores podemos explicitar como dados irrefutáveis desse recuo a promulgação do Novo Código de Direito Canônico, a perseguição aos teólogos europeus progressistas, a sistemática campanha contra a Teologia da Libertação e seus teólogos, a centralização das decisões na Cúria Romana, a indicação de novos bispos sendo feitas pelo núncio apostólico no Brasil, e não pela CNBB, elevação da *Opus Dei* à condição de prelazia pessoal do papa, o espaço crescente que ocupou o movimento conservador italiano denominado *Communione e Liberazione*, a centralização da formação dos padres novamente em grandes seminários, entre outros.

Libânio (1984) denominou esse processo de “volta à grande disciplina”, ao passo que Comblin (2002:5), para se referir ao atual pontificado, fala de “noite escura”. Benedetti (2000, p. 364) já esboça outra tese. Para ele, a Igreja Católica deve ser entendida mais na linha de continuidade do que de ruptura. Diz ele:

Ao ciclo aberturista de Paulo VI que, de acordo com depoimento informal de um bispo, mandava que se fizesse ‘lá’ (no caso o Brasil) o que ‘não posso’ fazer daqui, sucede o ciclo restaurador de João Paulo II, um papa centralizador e teocrata. Mas o suporte de uma interpretação cíclica cai por terra com uma análise mais profunda de uns e outros*. Ela nos mostrará que as idas e voltas de uns e outros são como oscilações de

* Anteriormente Benedetti havia feito referência ao papa Pio IX, antimoderno, sucedido por Leão XIII, abertura da Igreja ao mundo operário, sucedido por Pio X, que editou um novo Syllabus. [N.A.]

pêndulo que só se move às custas de manter o ponto de fixação. O caráter divino da hierarquia é inquestionável em todos eles e as oscilações no exercício deste poder se devem mais à necessidade de afirmá-lo do que de dividi-lo em nome dos direitos do povo de Deus e da autoridade como serviço (p: 364).

Independente de aceitarmos a tese do pêndulo, neste momento, ou dos movimentos cíclicos da Igreja, ou ainda de ruptura (na América Latina, após o Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, ou anteriormente com a emergência da Ação Católica especializada, na década de 1950), todos reconhecem que a Igreja do Brasil sofre uma inflexão a partir do início do pontificado de João Paulo II.

De defensora dos direitos humanos, da posição de proa que ocupava na luta contra o regime militar, de incentivadora das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos sociais, de criadora do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de fundadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de evangelizadora dos trabalhadores do mundo urbano através da Comissão de Pastoral Operária, isso nos anos 60 e 70, a Igreja do Brasil passará nos anos 80 a discutir a identidade da Igreja, vocação religiosa e presbiteral, e, através do novo Catecismo de João Paulo II, sua doutrina.

A ênfase no social perderá força (mas não desaparecerá, sobretudo na questão política e da reforma agrária) e o setor mais conservador do episcopado brasileiro ocupará espaços maiores dentro da cúria romana.

3- A Igreja Católica em Campinas

Estudiosos da Igreja Católica observam que entre as decisões tomadas pela CNBB e as práticas efetivas da pastoral de cada Diocese há uma distância considerável. Cada bispo impõe uma dinâmica própria dentro da circunscrição geográfica que compõe sua diocese, a partir daquela realidade, das demandas sócio-religiosas dos habitantes daquela área e das características específicas do clero diocesano local. Essa dinâmica dependerá ainda das idiosincrasias do próprio bispo, de como através de sua teologia interpretará os desafios colocados à Igreja.

Em pesquisas de caso, alguns estudiosos² apontaram a diacronia entre os documentos da Igreja e o tempo de sua aplicação prática. Eles representam mais um ponto de partida, um marco referencial, do que o reflexo de uma prática, ainda que práticas isoladas possam ter sido fontes de inspiração.

Em 1979, quando a Igreja começou a recuar a partir da cúria romana, a Arquidiocese de Campinas aprovou o seu mais avançado Plano de Ação, o III Plano Pastoral da Arquidiocese de Campinas, 1980-1984.

O III Plano Pastoral da Arquidiocese de Campinas, 1980-1984 (p.1), segundo a apresentação do arcebispo D. Gilberto, pretendia ser um passo na direção de uma pastoral de transformação, que entendia a Igreja como presença-serviço em sua opção preferencial pelos pobres. Esse Plano tinha como objetivo:

Unir todas as forças evangelizadoras – humanas e materiais – da Igreja, em vista da organização do Povo, para a sua libertação, nos planos econômicos, político, social e religioso, atualizando e concretizando a missão de Jesus Cristo (III PLANO PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1980-1984, p. 5).

Entendido ao pé da letra a Igreja de Campinas se colocava ombro a ombro com as dioceses mais avançadas, em termos sociais da Igreja do Brasil. Porém as divergências em relação ao assunto, seja por parte do clero, seja por parte dos fiéis das paróquias mais elitizadas, acentuarão o conflito existente entre setores populares e os setores conservadores da Igreja de Campinas.

As opções pastorais prioritárias eram as seguintes:

- a- Comunidades Eclesiais de Base
- b- Mundo do Trabalho
- c- Educação para a Justiça e Socialização dos Bens da Igreja
- d- Apoio aos movimentos populares (III PLANO PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1980-1984, p. 5).

Em relação à socialização dos bens da Igreja, apesar da polêmica que isso causou, segundo nossa compreensão nunca foi colocado em prática.

² Benedetti (1983 e 2000), Santana (1988) e Tangerino (1998) estudaram Campinas, Pessoa (1999) estudou Ceres (GO), cidade pertencente à Diocese de Goiás Velho, Diás (1986) estudou a Diocese de Vitória, entre muitos outros.

Os outros itens, com maior ou menor envolvimento do clero, agentes de pastoral, leigos (as), de alguma forma passaram a fazer parte das preocupações cotidianas da Igreja local.

Quando o tempo de vigência desse plano estava expirando (1984) a PUC-Campinas, numa trajetória própria, fora das preocupações imediatas da pastoral da Igreja, ampliava os canais de participação da comunidade universitária na escolha do futuro reitor da Universidade.

4- As Prévias Eleitorais de 1984

Também na PUC-Campinas era ano eleitoral. O reitor Heitor Regina havia completado o seu mandato. O Brasil vivia no crepúsculo do regime militar. As eleições para presidente da República não seriam diretas, mas via colégio eleitoral. Os vários partidos de oposição, com exceção do PT, estavam unidos em torno da candidatura Tancredo Neves, do PMDB, governador de Minas Gerais. O PDS, partido governista, estava dividido com múltiplos candidatos.

A linha dura das Forças Armadas havia recuado após o fiasco e a repercussão do episódio do Rio Centro. A vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS em Brasília, contra o coronel Mário Andreazza, que havia recebido apoio de Aureliano Chaves e de Marco Maciel depois da renúncia de ambos, praticamente selaria o destino do partido governista no Colégio Eleitoral, a derrota.

Na PUC-Campinas, as entidades representativas dos Estudantes, DCE, dos funcionários, AFAPUCC e dos professores, APROPUC, que já haviam feito a campanha por eleições livres e diretas para presidente da República no início do ano letivo, começavam a organizar as eleições prévias para a reitoria da Universidade.

Os dois vice-reitores da gestão em andamento, professores Eduardo José Pereira Coelho, da Faculdade de Ciência e Tecnologia, e Antônio José Pinho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, respectivamente vice-reitor para assuntos acadêmicos e vice-reitor para assuntos administrativos, se apresentaram como candidatos. O primeiro ao cargo de reitor e o segundo para o mesmo cargo que ocupava.

Da Faculdade de Direito, o professor Paulo de Tarso Barbosa Duarte também se apresenta como candidato a reitor.

As opções ficaram bastante restritas: dois candidatos concorriam ao cargo de reitor, um único candidato se apresentava para concorrer a vice-reitor administrativo; e ninguém para o cargo de vice-reitor acadêmico.

O calendário eleitoral ficou assim definido:

- 08 a 12/10 – Proposta de processo através de documento conjunto APROPUC/AFAPUC/DCE
- 15 a 19/10 – Apresentação de Plataformas
- 22 a 26/10 – Realização de debates com os candidatos
- 05 a 09/11 – realização de eleições prévias (BOLETIM APROPUC/DCE e AFAPUC, 09.10.84).

Nesse mesmo boletim as três entidades explicavam o sentido da realização das prévias:

Mais do que a escolha de nomes ou de pessoas, o que está em questão é a opção por uma linha pedagógica e administrativa que dirigirá a vida da Universidade nos próximos quatro anos. Por isso mesmo o processo eleitoral não pode nem deve ficar restrito aos conchavos de bastidores. A apresentação de plataformas de trabalho e o debate em torno das propostas que vierem a ser apresentadas constitui exigência elementar da vivência democrática: professores, funcionários e estudantes devem intervir externando suas aspirações e manifestando sua posição acerca das plataformas, para que a eleição não se reduza a mera disputa pelo poder (BOLETIM APROPUC/DCE e AFAPUC, 09.10.84).

Por fim, colocava-se a exigência de que o resultado das prévias fosse acatado na escolha do futuro reitor. Obviamente era uma tentativa de driblar os estatutos, que definiam o colégio eleitoral (CONSUN) como órgão responsável pela eleição do reitor e dos vice-reitores, bem como limitava do arcebispo D. Gilberto o poder de escolha, já que o mesmo podia escolher qualquer nome de uma lista sêxtupla enviada pelo CONSUN, o que também valia para o cargo de vice-reitor.

Não se percebiam diferenças significativas nas plataformas dos três candidatos. O candidato a vice-reitor administrativo, Antonio José Pinho, por exemplo, fazia propostas que extrapolavam o âmbito econômico-administrativo, confundindo as competências

específicas do reitor com as de seus auxiliares imediatos. Tanto assim que em sua plataforma, no nº 8.2, ele coloca como objetivo “definir claramente, no plano estatutário, o papel do Reitor e de cada um dos Vice-reitores” (APROPUCC, DCE e AFAPUCC – Boletim Plataforma dos Candidatos para o Debate Eleitoral – 30.10.84, p. 2).

De maneira geral as plataformas dos candidatos abordavam a questão da autonomia da Universidade, de sua democratização, da busca de subsídios e de outros recursos financeiros (alternativas às mensalidades pagas pelos alunos), a elaboração de um projeto pedagógico com políticas de ensino, pesquisa e extensão bem definidas e a necessidade de uma reorganização estrutural.

Chama a atenção, também, no programa do professor Coelho o fato de o mesmo explicitar como proposta a discussão das linhas pastorais da CNBB (cf. APROPUCC, DCE e AFAPUCC – Boletim Plataforma dos Candidatos para o debate eleitoral – 30.10.84, p. 4). Nesse mesmo documento (p. 6), na plataforma do professor Paulo de Tarso, no último item da mesma, chama a atenção esta afirmação:

Reitero meu transparente intuito de animar as discussões em torno da escolha do novo Reitor da Universidade, sem que isto signifique adesão ou simpatia a qualquer espécie de expediente, que implique reduzir ou limitar competência, que há de ser livremente exercida pelo Colégio Eleitoral e pelo Grão-Chanceler da Universidade, instâncias estatutariamente incumbidas de conduzir o respectivo processo.

Ora, a explicitação por parte dos candidatos de uma fidelidade à Igreja, via CNBB, por parte do professor Coelho, e de fidelidade aos estatutos da Universidade, por parte do professor Paulo de Tarso, mostrava a conflituosidade do processo e ao mesmo tempo uma tentativa de se fazerem parecer confiáveis, sobretudo, em nosso entender, aos olhos dos membros do Colégio Eleitoral e do arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes. Seria temerário, para os candidatos, assumir outra posição que não fosse aquela definida pelos estatutos da Universidade. O perigo residia no fato de que outros candidatos, não inscritos nas prévias, utilizassem qualquer deslize para tumultuar o processo e de alguma forma intimidassem o Colégio Eleitoral.

O calendário das prévias foi alterado no processo. Até a data prevista para a entrega da plataforma só dois candidatos (os professores Paulo de Tarso B. Duarte e

Antonio José do Pinho) a tinham apresentado, e de forma parcial. Por conta disso, as inscrições foram prorrogadas até o dia 23 de outubro de 1984. No dia 22 de outubro o professor Eduardo José Pereira Coelho entregou sua plataforma, oficializando sua candidatura.

A partir de então foram organizados e realizados vários debates junto à comunidade universitária.

No dia 16 de novembro a comissão eleitoral das prévias publicou o número de eleitores dos três segmentos da Universidade, o relatório de cada um deles, obedecendo ao critério de proporcionalidade de 1/3, conforme segue:

Dados Segmentos	Número de eleitores	PESO	VOTO PONDERADO	Proporcionalidade
Professores	1.336	13,114	17.520	1/3
Funcionários	898	19,510	17.520	1/3
Alunos	17.520	1,000	17.520	1/3
TOTAL	19.754		52.560	

Comissão eleitoral – 16.11.1984

Posteriormente, no dia 19 de novembro, a diretoria da Associação dos Funcionários da PUC-Campinas, lança uma nota intitulada “À Comunidade Universitária”, onde acusa estar ocorrendo um “faccionismo”, uma manipulação no processo das prévias, deixando entrever seu descontentamento com a situação.

Em resposta a esta nota a APROPUC, no comunicado nº 25, de 20 de novembro (p. 1), se defende afirmando que “a entidade não tem e não poderia ter, no processo de consulta prévia, um candidato”. Mas não omitia que seus diretores, como qualquer professor, podiam ter preferências individuais. A APROPUC recusa também a afirmação de que estaria fazendo pressão sobre o colégio eleitoral ou o arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes, e afirma ainda que na cédula eleitoral só aparecem os nomes dos três candidatos que se inscreveram no processo das prévias (cf. APROPUC, comunicado n. 25, 20.11.84, p. 1-2).

A AFAPUCC, em boletim (não datado) denominado “Chegou a hora da verdade!” (p. 1), treplica:

Não chegamos a dizer, embora abundassem os indícios, que a APROPUCCT tinha um candidato desde antes das ‘prévia’s. Simplesmente dissemos que a organização do processo não poderia conduzir ao privilegiamento (sic) de candidaturas e à parcialidade. São os próprios diretores da APROPUCCT que, traindo-se subconscientemente, falam que a entidade não tem e não poderia ter um candidato.

Esclarecia também a entidade que a mesma era totalmente favorável à consulta direta à comunidade, em eleições prévia’s, e que, por isso, participava desse processo. Só não aceitava passar por cima dos estatutos da Universidade, ou, em suas palavras, “... não poderíamos incentivar um procedimento que visasse a diminuir a competência e a responsabilidade daquele colégio” (BOLETIM AFAPUCC, s/d., p. 1).

Finalmente, a AFAPUCC defendia também que a cédula eleitoral fosse aberta, que além dos três nomes dos candidatos inscritos fosse possível ao eleitor escrever o nome de um professor de sua preferência, que não tivesse seguido todos os trâmites do processo.

O jornal *Correio Popular*, do dia 22 de novembro, estampava na primeira página ‘AFAPUCC exige mudanças na cédula da prévia’. Na página 4 explicitava a exigência da diretoria da AFAPUCC de alteração na cédula eleitoral. Tal mudança se resumia na inclusão de um espaço em branco para que a comunidade pudesse escolher novos nomes. Caso tal mudança não fosse efetuada, a entidade ficaria neutra nas prévia’s e não reconheceria o resultado das mesmas.

No mesmo espaço o jornal publicava a posição da APROPUCCT que afirmava que os três candidatos achavam absurdo que as regras acordadas fossem alteradas durante o processo. Lídia Maria Rodrigo, presidente da APROPUCCT dizia ainda que a AFAPUCC buscava um pretexto para não participar (cf. *Correio Popular*, 22.11.84. p. 4).

Aparadas as arestas, as eleições prévia’s foram realizadas com o apoio e a promoção das três entidades representativas dos setores universitários.

Os resultados seguem abaixo:

RESULTADOS PONDERADOS PARITÁRIOS					
Votação para Reitor	Estudantes	Professores	Funcionários	TOTAL	%
Prof. Coelho	2.220	5.180	8.409	15.809	52,37
Prof. Paulo	3,224	4.315	2.270	10.309	34,15
Em branco	140	472	800	1.412	4,68
Nulos	342	577	1.736	2.655	8,80
Votação para Vice-Reitor	/	/	/	/	/
Prof. Pinho	3.119	5.178	9.345	18.182	60,23
Em branco	2.515	4.065	3.941	10.521	34,85
Nulos	292	761	429	1.482	4,92
Votos ponderados	5.926	10.544	13.755	30.185	1
TOTAL	(=1)	(13,114)	(19,510)		

Comissão Eleitoral – Mapeamento das Prévias para Reitoria – novembro de 1984

Comemorando a ampla participação da comunidade universitária, 70% dos professores, 89% dos funcionários e 38% dos estudantes, a APROPUCCL lançou um boletim, datado em 01 de dezembro de 1984 (p. 1), no qual defendia que os resultados das prévias fossem referendados pelo Colégio Eleitoral e pelo grão-chanceler:

A APROPUCCL, coerente com a postura defendida desde o início do processo, referenda a decisão democraticamente expressa pela comunidade, defende a indicação do professor Eduardo José Pereira Coelho para Reitor e do professor Antonio José do Pinho para Vice-reitor Administrativo. Todo empenho será feito para que os membros do colégio eleitoral – na condição de representantes da comunidade universitária – também referendem o nome de ambos. É também inegável que o Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte, pelo resultado obtido junto a estudantes e professores se confirmou como uma liderança que terá necessariamente de ser levada em conta na gestão da Universidade para os próximos 4 anos. Do mesmo modo, esse resultado será levado ao conhecimento de D. Gilberto Pereira Lopes – Grão-Chanceler da PUC – com um apelo especial para que seja sensível à manifestação livre e

democrática da comunidade no momento de nomear a próxima reitoria.

Restava saber como se comportariam os membros do Colégio Eleitoral nas eleições das quais se elaborariam as listas sêxtuplas. A reunião do referido Colégio Eleitoral havia sido marcada para o dia 13 de dezembro, conforme a portaria nº 386/84, emanada do Gabinete do Reitor e datada em 12 de novembro de 1984.

Nessa mesma data, o reitor Heitor Regina manda publicar também a Portaria nº 387/84, com os nomes de todos os membros do Colégio Eleitoral, totalizando 92 pessoas. Essas pessoas eram as mesmas que faziam parte do Conselho Universitário e do Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa.

Participavam do Colégio Eleitoral, portanto: O reitor, os dois vice-reitores, 19 diretores de unidades acadêmicas, 19 vice-diretores de unidades acadêmicas, 19 professores representantes de unidades no Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa, 1 representante dos órgãos complementares no Conselho Universitário, 4 representantes indicados pela entidade mantenedora para o Conselho Universitário e para o Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa, o capelão-geral da Universidade, 14 representantes do corpo discente, indicados na forma da Lei e 12 funcionários representantes do corpo técnico-administrativo no Conselho Universitário e no Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa (cf. PORTARIA REITORIA, n. 387/84, p. 1-3).

O jornal *Correio Popular* de 14 de dezembro de 1984 trazia como chamada de primeira página: “Eduardo Coelho é o mais votado para a reitoria”. Na página 4 trazia uma longa matéria sobre as eleições na PUC-Campinas.

Ali se mostrava que para reitor o professor Eduardo José Pereira Coelho havia recebido 48 votos, o professor Carlos Aquino Pereira 43 votos e seu irmão Antonio Aquino Pereira um voto (cf. *Correio Popular*, 14.12.84, p. 4).

Como se observa, forças políticas tradicionais dentro da Universidade, que não haviam participado das prévias apareceram com força no Colégio Eleitoral, com um candidato fortíssimo, que abocanhou 46,73% dos votos, contra 52,17% dos votos do candidato vencedor. Utilizando as prerrogativas e os estatutos da Universidade, este segmento mais conservador, havia se articulado muito bem na tentativa de vencer no Colégio Eleitoral. Enfatizamos ainda que o arcebispo e grão-chanceler da PUC-Campinas

teve um papel fundamental naquele momento histórico, pois, dada a representatividade do 2º colocado mais aquilo que rezava a Lei, certamente recebeu pressões para que escolhesse tanto o primeiro como o segundo colocados.

Comentando o recebimento, por parte do arcebispo, das listas sêxtuplas, o jornal afirmava:

Sem demonstrar preferência por nenhum dos candidatos, ele disse que até o final deste mês será divulgado o nome do reitor que substituirá Heitor Regina. Antes, porém, sua escolha será submetida à Congregação para a Educação Católica, no Vaticano, que dará o *nihil obstat* ao escolhido. Dom Gilberto Pereira Lopes comentou que em tese a Congregação poderá impedir o indicado por ele, mas que isto é muito difícil de acontecer devido a importância do ato do arcebispo (*Correio Popular*, 14.12.1984, p. 4).

Para vice-reitor administrativo o professor Antonio José do Pinho teve 45 votos, Álvaro César Iglesias, 39; Cândido Ferreira da Silva, 5; Eduardo J. P. Coelho, 1, e dois votos foram em branco.

Para vice-reitor acadêmico Paulo de Tarso Duarte recebeu 45 votos; Diana Toselo Lalloni, 32; Eduardo José P. Coelho, 5; Émerson. Lanaro, 2; Carlos Aquino, 1, e Ronaldo Passini também 1 (cf. *Correio Popular*, 14.12.84, p. 4).

Salientamos aqui que, dado o resultado das prévias e a expressiva votação do professor Paulo de Tarso Duarte, candidato derrotado a reitor, um acordo foi feito entre as forças políticas que o apoiavam com aquelas que apoiavam o professor Coelho. Desse acordo, ficou acertado que o professor Paulo de Tarso se candidataria a vice-reitor acadêmico no Colégio Eleitoral.

No dia 23 de janeiro de 1985 o padre Euclides Senna, vigário-geral da Arquidiocese de Campinas e secretário da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, a pedido de D. Gilberto Pereira Lopes, divulgou os nomes dos escolhidos:

- Professor Eduardo José Pereira Coelho, Reitor;
- Professor Antonio José do Pinho, Vice-reitor para assuntos Administrativos;
- Professor Paulo de Tarso Barbosa Duarte, Vice-reitor para assuntos Acadêmicos.

O Mandato de quatro anos teria início em 1º de fevereiro de 1985.

O resultado foi amplamente comemorado por alunos, funcionários e professores, tanto no campus central – no Pátio dos Leões – quanto no campus I da Universidade – no prédio da reitoria.

Na edição do dia 24 de janeiro de 1985, o jornal *Correio Popular* comentava os acontecimentos, abria espaço para o novo reitor selecionando trechos de uma entrevista, falava da festa de professores, alunos e funcionários. Observava, porém, que a diretoria da AFAPUCC não havia entrado no prédio da reitoria junto com as outras entidades, nas comemorações, e finaliza afirmando:

O único receio das entidades acadêmicas e de uma certa ala da atual Reitoria, que apoiava Coelho, era de que o bispo optasse pela escolha do professor Carlos Pereira Aquino, há quase 50 anos na PUCCAMP como professor e um dos fortes concorrentes ao cargo da Reitoria, por ser apoiado pela ala conservadora da Universidade. ‘O bispo mostrou que sabe ser coerente e preciso’, afirmaram as entidades em brinde (*Correio Popular*, 24.01.85, p. 4).

No clima das mudanças mais profundas que vinham acontecendo no Brasil, o regime militar encerrava seu ciclo, de 21 anos, e a sociedade civil ia conseguindo ampliar suas prerrogativas e reconquistava o Estado de Direito. As Universidades, reprimidas durante a ditadura, buscavam ampliar a participação de seus membros nas esferas de decisão e as eleições diretas para seus membros dirigentes foram colocadas na ordem do dia. UNICAMP, USP e Universidades Federais participaram amplamente destas discussões. Na PUC-Campinas, além dessa conjuntura mais ampla, influenciava também sua história, de um poder excessivamente centralizado. Pesava também a vontade do arcebispo e grão-chanceler da Universidade, D. Gilberto Pereira Lopes, que, dada a precária situação econômica da PUC-Campinas desde que assumiu a arquidiocese, queria descentralizar o excesso de poder concentrado nas mãos da reitoria.

Aliás, a dívida da PUC-Campinas era de tal monta que a Administração da Universidade, do reitor Heitor Regina, cujo mandato expirava, cogitou e amadureceu a idéia de demolir o prédio central da PUC-Campinas, de baixo valor comercial, já que era uma construção antiga e pouco funcional, e vender o terreno para pagar a dívida.

Sobre isso o novo reitor pensava diferente, pois afirmava não pretender se desfazer do patrimônio da Universidade:

Coelho vai, dessa forma, de encontro com as principais idéias defendidas pelo reitor Heitor Regina, o qual substituirá, de que a venda do prédio central seria a única forma de pagar parcela da dívida de Cr\$ 16 bilhões já computada com juros e correção até o final desse ano (*Correio Popular*, 24.01.85, p. 4).

Nessa conjuntura, e em uma boa parte da história da Universidade, PUC-Campinas e dívida pareciam palavras sinônimas.

5- As Prévias Eleitorais de 1988

Desentendimentos entre os professores Coelho, Paulo de Tarso e Pinho, durante a gestão da reitoria – 1985 a 1988 – não permitiram selar uma proposta de continuidade. Quem acompanhava de perto o trabalho da administração da Universidade percebia claramente que as alianças forjadas na campanha eleitoral não resistiram às idiossincrasias de cada um dos vencedores. O Reitor manjava habilmente os números econômicos da Instituição, transitava com facilidade em meio ao Conselho de presbíteros da Arquidiocese de Campinas (assessoria do arcebispo), cedia parcialmente às reivindicações da APROPUC na ocasião de greve e com isso se projetava politicamente dentro e fora da Universidade. Esse personalismo é que teria dividido a reitoria e as vice-reitorias.

No dia 1º de agosto de 1988, em conjunto, APROPUC, AFAPUC e DCE lançam o “comunicado nº 1”, no qual apontavam para o fim do mandato da reitoria em 31.12.88. Com isso diziam ser necessária a mobilização dos três segmentos da Universidade, para que no momento em que as candidaturas fossem efetivadas houvesse debates a partir das respectivas plataformas de trabalho:

Para permitir a participação de todos julgamos que o processo de consulta ampla deve ser precedido de debates, envolvendo toda a comunidade. É um momento fundamental, de vivência democrática, quando devemos aprofundar a discussão sobre Política Educacional, o papel da Universidade, analisando as

propostas pedagógicas e administrativas, buscando definir uma efetiva participação de todos nos rumos da Puccamp (APROPUCC/AFAPUCC e DCE, comunicado n.1, 01.08.88).

Para iniciar o processo de consultas eleitorais prévias, uma comissão eleitoral constituída de três representantes de cada segmento foi formada. Seria ela o ponto de referência e agilizadora das diversas etapas desse mesmo processo.

Ainda, no citado boletim, chama a atenção a linguagem arrojada utilizada quando se refere a escolha do reitor:

As três entidades defendem um processo democrático, com ampla consulta à comunidade, exigindo posteriormente que seja nomeado como Reitor o nome que contar com a preferência dos vários segmentos (APROPUCC/AFAPUCC e DCE, comunicado n.1, 01.08.88).

O termo *exigindo* soa exagerado, pois que pelos estatutos nada obrigava o Colégio Eleitoral a acatar aqueles resultados. Do ponto de vista legal, os trâmites eram outros, como já vimos. Acatar o resultado das prévias poderia ser, no máximo, uma condição moral, visto que diretores e vice-diretores de unidades acadêmicas também haviam sido eleitos pelos seus pares, portanto os representavam.

Mas, sabemos que as diversas forças políticas da Universidade mediam forças nas diversas instâncias, o que por si só poderia dificultar ainda mais, por parte do Colégio Eleitoral, a simples ratificação dos nomes eleitos nas prévias. Em nome do direito, da legalidade, outros nomes poderiam aparecer naquela instância.

Naquela conjuntura, porém, a correlação de forças apontava para uma continuidade tranqüila na direção da Universidade, de tal forma que o termo "exigindo" aparecia mais como força de expressão do que como camisa de força para o Colégio Eleitoral. O contexto sociopolítico brasileiro também caminhava na direção da democratização da sociedade e de suas instituições.

Nas Normas Gerais para a eleição prévia da Reitoria da PUCCAMP/88, na página 4, encontramos, em relação à ponderação de votos:

... os votos serão paritários, cabendo a cada segmento a proporção de 1/3 do total. Desse modo os professores e

funcionários terão os seus votos ponderados conforme tabela abaixo e os estudantes terão peso igual a 1 (um) por serem o segmento mais numeroso.

DADOS SEGMENTOS	Número de Eleitores	Peso	Voto Ponderado	Proporcionalidade
Professores	1.340	15,223	20.399	1/3
Funcionários	956	21,337	20.399	1/3
Estudantes	20.399	1.000	20.399	1/3
TOTAL	22.695		61.197	1

APROPUCC, AFAPUCC, DCE. Normas Gerais para a Eleição Prévia da Reitoria da PUCCAMP/88, p. 4

No comunicado nº 2, de 13 de setembro de 1988, as três entidades defendiam que as inscrições seriam feitas por chapas e que as mesmas, no ato, deveriam apresentar sua plataforma programática. Definia também o calendário das prévias:

De 1º a 21/set.: divulgação das normas do processo
 De 21/set a 04/out.: período de inscrição de chapas, mediante plataformas programáticas
 De 05 a 15/out.: divulgação das chapas, suas respectivas plataformas e as datas e horários dos debates a serem realizados nos campi I, II e Central;
 De 17 a 28/out.: debates com as chapas
 De 02 a 08/nov.: realização das prévias em toda Universidade (APROPUCC/AFFAPU e DCE, comunicado n. 2, 13.09.88, p. 12).

Uma única chapa se inscreveu para concorrer às prévias. Denominada “Qualidade e Compromisso Social”. Era constituída pelo professor Eduardo J. P. Coelho, da Faculdade de Ciências Tecnológicas, reitor em exercício e candidato ao mesmo cargo para um novo mandato; professor Gilberto L. M. Selber, do Instituto de Ciências Exatas, candidato a vice-reitor para assuntos administrativos, e professora Vera S. M. Beraquet, da pós-graduação da Faculdade de Biblioteconomia, candidata a vice-reitora para assuntos acadêmicos.

No dia 04 de outubro, último dia reservado às inscrições, o acadêmico Noel Lázaro Taufic, presidente do Diretório Acadêmico “XVI de Abril”, da Faculdade de

Direito, em documento assinado por ele e entregue à Comissão Eleitoral requeria a inscrição de uma outra chapa, assim constituída: candidato a Reitor, prof. Álvaro César Iglesias; candidato a Vice-Reitor Administrativo, prof. Ronaldo Passini; candidato a Vice-Reitor Acadêmico, prof. Carlos de Aquino Pereira.

Requeria também a dispensa de apresentação de plataforma programática, já que não eram os próprios professores que estavam se inscrevendo. Tratava-se, segundo o documento, de uma iniciativa estudantil. Sugeria ainda que, consultados os professores em questão, se os mesmos assumissem as respectivas candidaturas, de imediato apresentassem uma plataforma programática.

Os argumentos utilizados para embasar tal ato eram assim elencados:

Parece ao requerente, *data venia*, que restringir as candidaturas às autolançadas empobrece a possibilidade de escolha dos melhores – os quais, por motivos diversos, embora não recusassem uma indicação, talvez sentissem constrangimento na propositura de seus próprios nomes [...].

Por fim, se o interesse das Entidades que promovem as prévias é, como se acredita, fazer do processo de escolha da Reitoria a oportunidade para amplo debate de idéias e para o aprofundamento da reflexão sobre os problemas da Universidade, não faz sentido excluir a participação de quem não queira ser candidato de si mesmo (TAUFIC, requerimento entregue à Comissão Eleitoral, 04.10.88).

No mesmo dia, a Comissão Eleitoral, representada pelos três segmentos da Universidade, se reuniu e manteve as normas estabelecidas para as eleições prévias, indeferindo a formalização da inscrição da chapa solicitada pelo presidente do Diretório Acadêmico de Direito.

Em 5 de outubro, a Comissão Eleitoral assina um termo de compromisso no qual declarava que, caso o resultado das prévias apontasse para um impasse – a soma dos votos nulos e brancos superasse os votos da chapa inscrita –, cada segmento deveria chamar uma assembléia e colocar em votação duas propostas:

A – seus representantes no CONSUN e no CONCEP votam nulo ou branco

B – seus representantes votam na chapa inscrita

O resultado destas assembléias deveria ser levado à Comissão Eleitoral e, não havendo consenso, a posição majoritária deveria ser acatada pelos representantes dos mesmos no Colégio Eleitoral.

Isso demonstrava uma certa fragilidade daquele processo, pois, ao aventar-se a hipótese de os votos nulos e brancos superarem os da chapa inscrita, denotava-se uma preocupação com o eventual baixo comparecimento dos eleitores às urnas, ou, ainda, uma campanha orquestrada por pessoas (professores) que não se inscreveram e pretendiam deslegitimar as eleições prévias ou as suas normas. Em qualquer um dos casos, a representatividade das diretorias das entidades associativas, AFAPUCC, APROPUCC e DCE, estava colocada em jogo.

Para complicar ainda mais, na reunião da Comissão Eleitoral das Prévias, realizada em 27 de outubro, o representante dos estudantes na referida Comissão, fazendo uso da palavra, comunicava que no dia anterior havia ocorrido uma reunião do Conselho de Entidades de Base (CEB), e que, apesar de não ter havido *quorum*, deliberou-se que a cédula eleitoral deveria ser alterada, ou seja, ao invés de um espaço em branco à frente do nome da chapa inscrita que seria ou não assinalada com um 'X', deveriam ser colocados dois espaços em branco seguidos das palavras SIM e NÃO. Com isso a cédula e as eleições teriam caráter plebiscitário.

A Comissão Eleitoral prontamente recusou tal indicativo, mesmo diante da ameaça do DCE de abandonar o processo caso não houvesse a alteração da cédula.

No mesmo dia, 28 de outubro, em Carta Aberta à Universidade, representantes das Diretorias Acadêmicas de Engenharia, Psicologia, Farmácia, Fonoaudiologia, Educação e Letras questionaram a legitimidade do Conselho de Entidades, pois não havia quórum, acusaram a diretoria do DCE de “manipuladora” e “interesseira” e se posicionam favoráveis ao processo de prévias (cf. CARTA ABERTA À UNIVERSIDADE, 28.10.88).

Reconsiderando o que havia sido dito e feito, em carta datada em 01 de novembro, o presidente do DCE comunica ter ocorrido no dia 31 de outubro uma nova reunião da CEB, desta feita com 17 entidades presentes. Ali se decidiu pela “reincorporação do DCE à Comissão Eleitoral e conseqüentemente no processo das prévias”.

Nesse sai e volta os representantes da AFAPUCC e APROPUC, no dia 03 de novembro, em boletim de esclarecimento à comunidade universitária, comunicam que o DCE não estava cumprindo com suas obrigações, assumidas coletivamente na Comissão Eleitoral. O debate realizado em 19 de outubro entre os candidatos, no Campus I da Universidade, que deveria ter sido organizado pela entidade estudantil nem contou com a presença da mesma; não estava assumindo 1/3 das despesas do processo das prévias, conforme o acordado; não havia tomado as providências necessárias para a efetiva participação dos estudantes no processo eleitoral. Apelava-se, ao final, para o bom senso e a responsabilidade dos representantes estudantis neste processo (cf. APROPUC/AFAPUCC, Boletim de 03.11.88).

5.1- O Programa da Chapa “Qualidade e Compromisso Social” e as Eleições

O professor Eduardo J. P. Coelho, reitor em exercício e candidato a Reitor, o professor Gilberto L. M. Selber, candidato a Vice-reitor para Assuntos Administrativos, e a prof. Vera S. N. Beraquet, candidata a Vice-reitora para Assuntos Acadêmicos, eram os integrantes da chapa “Qualidade e Compromisso Social”.

Na apresentação do programa elaborado pela chapa e apresentado em um boletim das prévias afirma-se:

Ao assumir sua identidade-confessional, comunitária e de caráter público, explicitando os contornos de um projeto comprometido com a Qualidade e Transformação Social, a PUCAMP eleva sua qualidade perante a comunidade e órgãos de fomento e dá passos fundamentais para o enfrentamento consciente de suas históricas e estruturais dificuldades financeiras (APROPUC/AFAPUCC, Boletim, 11/88, p. 1).

No mesmo boletim são listadas 14 diretrizes prioritárias. Entre elas a consolidação do projeto político educacional, a melhoria do ensino, integração com a comunidade externa para viabilizar a pesquisa, desburocratização do modelo acadêmico administrativo, busca de recursos externos, reestruturação e ampliação dos serviços da Secretaria de Assistência aos Estudantes, fortalecimento e ampliação dos canais de diálogos com os segmentos da comunidade universitária. Chamava a atenção também o

conteúdo do item nº 6: “Consolidar uma política de recursos humanos para docentes e funcionários, que contemple condições de trabalho, capacitação e carreira docente e funcional, compatíveis com o projeto da PUCCAMP” (cf. APROPUCC/AFAPUCC, Boletim das prévias, nov/88, p. 3).

Por ser uma antiga reivindicação dos professores, a carreira docente era condição *sine qua non* para que a Universidade começasse a produzir pesquisas internamente. Os professores que pesquisavam à época o faziam em outras instituições universitárias, normalmente dentro de programas de mestrado ou doutorado, buscando qualificação e titulação pessoal.

Depois da realização de debates nos três campi da Universidade, entre os dias 03 e 09 de novembro de 1988 realizaram-se as eleições prévias, que tiveram os seguintes resultados:

PORCENTAGEM DOS VOTOS EM RELAÇÃO AO COLÉGIO ELEITORAL

Segmento	Colégio Eleitoral	Chapa	%	Branco	%	Nulos	%	Total	%
Prof.	1.340	846	63,1	82	6,1	66	5,0	994	74,2
Func.	896	741	82,6	48	5,4	39	4,4	828	92,4
Alunos	20.410	1.211	5,9	361	1,8	571	2,8	2.143	10,5
TOTAL	22.646	2.798	12,3	491	2,2	676	3,0	3.965	17,5

Fonte: Comissão eleitoral das prévias/1988

Como se observa nos números acima, só o setor estudantil deixou de comparecer às urnas de forma representativa. 74,2% dos professores e 92,4% dos funcionários participaram das prévias, legitimando o processo e dando a vitória à chapa inscrita.

Em carta aberta enviada aos membros do Colégio Eleitoral, datada em 24 de novembro de 1988, as entidades representativas dos três segmentos universitários, DCE, AFAPUCC e APROPUCC, conclamavam:

Como os professores, funcionários e estudantes, que são representantes nos três segmentos no Colégio Eleitoral, têm o

compromisso formal de votar na chapa vencedora das prévias, convidamos também V. Excia. a referendar o resultado deste processo eleitoral que, embora não tenha valor legal, representa legitimamente o desejo de toda comunidade acadêmica.

6- As prévias eleitorais de 1992

Em assembléia da APROPUCUCC realizada no dia 24 de junho de 1992, deflagrou-se a divisão sobre os preparativos das prévias eleitorais que seriam realizadas ao final do mesmo ano. Nessa assembléia apontou-se para princípios básicos que deveriam ser adotados por qualquer chapa que viesse a se inscrever. Isso denotaria um compromisso dos candidatos com as reais necessidades da instituição, bem como o fortalecimento do processo democrático, segundo a avaliação desse segmento da Universidade.

Resumidamente, os quatro princípios enunciados seriam os seguintes:

- a) - assegurar a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira em relação à mantenedora e ao Estado.
- b) - ampliar o processo democrático que se desenvolve na universidade, possibilitando uma ampliação da representação da comunidade universitária em todas as instâncias deliberativas.
- c) - capacitar os estudantes para o exercício profissional, reflexão crítica e superação dos saberes isolados. Para tanto é necessária a efetiva implantação da carreira docente que possibilite a integração do ensino, pesquisa e extensão.
- d) - reformulação da estrutura administrativa, desburocratizando e descentralizando a administração (cf. APROPUCUCC, Carta de Princípios, 1992).

Esses princípios foram rediscutidos no mês de agosto e republicados na íntegra no mês de setembro. Então o processo para a realização das prévias eleitorais estava em pleno andamento. A APROPUCUCC, AFAPUCUCC e DCE já haviam constituído uma comissão eleitoral e muitos professores, através de suas respectivas faculdades de origem, foram reelaborando a carta de princípios, ampliando as discussões. Os professores da Faculdade de Educação e os da Faculdade de Letras entregaram à APROPUCUCC o resultado de suas reflexões, datadas em 24 de setembro e 7 de outubro, respectivamente. Enquanto o texto

produzido na Faculdade de Educação, intitulado "Carta de Princípios", ampliava a reflexão iniciada pela APROPUC, indo para além das questões mais genéricas e aprofundando a temática das questões pedagógicas, o texto subscrito pelos professores da Faculdade de Letras tinha três eixos fundamentais: a- reivindicação salarial; b- problemas específicos da unidade; c- avaliação da gestão da atual reitoria.

Neste último item são listados 7 pontos nos quais o vocabulário "falta" avaliava as necessidades dos professores. Assim, faltavam planejamento, captação de fontes alternativas de receitas, política de anuidades, política salarial e planejamento para a implementação do regime de dedicação da Carreira Docente, entre outros. (cf. PROFESSORES DO INSTITUTO DE LETRAS, 1992, p. 2).

De alguma forma os professores se mobilizavam para participar do processo eleitoral. A conjuntura do país, com taxas altas de inflação, provocava constantemente assembléias dos vários segmentos da universidade. Professores e funcionários se mobilizavam para repor as perdas salariais, e os estudantes, para que não ocorressem aumentos significativos nas mensalidades dos cursos. A sociedade civil também estava mobilizada para pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

No dia 09 de outubro de 1992, uma única chapa, denominada 'Qualidade e Descentralização', se inscreveu para as prévias eleitorais. Fruto de um acordo e composição de diversos grupos políticos dentro da universidade, a chapa estava assim constituída:

- candidato a reitor: Gilberto L. M. Selber, professor do Instituto de Ciências Exatas e vice-reitor para assuntos administrativos;
- candidato a vice-reitor para assuntos acadêmicos: Pe. José Benedito de Almeida David, professor e diretor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas;
- candidato a vice-reitor para assuntos administrativos: Alberto Martins, professor e diretor do Instituto de Ciências Exatas.

No "Resumo do Programa de Trabalho para a Gestão da Reitoria PUCCAMP, 1993-1996" (p. 1), seus signatários explicavam o nome da chapa, ligado aos pressupostos das ações a que se propunham:

- A – Qualidade: entendida como aprimoramento permanente das atitudes da PUCCAMP, através da definição clara de projetos acadêmicos que explicitem compromissos com a transformação social, da sólida competência técnico-profissional capaz de integrar a ciência aos problemas sociais e de processos permanentes de avaliação.
- B - Gestão Democrática: no sentido de transparência e de agilidade administrativa, que deve contar com ações de fortalecimento dos colegiados, das Unidades Acadêmicas, de organização da Reitoria, procurando efetivar a Descentralização administrativa.

Esses pressupostos se desdobravam em três pontos fundamentais:

1. o aprimoramento das atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;
2. diálogo permanente com os vários segmentos da Universidade, consolidação da carreira docente, implantação da carreira funcional, consolidar programas de apoio aos alunos;
3. aprimorar a gestão democrática na PUCCAMP e também descentralizar a administração (cf. RESUMO DO PROGRAMA DE TRABALHO PARA A GESTÃO DA REITORIA DA PUCCAMP, 1993-1996, 1992, p. 2).

Percebia-se uma grande preocupação na Universidade com a questão da democracia interna e também com a melhoria, em geral, das condições de trabalho. A carreira docente, ainda que num projeto tímido, havia sido efetivada (atingia pouco mais de 10% dos professores), o que permitia que professores utilizassem as horas de pesquisa em seus respectivos projetos de capacitação (mestrado ou doutorado). Além disso, a reitoria, cujo mandato expirava em 1992, podia contabilizar a seu favor a manutenção de um diálogo permanente com os três segmentos da Universidade, e, embora se tivesse defrontado com várias greves durante sua gestão, conseguiu contorná-las dentro dos limites razoáveis de uma universidade particular, via de regra concedendo aumentos salariais de acordo com os índices de inflação e onerando os alunos com aumentos nas mensalidades que não ultrapassavam os índices concedidos nos salários de professores e funcionários.

Nessa data, da inscrição da chapa "Qualidade e Democratização", 09 de outubro, quando seus três componentes compareceram à sede da APROPUC para efetivar a inscrição, foram surpreendidos com a presença, no local, do diretor do Instituto de Ciências Biológicas, prof. José Francisco Bernardes Veiga Filho. O mesmo reclamava ter sido preterido no processo de formação da chapa e, como as regras estabelecidas para as

prévias não contemplavam inscrições individuais, mas só através de chapas completas (candidato a reitor e candidatos a vice-reitor acadêmico e vice-reitor administrativo), isso inviabilizava sua candidatura. Na ocasião, entregou uma carta à presidenta da APROPUC, professora Maria Clotilde Lemos Petta.

Na carta, o professor Veiga fazia um balanço de seus 21 anos de atividades na PUC-Campinas e afirmava que, apoiado pelo Instituto de Ciências Biológicas e outros setores da Universidade, havia colocado seu nome à disposição desse grupo como candidato a vice-reitor para assuntos administrativos.

Em seguida, mostrando toda a sua contrariedade afirmava:

Lamentavelmente, desenvolveu-se o processo, em meu ponto de vista, de forma equivocada. Em momento algum os vários grupos e tendências foram reunidos – apesar de meus insistentes e contínuos estímulos – de forma que minhas idéias e concepções e as do grupo de que faço parte pudessem ser apresentadas e debatidas, antes que se chegasse à composição final. Algumas vezes fui levado a crer que este caminho democrático e participativo seria adotado. Tal não aconteceu, porém. No dia 2 de outubro, sexta-feira, véspera das eleições municipais, às 20 horas, fui informado da impossibilidade de meu nome constar da chapa. Assim tornou-se inviável minha participação nas prévias promovidas pelas entidades (Carta de José F. B. V. Silva à presidenta da APROPUC).

A forma de composição de chapas, e até aquele momento – terceiras eleições prévias – chapa única, que reunia pessoas de diversas tendências e grupos políticos na universidade, PT, PC do B, PSDB e representantes de partidos mais à direita do espectro político nacional, mas também pessoas não alinhadas com algum partido diretamente, mas com visões diferenciadas sobre o que é e os caminhos que deveriam ser seguidos pela universidade, mais a influência direta do arcebispo metropolitano e grão-chanceler da Universidade, tudo parecia indicar problemas num futuro próximo.

Em nossa opinião, como demonstraremos à frente, foi nesse momento que D. Gilberto, grão-chanceler da PUC-Campinas, decidiu que, numa conjuntura favorável às suas pretensões, daria um novo rumo à Universidade.

Agradecendo àqueles que o apoiaram, o prof. Veiga encerrava sua carta dizendo:

Persegurei meu trabalho ao lado daqueles que têm como valores indicadores de sua caminhada a TRANSPARÊNCIA, a JUSTIÇA, a ÉTICA, a VERDADE, não como simples discurso, mas como parte integrante de sua postura na vida diária.

Essas palavras representavam um sentimento de indignação por ter sido aliado do processo, por não fazer parte da chapa, e qualquer grupo que ficasse de fora certamente se sentiria do mesmo jeito. Obviamente, sobrava a alternativa do Colégio Eleitoral, mas isso não representaria uma saída democrática.

Ora, voltando à composição da chapa, o que era certo é que os acordos que viabilizavam a composição dos vários grupos eram feitos em nome de uma "chapa forte", capaz de representar a maior parte dos grupos organizados da instituição, o que garantiria uma participação representativa dos três segmentos da universidade nas prévias. O que não queriam as respectivas diretorias das associações de professores, alunos e funcionários, era deixar a escolha da reitoria nas mãos do Colégio Eleitoral, pois aí qualquer coisa poderia acontecer, e segundo as análises que eram feitas, tendenciosamente, nessa instância, as forças conservadoras eram mais fortes.

Em resposta à carta do prof. Veiga, a Comissão Eleitoral se manifestou em carta datada de 15 de outubro de 1992. Nela, a referida comissão diz ter se reunido no dia anterior para deliberar a respeito daquele conteúdo expresso pelo missivista. Considerava, no entanto, que o processo organizacional das prévias havia sido democrático e que não havia como se posicionar, porque não era de sua competência se posicionar acerca da forma como as chapas são constituídas (cf. COMISSÃO ELEITORAL, carta ao Prof. José F. B. V. Silva, 15.10.1992).

Os debates com os membros da chapa inscrita se realizaram em vários horários nos diversos *campi* da universidade, entre os dias 03 e 06 de novembro.

No desenrolar do processo o Diretório Central dos Estudantes começa a pregar o "voto nulo". O motivo de tal posicionamento nunca ficou muito claro, mas, sem dúvida, o fato de existir uma única chapa inscrita era o dado preponderante.

Em resposta a tal atitude, em boletim conjunto direcionado "À Comunidade Acadêmica da PUCCAMP", datado em 9 de novembro de 1992, APROPUC e AFAPUC, esclareciam sobre:

1º - as prévias e a democracia na PUC-Campinas;

2º - as prévias em 1992;

3º - o significado do voto nas prévias.

Em relação ao terceiro item, os argumentos arrolados pelas duas entidades corroboram em nosso ponto de vista (exposto acima) a respeito de como as prévias e o Colégio Eleitoral eram avaliados naquele momento histórico. Diz o texto:

Embora uma única chapa tenha se inscrito, apresentando uma proposta de trabalho e colocando-a para debate, consideramos que o voto de toda comunidade é uma busca da consolidação do processo democrático na universidade.

Para que o processo democrático se fortaleça, há necessidade de uma demonstração de unidade e coesão em torno da chapa vencedora, o que só poderá ser feito através do voto. Qualquer resultado contrário deixa aberta a possibilidade do Colégio Eleitoral escolher pessoas que não ousaram expor seus planos à comunidade.

Embora co-responsável pela organização das prévias, o DCE surpreendeu a comunidade universitária pregando o voto nulo. O voto nulo, sendo um direito de todos, pode ter um significado de retrocesso neste momento, favorecendo aqueles que, por incapacidade de articulação ou por outras razões, são contra o processo democrático (APROPUC e AFAPUC, boletim, 09.11.92, p. 1).

Esclarecia ainda o boletim que o voto na única chapa inscrita não significaria adesão incondicional ao programa da mesma, mas um avanço na democracia interna da instituição.

A votação obedecia à seguinte ponderação:

Dados Segmentos	Número de eleitores	Peso	Voto Ponderado	Proporcionalidade
Professores	1.300	13,665	17.765	1/3
Funcionários	1.102	16,121	17.765	1/3
Estudantes	17.765	1.000	17.765	1/3
Total	20.167	-	53.295	1

APROPUCC, AFAPUCC e DCE – Ponderação dos Votos, 1992

As eleições tiveram os seguintes resultados:

/	Chapa	Branco	Nulos	Total
Professores	856	80	139*	1075
Funcionários	789	83	118**	990
Alunos	2.370	347	1.149***	3.866
Total	4.015	510	1.406	5.931

Cf. Comissão Eleitoral, mapeamento das Prévias para a reitoria – nov./1992

* acrescido de 03 votos impugnados; ** acrescido de 08 votos impugnados; *** acrescido de 01 voto impugnado.

Esses números, quando ponderados, ganhavam a seguinte proporcionalidade:

- A chapa "Qualidade e Descentralização" obteve entre os professores 11.697,240 votos, entre os funcionários 12.719,469, e entre os alunos 2.370,000. Isso perfazia 26.786,709 votos, representando 78,1% dos eleitores que foram às urnas (cf. PRÉVIA DA REITORIA – 1992, Tabela Geral da Universidade).

Assim, a chapa "Qualidade e Descentralização", apesar dos 38,69% de votos nulos/brancos dos estudantes, havia conseguido uma legitimidade fantástica. Entre os professores, 82,68% do universo total foram às urnas e 79,62% votaram na chapa. Entre os funcionários, 89,83% participaram das prévias e 79,69% votaram na chapa.

Em "Carta aos membros do Colégio Eleitoral", sem data, a APROPUC e a AFAPUC, em posse dos números dos resultados das prévias, apontam para a vitória expressiva da chapa inscrita no processo, e em face da proximidade da reunião do Colégio Eleitoral para elaboração das listas sêxtuplas pedem a todos "que confirmem os nomes da chapa vitoriosa, pois isso significará a manutenção da vontade da maioria da comunidade e a consolidação do processo democrático na PUCCAMP".

7- Um Balanço das Prévias de 1984 a 1992

De uma maneira geral, podemos afirmar que as prévias eleitorais sempre mobilizaram parte significativa da comunidade universitária. Entre professores e funcionários elas sempre contaram com uma presença maciça de ambos os segmentos. Da parte dos alunos, no nosso entender, devido à transitoriedade dos mesmos na instituição, mais a divisão política dos Diretórios Acadêmicos e DCE, e ainda uma certa apatia dos representados em relação aos seus representantes, a presença foi bem menor.

A participação dos professores, funcionários e alunos no processo de democratização da Universidade, a princípio, foi incentivada pelo arcebispo e grão-chanceler D. Gilberto Pereira Lopes. Acreditamos, inclusive, através de conversas informais, que o mesmo não se opunha à realização de prévias eleitorais. O que o incomodava era ver restringida a possibilidade de utilizar de suas prerrogativas estatutárias, cabendo-lhe tão-só referendar nomes de uma chapa única advindos das prévias e acatados pelo Colégio Eleitoral.

A composição das chapas, quase sempre resultado de acordos feitos nos bastidores entre os diversos grupos políticos da universidade, levava a uniões artificiais que facilmente se rompiam no decorrer do mandato. Isso aconteceu com as três gestões da reitoria oriundas do processo de prévias. Obviamente não significa dizer que, se os estatutos fossem observados e o grão-chanceler escolhesse a reitoria a partir das listas sêxtuplas, divisões não ocorreriam. Pelo contrário, a composição da reitoria seria ainda mais frágil, já que o arcebispo não teria a obrigação de escolher os mais votados e comporia os nomes da forma que melhor entendesse.

Some-se o fato de a Universidade estar em constante crise financeira e, sobretudo nas duas primeiras gestões do professor Coelho, as constantes greves de professores. Muitos acordos feitos entre a APROPUC, Sindicato dos Professores e Reitoria se deram depois de o Reitor afirmar publicamente não ter mais nada a oferecer em termos de índice de correção salarial, e, logo em seguida, conceder um aumento que dizia não ter condições de dar. Isso era entendido por alguns como habilidade política do Reitor, e visto por outros como maleabilidade excessiva que poderia comprometer a Instituição. D. Gilberto, por sua vez, via nisso indícios da crescente politização da Universidade, e apontava-a como elemento fragilizador da já delicada situação financeira da mesma.

Diante de tais circunstâncias internas da PUC-Campinas, poderíamos colocar algumas perguntas:

- O que impedia ao grão-chanceler tomar uma atitude mais drástica e exigir o cumprimento dos estatutos (por exemplo, nas eleições de 1992), quando já havia duas experiências anteriores avaliadas negativamente?

- Qual era a conjuntura da Igreja no Brasil e em Campinas, para nos permitir uma compreensão mais ampla daquilo que estava ocorrendo?

Para responder a tais perguntas vamos nos debruçar numa análise mais abrangente.

7.1- A Universidade Católica e o Aprofundamento da Crise

Wolmir Amado, em "Retrospectivas dos Encontros Nacionais de Teologia", faz um balanço dos encontros de professores de Teologia e/ou Cultura Religiosa³ das Instituições de Ensino Superior associadas à ABESC.

Analisando o contexto que gerou esses encontros diz o autor:

A década de 1980 certamente foi, em termos sociopolítico e eclesial, de fortes e profundas interrogações. A criticidade, freqüentemente mordaz e audaciosa, abrangia todas as situações da realidade. Nas Universidades, esse clima cultural vicejava e era até institucionalmente motivado, tanto com políticas acadêmicas no ensino-pesquisa e extensão quanto com práticas

³ Nas Universidades Católicas, em todos os cursos há disciplinas ligadas a identidade confessional da instituição. Essas disciplinas recebem vários nomes, dependendo da universidade, Teologia, Cultura Religiosa, Antropologia Teológica, entre outros.

pedagógicas e análises técnicas que impulsionavam a análise crítica [...]

Além deste complexo questionamento, também escolas ou universidades comunitárias/filantrópicas (e, dentre elas, particularmente as católicas) enfrentavam profunda crise estrutural. Sua identidade estava obnubilada. Havia sido criadas com destinação e finalidade a um contexto político e eclesial muito diverso daquele atual (AMADO, 2002, p. 172).

A década de 1980, sobre a qual já fizemos referências anteriormente, marcava um retorno à democracia depois de 21 anos de ditadura militar. Também marcava um período de esperança na nova Constituição Brasileira, gestada entre 1987 e 1988 e promulgada em outubro deste mesmo ano. As universidades brasileiras estavam repensando seus caminhos, discutindo seus respectivos projetos pedagógicos, políticas de pesquisa, práticas de ensino e extensão. As Universidades Católicas, através de seus representantes, haviam feito lobbies no Congresso Nacional a fim de que os deputados e senadores constituintes assegurassem na Carta Magna o direito às instituições confessionais de continuar recebendo subsídios do governo federal.

A própria Igreja, em dinâmico processo de renovação pós-conciliar, sob o forte sopro das conferências episcopais de Medellín e de Puebla, também se interrogava sobre qual o sentido em manter tais instituições. Talvez se percebesse que pouco ficara de autenticamente eclesial naquela forma de gerenciamento. Em que uma Universidade Católica se distinguia das demais? Em que, eticamente, distinguiam-se os profissionais que nela atuavam ou por ela eram formados? Gradualmente, embora não coerente e sinceramente explicitado, a face da própria identidade foi se restringindo às disciplinas teológicas encravadas nos currículos da graduação (AMADO, 2002, p. 172-3).

O autor, em nosso entender, percebe bem a dimensão da crise institucional daquele momento. A Igreja percebia que os egressos das universidades católicas não se diferenciavam substancialmente dos profissionais formados em outras instituições. Mesmo em termos de assessoria, quando esta era requisitada por uma paróquia, diocese ou a própria CNBB, tinha-se que, freqüentemente, apelar para profissionais das mais diversas instituições. Ou seja, de um lado a Igreja não conseguia, e muitas vezes ainda não consegue, formar profissionais que atendam a suas próprias demandas. De outro lado, as

mensalidades cobradas aos alunos e os salários pagos aos professores e funcionários, conseguiam desagradar a todos, o que somado às dívidas ainda trazia o ônus para a Igreja de ser mau patrão e exploradora dos alunos. Então, por que manter tais instituições?

Associada à crise institucional, vivia-se também o impasse financeiro. Grande número de IES entrou na década de 1990 com enormes dívidas bancárias. Os altos índices de inflação, acompanhados de paliativos planos econômicos conjunturais formulados pelo governo, desequilibravam e desestabilizavam diretamente as instituições educacionais. Mensalidades permanentemente reajustadas não chegavam a cobrir a folha de pessoal. Salários corroídos geravam insatisfações. Sucessivas e dramáticas greves interrompiam ações e relações. Essa difícil situação, a que se agregavam outras múltiplas e complexas causas locais, provocavam gravíssimos endividamentos, comprometendo seriamente a manutenção e permanência futura de tais instituições (AMADO, 2002, p. 173).

Ao adentrarmos a década de 1990, com a publicação do documento do papa João Paulo II *Ex corde ecclesiae*, sobre as Universidades Católicas, inúmeras iniciativas foram tomadas no sentido de se discutir e aprofundar o seu conteúdo. Na PUC-Campinas, foi realizado um debate organizado pela APROPUCC acerca desse Documento. A reitoria também promoveu um grande debate envolvendo toda a universidade. Para tal evento foi convidado o professor Luís Eduardo Wanderley, ex-reitor da PUC de São Paulo e, naquele momento, professor de sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Tanto a PUC-Campinas quanto as outras universidades católicas do Brasil trataram de ir adequando seus estatutos ao novo documento. Posteriormente, também a CNBB elaborou um documento adaptando o documento pontifício à realidade das Universidades Católicas brasileiras.

Nesse momento, no início de 1993, foi realizado em Campinas, SP, entre os dias 10 e 11 de março, o Primeiro Encontro Nacional dos Professores de Teologia das Universidades Católicas. Entre faculdades e universidades, 18 instituições se fizeram presentes. Na ocasião, num momento à parte da programação, D. Gilberto Pereira Lopes teve uma conversa com alguns professores e dirigentes da Universidade Católica de Goiás. Ali ouviu o que havia sido feito naquela instituição, onde uma intervenção mais forte por

parte da Igreja centralizava as decisões e garantia uma direção afinada com as estratégias do arcebispo local. Nessa ocasião D. Gilberto disse-me que gostaria de ter tido a possibilidade, pois era o seu desejo, de ter escolhido o Pe. David como reitor da PUC-Campinas, e não como vice-reitor acadêmico. Eu ocupava o cargo de coordenador do Departamento de Disciplinas Teológicas Auxiliares do Instituto de Teologia, e participava como organizador do encontro.

Além dessa conjuntura mais ampla, havia a realidade específica da Igreja de Campinas. Como já vimos no início deste capítulo, os Planos de Pastoral da Igreja local tinham um conteúdo marcadamente afinado com as pastorais populares e com os objetivos da CNBB.

Porém, em 1983, D. Gilberto iniciou um trabalho de “paroquialização” das comunidades eclesiais de base, tirando a autonomia das mesmas e submetendo-as ao modelo organizacional mais tradicional da Igreja, as paróquias. Isso ia ao encontro do novo Código de Direito Canônico, promulgado no mesmo ano pela cúria romana (cf. TANGERINO, 1998, p. 39-40).

Ao fim da vigência do 3º Plano de Pastoral em 1984, a Arquidiocese de Campinas optou por um outro método para elaborar um novo "Plano de Pastoral". Deixou de realizar as Assembléias deliberativas, em que as prioridades eram escolhidas através do voto direto dos participantes, e iniciou a aplicação do denominado Planejamento Pastoral Participativo, que perdurou até 1988. Nesta forma de planejamento todas as comunidades, paróquias, regiões pastorais, a partir das realidades específicas, escolhiam suas prioridades pastorais, indo das menores células comunitárias até se chegar às mais complexas, às regiões pastorais e à própria Arquidiocese. Observadas todas essas etapas o objetivo comum para toda a Arquidiocese ficou sendo o "Projeto de Formação de Agentes de Pastoral" (cf. ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 4º Plano de Pastoral Orgânica, 1992-1994, p. 16-17).

No dia 9 de outubro de 1988, numa Assembléia Geral Arquidiocesana, foi aprovada com 569 votos (de 576 eleitores) a proposta de Revisão Ampla de toda a ação pastoral e evangelizadora da Igreja de Campinas (cf. ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 4º Plano de Pastoral Orgânica, 1992-1994, p. 18).

É aqui que queríamos chegar. Nesse processo de Revisão Ampla tudo foi questionado, inclusive se a Igreja local deveria ou não continuar tendo uma Universidade.

No documento final da Revisão Ampla, intitulado *Uma Igreja respondendo aos novos desafios*, na segunda parte, capítulo VII, denominado “Relação Igreja-Sociedade”, no item 5, se analisa o mundo da cultura e da pesquisa. Ali está contemplada, a nosso entender, uma análise fecunda acerca da Universidade Católica em Campinas e, por isso mesmo, vamos reproduzi-la em suas grandes linhas.

Mostrando que Campinas havia passado por um processo de urbanização/industrialização muito rápido e também se tornado pólo de pesquisa de ponta no país, amparado na produção e reprodução do saber promovidas por duas grandes universidades, a UNICAMP e a PUC-Campinas, diz o texto:

O crescimento da Universidade Católica – no grande boom de expansão do ensino superior nos anos do milagre econômico – traduz uma mudança significativa. Presa até então ao esquema de uma cidade estamental, aristocrática, ela servia para, através da educação, alimentar este espírito de privilégio, de elite, na família de Campinas e região. Seu crescimento e a criação e expansão da UNICAMP acompanham a formação da classe média que busca no ensino um canal de mobilidade e ascensão social. O crescimento da classe média e do ensino superior correm juntos nos anos do 'milagre econômico' (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 625, p. 181).

Neste contexto mais amplo, da inserção social da universidade, da expansão da classe média, da preocupação em formar profissionais para um mercado de trabalho moderno, que alterava a velha idéia da universidade católica em suas origens, de formar as classes dirigentes do país sob uma inspiração cristã, de evangelização das elites e a manutenção de um substrato cultural católico da população, o que significava o termo “católica” vinculado ao termo “universidade” naquele momento?

O fato de não estar mais numa sociedade cristã, mas pluralista, faz com que os critérios de definição da própria identidade institucional se tornem conflitivos. Assim, a catolicidade pode ser avaliada em termo de competência, qualidade de ensino, seriedade e transparência administrativa, compromisso social, valores éticos na pesquisa, mais do que por normas disciplinares ou ortodoxia de pensamento. Sob este aspecto,

quanto melhor for enquanto universidade mais definirá sua identidade católica. Nesse caso, chega-se até o limite de admitir que a própria confessionalidade, se tomada estritamente, depõe contra o seu caráter de instituição universitária (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 627, p. 165).

O documento chama a atenção, de outro lado, para uma analogia entre o católico e serviços assistenciais, e que isso é bem visto, sobretudo os serviços de atendimentos prestados pelo hospital e também na área odontológica. Mas afirma também que padres, comunidades e alunos esperavam da instituição que esta não cobrasse mensalidades, que não fosse mercantilista, que não explorasse o povo (cf. ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 628-629, p.).

Ainda acerca da identidade da universidade, aponta-se para o compromisso social da instituição, a formação humana, necessidade de investimento em pesquisa e capacitação dos professores, que a disciplina Antropologia Teológica seja ministrada com competência e o necessário diálogo entre administração, alunos e funcionários. Cobrava-se ainda, demanda das pessoas que tinham participação ativa na vida da Igreja, que a PUC-Campinas desse uma contribuição efetiva na formação dos agentes de pastoral, concorrendo para isso a criação de um curso noturno de Teologia para leigos (cf. ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 630-631, p.).

Logo em seguida tocava-se na questão fundamental:

Tendo-se em conta todos os dados desta realidade, é preciso que toda a Igreja assuma a discussão da universidade católica de forma radical – a Igreja de Campinas deseja ter uma universidade católica? Interessa a essa Igreja? Por quê? Acharmos que a PUCCAMP é de muita relevância para a sociedade. Ela presta um serviço público, em particular pela sua atuação nas áreas de saúde e no ensino noturno (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 632, p. 182).

Entre os critérios apontados para guiar a Igreja na questão da Universidade incluíam-se: necessidade de transparência administrativa e financeira, não deixar a PUC-Campinas isolada do contexto eclesial, que o espírito de serviço transpareça no projeto pedagógico. Para tanto, cobrava-se a realização de uma pesquisa que mostrasse a

universidade como ela era realmente, tornando-a conhecida para a sociedade, para a Igreja e para si mesma (cf. ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 633).

Observem que tudo o que selecionamos do referido documento, até aqui, nos mostra que a universidade, naquele momento histórico, aparecia como um grande problema para a Igreja.

A instituição universitária católica, deslocada no tempo e no espaço, muito distante dos objetivos que a engendraram, aparecia muito mais como um enorme problema a ser gerido do que como meio eficaz de difusão de uma ideologia ou de um "pensar" católico.

Formando profissionais de quase todas as áreas, com um passivo financeiro enorme, com um histórico de abandono ou de indiferença, a PUC-Campinas, sobretudo na década de 1970, viu-se alijada das preocupações centrais da Igreja. Ao mesmo tempo em que crescia ao sabor e ritmo do milagre econômico brasileiro, formando profissionais para um mercado em ampla expansão, nem de longe esteve no horizonte das ações da Igreja da América Latina e do Brasil. Estas opções tinham um caráter mais classista – trabalhadores urbanos, camponeses sem terra, movimentos sociais, entre outros – sob o arco da opção pelos pobres. A universidade, considerada excessivamente elitista, era vista como muito distante do mundo dos pobres e excluídos.

Mas os tempos haviam mudado. Agora, no início da década de 1990, ao se colocar a questão da viabilidade de se continuar tendo uma universidade, o “por que e o para que” se ter uma universidade, ficava implícito que se a opção fosse pela manutenção do vínculo com a universidade a Igreja adotaria uma nova postura. Qual seria essa nova postura não estava definido naquele momento e, acreditamos, dependeria das vicissitudes históricas e das idiossincrasias do grão-chanceler D. Gilberto Pereira Lopes.

O documento apontava ainda para a complexa realidade da Universidade Católica na relação com a sociedade.

A dificuldade de definir operacionalmente sua identidade católica está também vinculada à impossibilidade de selecionar seus alunos e seus quadros administrativo-pedagógicos. E mais, seus alunos não a escolhem por seu caráter católico, mas por critérios ligados à estrutura social mais abrangente. Um número reduzido de alunos disse tê-la escolhido por ser católica. Predominam as razões de ordem financeira e acadêmica.

Entendem por razões financeiras o fato de poder estudar e trabalhar, graças ao curso noturno. Este fato deve alertar para o que não deixa de ser um serviço prestado pela PUCCAMP à comunidade no interior de um sistema de ensino elitista e elitizante. Levanta também o problema do papel público da universidade (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 1992, n. 636, p. 183).

Diferentemente do que ocorre na Europa, onde uma Universidade Católica é freqüentada por católicos e seus quadros profissionais estão ligados ao caráter confessional da instituição, o mesmo valendo para as universidades protestantes, no Brasil tal fato não ocorre.

O que conta para aqueles que a procuram é a formação profissional, qualidade de ensino, proximidade do local de moradia, entre outros. Esse caráter mais pragmático não tem nada a ver com a confessionalidade.

Nesse sentido, escolhe-se estudar numa universidade católica, em tese, pelos mesmos motivos que se escolhe estudar numa universidade pública (exceto o aspecto financeiro) ou em outras universidades particulares. Aliás, os alunos rechaçam a disciplina de Antropologia Teológica quando o conteúdo desta assume forma apologética ou doutrinária.

Concluindo, então, podemos afirmar que D. Gilberto Pereira Lopes, de um lado, não intervinha de forma mais contundente na Universidade porque havia sido responsável pela democratização da mesma e neste sentido era refém de um passado que ele havia ajudado a construir. Mas a crise financeira, a insolúvel e "eterna" questão da dívida da universidade, mais a divisão da reitoria nos dois últimos mandatos (1984 e 1988), fizeram o arcebispo pensar que a Igreja de Campinas deveria deixar de ter uma universidade, daí que o assunto foi levado e discutido na Revisão Ampla da Arquidiocese. Ali se decidiu que a Igreja deveria continuar com a universidade.

Assim, respaldado numa decisão de Assembléia da Igreja, o arcebispo esperaria para ver o caminho e a forma que marcariam a "retomada" da universidade pela Igreja. Entendendo-se por isso o cumprimento dos estatutos e o pleno uso das prerrogativas legais do grão-chanceler.

De outro lado, D. Gilberto, aguardava, numa conjuntura interna da universidade o momento que lhe fosse mais oportuno para agir com mais eficácia. Essa

oportunidade não apareceu em 1992, quando da composição da chapa para a reitoria, mas se delinearía em 1996, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE FECHAMENTO INSTITUCIONAL

1- As Eleições de 1996

1.1- Visita do Arcebispo ao CONSUN

Como 1996 era um ano eleitoral, o arcebispo de Campinas, D. Gilberto Pereira Lopes, também grão-chanceler da Universidade, se fez presente na reunião do Conselho Universitário (CONSUN) realizada no dia 21 de março.

Fazendo uso da palavra D. Gilberto recordou a todos que ele acompanhava com interesse o cotidiano da Universidade, e por isso agradecia aos dirigentes da instituição, bem como aos órgãos responsáveis pela administração da mesma.

Pedia também atenção especial aos objetivos comuns da instituição e que isto fosse feito:

Num ambiente que sinaliza, no pensamento e sobretudo na prática, a confessionalidade religiosa da instituição. Se naturalmente não queremos fazer daqui um ‘ghetto’ fechado, não queremos abrir mão do aspecto confessional que deu origem e que é a razão de ser do nosso esforço comum, da Igreja compreendida com esta obra (ATA da 292ª reunião do CONSUN, 1996, p. 2).

Por ser o CONSUN o órgão dirigente máximo da Universidade, o arcebispo abençoou a todos os seus membros e disse acreditar que eles seriam capazes de solucionar todos os problemas possíveis de solução. Pede ainda para dizer mais duas coisas. A primeira, relacionada com o Hospital Celso Pierro, pertencente à PUC e que funciona como hospital-escola, ligado à Faculdade de Medicina. Acreditava que os problemas da Universidade fundamentalmente estavam ligados ao hospital, à falta de verbas. Mas que, por outro lado, havia o reconhecimento da população pobre em relação aos serviços prestados pelo hospital.

A segunda estava relacionada ao ano eleitoral:

Penso que poderia fazer uma alusão a um problema que compete especialmente ao CONSUN, e este problema está relacionado às eleições do próximo reitor desta Universidade. Por razões internas que naturalmente vocês escolheram, tem se apresentado ao bispo uma lista única em vez de uma lista sêxtupla, como preceitua o Estatuto. Desejo exprimir o meu interesse de que não se forcem situações de unidade, que não existem, mas se encontrem os caminhos para que, efetivamente, o próprio CONSUN encontre possibilidades de apresentar ao Arcebispo uma lista que não seja única (ATA da 292ª reunião do CONSUN, 1996, p. 4).

Aqui se colocava o “dedo na ferida”. Os estatutos da Universidade, como já vimos, rezavam que o CONSUN apresentaria ao arcebispo, para os três cargos em disputa, reitor, vice-reitor acadêmico e vice-reitor administrativo, listas com seis nomes de professores titulares para que ele escolhesse, a partir das mesmas, o nome, para cada cargo, que mais lhe agradasse.

A lista única, a exemplo daquelas elaboradas nas eleições anteriores, e que o CONSUN ratificava, não dava ao arcebispo nenhuma margem de escolha. Também era de conhecimento da comunidade universitária que a composição das chapas acabava representando alianças frágeis, que, no decorrer do mandato, se fragmentavam. Isso já havia acontecido pelo menos nos três últimos mandatos da reitoria.

De qualquer forma, D. Gilberto, com sua presença e fala no CONSUN, mostrava que não estava numa situação confortável ao ver seu poder reduzido e atribuía tal fato “a obrigações”, criadas por grupos alheios ao Estatuto da Universidade (cf. Ata da 292ª Reunião do CONSUN, 1996, p. 4).

Estes grupos, não denominados em sua fala, eram aqueles que o arcebispo identificava como sendo uma espécie de “administração paralela”, ligados aos órgãos representativos dos vários segmentos da Universidade, com ênfase na APROPUC e no PC do B, mas também no PT.

Importante lembrar também que a presença do arcebispo no CONSUN não era comum. Portanto, se na 292ª reunião do Conselho ele se fez presente é porque estava muito interessado nos desdobramentos eleitorais do ano em curso

1.2- Os preparativos para as prévias

Como nos pleitos anteriores, as entidades representativas dos vários setores da Universidade, Associação dos Professores da PUC-Campinas (APOPUC), Associação dos Funcionários da PUC-Campinas (AFAPUC) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), mobilizaram-se para realizar as prévias eleitorais, antecedendo às eleições propriamente ditas, estatutárias, que seriam realizadas pelo Colégio Eleitoral da Universidade.

Várias etapas seriam percorridas até se chegar às prévias. A primeira, um seminário denominado “O Espaço democrático na PUC-CAMP”, seria realizado no dia 3 de setembro de 1996. Este Seminário, além das três entidades representantes da Universidade e promotoras do evento, contava com o apoio da reitoria, que também prometia sua presença.

Preparando o Seminário, os vários segmentos da Universidade, professores, funcionários e alunos, foram convidados a se manifestar acerca da Universidade e da democracia na mesma. Essa manifestação, escrita em artigos, poderia ser individual ou coletiva, representando as várias correntes de pensamento existentes na Universidade. Assim, abria-se um espaço para a explicitação de divergências, de diferenças a respeito do que se compreendia quando se falava de Universidade. As diferentes compreensões não se limitavam aos segmentos específicos, mas estavam presentes dentro de cada segmento.

Os artigos foram recolhidos e deram origem a uma publicação denominada “Caderno da Universidade Democrática”, datado de agosto de 1996, produzido pelas três

entidades representativas acima mencionadas e que, no editorial denominado “Nas Trilhas da democracia”, afirmam:

A realização do seminário ‘O Espaço Democrático na PUCCAMP’, organizado pela Apropucc, Afapucc e DCE, a se realizar com o apoio da Reitoria, é a prova de amadurecimento deste Movimento. Buscamos construir um espaço democrático que contribua através de propostas indicativas acerca das questões democráticas na PUCCAMP, com todo o movimento universitário.

[...] É mais um passo de extrema importância no fortalecimento do Movimento Universitário, uma vez que vivemos um momento político complexo para todos os trabalhadores. Nesta realidade Resistir deve ser a grande bandeira. Portanto, nossa atitude é também de resistência frente à onda neoliberal e aos retrocessos que nos ameaçam quotidianamente (CADERNO DA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA, 1996, p. 2).

Desde a publicação da Encíclica *Ex Corde Ecclesiae*, do Papa João Paulo II, em agosto de 1990, mais as mudanças institucionais ocorridas na Universidade Católica de Goiânia, a Associação dos Professores da PUC-Campinas, através de sua diretoria, vinha alertando para os riscos de retrocesso na Universidade.

Esse retrocesso institucional teria, a princípio, estas duas causas ligadas ao espaço *ad intra* da Igreja Católica, que sob o pontificado de João Paulo II teria recuado em sua “missão social”, entendida esta como algo supletivo à natureza da instituição. Como fator *ad extra* ao caráter confessional da PUC-Campinas estaria o contexto mais amplo das mudanças imprimidas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teria se sujeitado aos interesses do capital internacional, cuja vertente era o neoliberalismo.

Assim, a diretoria da APROPUC apresentava um diagnóstico da situação em artigo denominado “Soberania e Desenvolvimento”:

Com a nova divisão internacional do trabalho e com a constituição de grandes conglomerados financeiros internacionais, o Brasil tem sido considerado como um país estratégico na disputa do poder econômico e tecnológico do mundo globalizado. Para que o projeto neoliberal alcance êxito, é necessário que os Estados sejam desmantelados, e que as soberanias nacionais sejam eliminadas. No Brasil o governo se esforça para levar em frente a implementação do projeto neoliberal, atacando em várias frentes, inclusive a Educação e

as Universidades brasileiras (CADERNO DA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA, 1996, p. 3).

Partia-se da realidade mais ampla, do contexto internacional, para se chegar ao âmbito da inserção forçada (pressão de fora), de forma subordinada (os rumos que o governo dava à sua política), do Brasil em relação aos países hegemônicos. Diante disso se colocavam a educação e as universidades como sofrendo reflexos dessa conjuntura:

O governo planeja reformas na universidade pública, questionando a gratuidade de seus serviços e sugerindo a desnecessidade de se fazer pesquisa tecnológica no país. Estranha e imprópriamente insere estas idéias no debate por ele mesmo intitulado de Autonomia Universitária.

Enquanto o governo vê na autonomia universitária apenas uma maneira de se livrar dos encargos com a educação superior, as mantenedoras buscam com este discurso conseguir maiores facilidades para a gerência do grande negócio em que a educação se transformou. Nós entendemos que existe somente uma Autonomia Universitária possível de defesa, e esta nada tem a ver com a que é defendida pelos neoliberais (CADERNO DA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA, 1996, p. 3).

Fazendo considerações sobre a situação de pauperização das universidades públicas brasileiras, com bibliotecas e laboratórios ruins ou inexistentes, o artigo citava ainda os baixos salários pagos por estas universidades e apontava a necessidade de resistir à onda neoliberal que, de forma avassaladora, vinha atingindo o país.

Sobre as Universidades Católicas, fazia a seguinte constatação:

Os encontros das Universidades Católicas também tem se constituído em momentos importantes de debate acerca das especificidades destas instituições de ensino superior.

Os relatos ouvidos no último deles, realizado em julho de 1996, mostram que a situação de retrocesso e estagnação reina em âmbito nacional. As mantenedoras vêm restringindo cada vez mais os resquícios de democracia que ainda persistem em algumas instituições; são raras as comunidades que podem eleger seus diretórios e algumas nem sequer elegem os coordenadores de curso e departamento. As reitorias, na maioria das universidades, são impostas pela mantenedora sem qualquer consulta à comunidade acadêmica (CADERNO DA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA, 1996, p. 3).

Como vemos, as considerações não eram das melhores. E ainda somavam problemas a este quadro bastante controverso, como apadrinhamento nas contratações, demissões arbitrárias, repressão às tentativas de organização do movimento docente, ausência de critérios para promoções (cf. CADERNO DA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA, 1996, p. 3).

Nessa realidade das universidades católicas, a situação da PUC-Campinas era, segundo a diretoria da APROPUC, diferenciada. Aqui, afirma-se, existem movimentos universitários organizados, espaços para o debate democrático, conselhos dirigentes representativos da comunidade universitária, prévias para a escolha da reitoria que são respeitadas no processo e no resultado.

O artigo finalizava, mostrando a necessidade de se superarem as limitações, os erros e fragilidades da democracia na universidade e o desejo de que o seminário “O Espaço Democrático” possibilitasse um avanço na construção da democracia e resistência ao avanço do neoliberalismo na universidade.

É importante ressaltar, aqui, que nas assembleias de professores da PUC-Campinas, convocados pela APROPUC, e nas assembleias de professores de Escolas particulares, convocadas pelo Sindicato dos Professores (SINPRO), em que estivemos presentes na maioria das vezes, as direções de ambas as entidades (sendo que muitas vezes um diretor ou diretora fazia parte das duas, já que o Partido Comunista do Brasil (PC do B) é que dirigia essas entidades através de seus quadros – professores da PUC-Campinas e de outras escolas particulares da região), num discurso bastante afinado, transpunham de forma rápida problemas de uma unidade escolar, específicos, para uma realidade mais ampla. Assim o neoliberalismo passou a ser o grande responsável pelos problemas ligados à educação em Campinas e região, e também pelos do Brasil.

Essa transposição rápida do particular para o geral, e vice-versa, deixava espaço para a crítica conservadora falar da excessiva politização da universidade – numa referência ao panorama político nacional – e do aparelhamento das entidades de classe, os sindicatos, pelos partidos políticos, levando ao limite os interesses dos partidos e não representando de fato os interesses da categoria, os professores.

Este discurso encontrava ressonância em setores dirigentes da universidade, sobretudo na mantenedora da instituição, presidida pelo arcebispo metropolitano da

arquidiocese de Campinas, D. Gilberto Pereira Lopes, mas também entre os professores, alunos e funcionários, que tinham uma visão de universidade mais restrita, que pensavam mais nos problemas imediatos de cada segmento.

Em artigo assinado pela AFAPUCC, denominado “Funcionários da PUCCAMP: Democracia e Participação”, reivindicava-se a implantação de uma carreira profissional decente, que desse dignidade aos funcionários, visto que o plano de cargos e salários existentes até então não respondia às aspirações da categoria. Reivindicava ainda que os serviços assistenciais que a universidade prestava à comunidade – nas áreas médica, odontológica, psicológica e jurídica, fossem estendidos também ao conjunto dos funcionários. E concluía dizendo:

[...] enfatizamos que no projeto democrático-participativo que, na PUCCAMP precisa de continuidade e aprofundamento a qualquer custo, os funcionários, como um todo, precisam se sentir integrados e beneficiados na vida da Universidade, pois só assim se sentirão cada vez mais comprometidos com sua continuidade e de seu projeto democrático (CADERNO DA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA, 1996, p. 4).

A diretoria da AFAPUCC pensava nas reivindicações da categoria como um todo, e não nas questões suscitadas por funcionários de setores específicos. Falava de democracia na instituição como algo geral, sem especificar problemas cotidianos ligados a determinadas unidades da universidade.

Em artigo intitulado “O Espaço Democrático na Universidade”, assinado por um funcionário da Faculdade de Farmácia, outro da Nutrição e outro da Fisioterapia, reclama-se de diversos vazios e de ausência de diálogo e se indaga:

E para a PUCCAMP, o que é democracia?
Estamos constantemente levando dúvidas sobre a existência desse segmento (sic) dentro da universidade, pois apesar de estarmos familiarizados com alguns discursos ‘democráticos’, sabemos que na prática os fatos não se direcionam para a concretização dos mesmos (MURER, E. CASTRO, J. PERSSINOTTI, M. R., 1996, p. 5).

Na tentativa de desvelar os problemas que estavam sentindo, os funcionários questionavam:

Hierarquia e Democracia são oposições?

Sabemos que dentro desta Instituição de Ensino, por se tratar de uma Universidade Católica, o poder hierárquico predomina. Assim sendo, leva-nos a crer que a democracia dentro dessa instituição fica ameaçada, pois como podemos agir democraticamente uma vez que nos sentimos pressionados pelo poder hierárquico? (MURER, E. CASTRO, J. PERSSINOTTI, M. R., 1996, p. 5).

No artigo reclamavam ainda de tratamentos diferenciados, aos quais os funcionários estavam submetidos nas diversas unidades, deixando subentendido problemas localizados com determinadas chefias, daí a menção aos “diversos vazios”, “ausência de diálogo” e a confusão sobre a oposição entre hierarquia e democracia.

Reforçando as críticas anteriores, num outro artigo, “Alguns aspectos fundamentais para o avanço democrático na PUCCAMP”, assinado por três funcionários, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativa, da Faculdade de Letras e da Faculdade de Engenharia, há uma diferenciação entre a PUC-Campinas – que não tem fins lucrativos, e outras instituições de ensino superior, movidas sempre pela busca de lucros. Mas afirmam também que, tanto entre os funcionários como entre alunos e professores:

[...] reinam a desconfiança, a injustiça, o tratamento desigual, e outros tipos de comportamento que descaracterizam um ambiente católico. Não estamos falando de divergências políticas, mas sim de questões pessoais, de trabalho, de capacitação, posição socioeconômica, etc. (LOBO, E. MOTA, F. L. FONSECA, M. J., 1996, p. 10)

No artigo elogia-se a estrutura organizacional da instituição e o fato de os três segmentos da universidade participarem de comissões e órgãos colegiados, mas reclamam e reivindicam participação “em proporção idêntica de votos” de funcionários, alunos e professores.

E conclui:

A nosso ver, consideramos que o ‘espaço democrático’ na PUCCAMP estará sempre ameaçado, e acreditamos que tal quadro somente começará a se alterar quando os funcionários

puderem ter uma segurança nos cargos que exercem (plano de carreira) e participação em proporção idêntica (de votos) aos docentes, em todas as eleições (LOBO, E. MOTA, F. L. FONSECA, M. J., 1996, p. 10).

Como se observa, a ausência de um plano de carreira funcional era apontada tanto pela diretoria da Associação dos Funcionários como pelos demais funcionários que assinaram os artigos.

Reclamações contra chefias setoriais também eram uma constante. A hierarquização entre os funcionários parecia não ter critérios muito claros, obedecendo a interesses que se sobreponham às competências individuais, gerando descontentamentos.

Chama a atenção também, no último artigo acima citado, a reivindicação de pesos iguais para os votos dos três segmentos da Universidade, como se a democracia dependesse, nesse caso, de uma suposta igualdade entre os funcionários, alunos e professores, no âmbito específico da Universidade. A finalidade específica da Universidade fica oculta e trata-se a mesma como uma instituição qualquer, não se problematizando sua natureza e especificidade (o que já foi motivo de infinitas discussões no meio acadêmico).

Os outros seis artigos do Caderno da Universidade Democrática são assinados por professores, em grupo ou individualmente. Nos mesmos encontramos as mais diversas análises, passando pela questão da autonomia, do significado da democracia, do histórico da Universidade e sua inserção na conjuntura socioeconômica de Campinas e região, da sala de aula e sua relação com a formação da cidadania, das eleições diretas ou indiretas, da representatividade e finalmente da democracia como processo.

Assinado por Dulce Maria T. S. Miranda, Maria Helena M. A. Oliveira e Marisa B. M. Gergantini, professoras do Instituto de Psicologia, o artigo “Universidade e Autonomia” mostra o caráter social da Universidade e a necessidade de a mesma evoluir, adaptar-se, renovar-se e aperfeiçoar-se, sendo esse dinamismo fundamental para definir seu papel.

Sobre a autonomia dizem que é fundamental que a Universidade deva reger-se por leis e normas próprias, mas por ser uma instituição social ela não é soberana para fazer

o que quiser, mas deve se submeter aos interesses sociais e às leis que regem a sociedade como um todo.

A sua autonomia deve estar fundamentada e deve restringir-se ao exercício de suas atribuições, que são a busca e disseminação do conhecimento por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É a competência no desempenho destas funções que definirá a abrangência e natureza de tal autonomia. Isto significa ser esta autonomia relativa, pois ela se faz em função dos interesses da sociedade que a institui e financia. (MIRANDA, D. M. OLIVEIRA, M. H. GERGANTINI, M. B., 1996, p. 6).

Citando Pedro Demo em “A avaliação qualitativa”, mostra a necessidade de se conquistarem espaços de participação, como o sentido primordial da democracia, autonomia e liberdade. Essa participação envolveria todos, professores, direção, alunos e funcionários, nos destinos da educação, sendo co-responsáveis por tudo que acontece na Universidade, garantindo sua autonomia através de práticas que respeitem as normas e ideais da instituição. Cobram, então, dos dirigentes:

Assim, a equipe que dirige esta instituição deve elaborar e viver uma filosofia própria que envolva toda a estrutura e dê sentido às atividades, quer administrativas, quer acadêmicas. Esse aspecto organizacional deve buscar o entendimento às suas características e produzir os frutos que dela espera. Para que isto ocorra, é necessário discernimento, horizontes abertos e a consciência de que a universidade é transformação e adaptação às circunstâncias das pessoas, do tempo e do espaço. Não sendo assim, um centralismo exagerado, além de ineficiente em termos administrativos, atrofia o sadio desenvolvimento da Universidade e fere a autonomia prevista na própria legislação (MIRANDA, D. M. OLIVEIRA, M. H. GERGANTINI, M. B., 1996, p 6).

O artigo, como se observa, não fazia nenhuma referência à vida interna e cotidiana da PUC-Campinas, discutia e discorria sobre o significado de dois conceitos, autonomia e Universidade, e exortava os que dirigiam a instituição a que tivessem uma filosofia capaz de coadunar e vivenciar as especificidades dessa instituição social, ou seja, compreender de fato o que é uma universidade e o que significa autonomia dentro desse espaço.

Num outro artigo, “O espaço democrático na Universidade”, professores dos Institutos de Informática, de Psicologia e das Faculdades de Educação Física, de Ciências médicas, de Economia e Administração, fazem um balanço da vida universitária da PUC-Campinas, desde o processo de implantação do Projeto Pedagógico, seja dos cursos ou da Universidade, até o ano de 1996.

Nesse intervalo de tempo apontam a reforma estatutária de 1988 como facilitador das discussões acerca dos rumos da universidade, envolvendo seus três segmentos e ampliando a representação destes nos conselhos diretivos da instituição.

Finalmente, apontam para questões que emergiam naquele momento histórico, constituindo verdadeiros desafios para a instituição, e que, em linhas gerais, apontamos: como pensar a Universidade no contexto da globalização, da revolução nas ciências e nas técnicas? Como articular investimentos na carreira docente e de funcionários, capacitação de professores, com os necessários investimentos em infra-estrutura e ao mesmo tempo não onerar ainda mais os estudantes e suas famílias com aumento nas mensalidades? Como ampliar o espaço de participação democrática para que este também atinja as relações pedagógicas em sala de aula? (cf. PENTEADO, T. et al., 1996, p. 7).

E numa referência direta ao processo eleitoral que se iniciava, afirmam:

Esperamos que os debates que se iniciam contribuam para iluminar essas questões. Pois, antes de tudo, os processos de escolha dos dirigentes têm se constituído, na PUCCAMP, em importantes e ricos momentos de aprofundamento das questões afetas ao projeto institucional [...]

Esses debates são, a um só tempo, construtores e viabilizadores da comum-união entre os segmentos da comunidade universitária e destes com as instâncias que asseguram a natureza da nossa Universidade e de sua missão (PENTEADO, T. et al., 1996, p. 7).

Outro artigo, “A PUCCAMP: texto e contexto”, da professora Regina Márcia M. Tavares, do Centro de Cultura e Arte, apontava para a história da instituição, desde seu nascimento até a presente data. Fazendo a ligação entre o contexto regional e o nacional, retomando o papel que a PUC-Campinas havia desempenhado nesta realidade, afirma:

Se em sua caminhada a PUCCAMP tentou sempre uma sintonia entre a proposta universitária e a realidade regional, a condução

política universitária em períodos de sua história, refletindo um conservadorismo a nível nacional, não honrou integralmente esse compromisso social.

Durante toda a década de 70 a Universidade permaneceu numa ação pedagógica mais comprometida com a manutenção do *status quo*, do que com o processo de transformação social já em andamento pela nova configuração da sociedade brasileira (TAVARES, R. M. M., 1996, p. 8).

É interessante percebermos que neste artigo não se fala da universidade em geral, mas da PUC mesmo, recuperando sua historicidade para se entender o presente. Não faz concessões ao passado, mostrando a passividade da instituição diante da ditadura militar.

O artigo aponta ainda a origem dos vários segmentos sociais que compõem a realidade regional, mostrando o passado escravocrata, as imigrações e uma aristocracia que sobreviveu à passagem de uma economia açucareira para a cafeeira. Fala da industrialização da cidade e da modernização da mesma com a pesquisa de ponta, via TELEBRÁS e UNICAMP.

Recupera a luta dos professores no combate aos desmandos de uma reitoria que se perpetuava no poder em fins da década de 70 e início da de 80.

Faz uma ligação entre o que estava acontecendo na Igreja Católica latino-americana com as mudanças institucionais na Universidade Católica, e aí difere dos artigos anteriores, seja os dos funcionários, seja os dos professores. Essa ligação com a Igreja é marco distintivo das PUCs e Universidades Católicas do Brasil em relação às outras universidades brasileiras, sejam elas particulares, federais ou estaduais.

A proposta de uma Igreja Católica progressista latino-americana e brasileira respaldou a luta que desaguou num mandato transitório, seguido pela administração Heitor Regina, a qual permitiu a emergência da primeira Reitoria verdadeiramente democrática da PUCCAMP, a de Eduardo Coelho (TAVARES, R. M. M., 1996, p. 8).

Como se observa, a professora Regina Márcia mostrava que no processo de democratização da Universidade Católica estava a luta dos professores, mas que esta encontrava respaldo numa conjuntura de Igreja bastante favorável às mudanças sociais e institucionais.

As mudanças ocorridas na PUC-Campinas a partir daí levaram-na a se inserir com profundidade na realidade local, ao mesmo tempo que, para que esta inserção fosse possível, fez mudanças importantes no âmbito intra-institucional (implantação da carreira docente, incentivo à pesquisa, mudanças no vestibular, entre outras).

Com isso a universidade teria crescido e se tornado uma instituição à altura dos desafios colocados pela realidade regional e nacional. Neste sentido, estaria cumprindo o seu papel como universidade e os ajustes que deveriam ser feitos não poderiam ferir o seu espírito democrático (cf. TAVARES, R. M., 1996, p. 8).

Dava-se a entender claramente que o rumo estava correto, bastava fazer alguns ajustes. A avaliação dos dois mandatos – o do professor José Eduardo Coelho como reitor e depois, o de Gilberto Selber – era positiva, e a professora Regina Márcia não era voz e pensamento isolados na comunidade universitária.

O artigo “Sala de aula: espaço possível para a construção da cidadania?”, assinado pelas professoras Carmem S. C. Ventura, Elisabete M. M. de Pádua, Maria . C. Marques e Mirza M. B. Pellicciotta, respectivamente dos Institutos de Psicologia, de Filosofia, da Faculdade de Serviço Social e Instituto de Ciências Humanas, relembra a tradição da Universidade em envolver professores, funcionários e alunos no processo decisório das diferentes instâncias da instituição, num esforço de dar continuidade e de ampliar a democracia interna.

Avaliava-se como positiva a criação, em 1995, do Fórum de Coordenações de Curso, resultado de um trabalho anterior envolvendo os coordenadores dos diversos cursos da universidade. Estimava-se como algo importante a representatividade do Fórum, visto que 74,2% dos cursos ali se faziam presentes. Isso por adesão voluntária, já que a participação não era obrigatória. Sobre o fórum afirmavam:

Seus principais eixos de atuação – o curso como referência e a sala de aula como objeto de reflexão – trouxeram para o debate as incontáveis possibilidades e desafios que se colocam neste espaço pedagógico concreto de construção histórica do projeto da Universidade (VENTURA, C. S. C. et al., 1996, p. 9).

Fazendo uma análise do que significa a sala de aula, as relações didático-pedagógicas entre professores e alunos, as contradições sociais ali presentes, a educação

para a democracia, a superação do reprodutivismo, o respeito às diferenças, a criação de uma consciência crítica geradora de compromissos com a vida e a sociedade, as signatárias do artigo defendem que pensar a democracia é vivenciá-la a partir do cotidiano, ali onde se desenvolvem as relações de ensino e aprendizagem (cf. VENTURA, C. S. C. et al., 1996, 9).

Marcando uma diferença em relação ao artigo da professora Regina Márcia, que citava a departamentalização (nos anos 80) como um avanço nas relações democráticas na universidade, aqui se coloca o curso como referência fundamental, o que implicava (isto não está dito) que a médio ou longo prazo os departamentos teriam que ser reformulados ou até extintos, uma vez que o curso seria a unidade básica a partir da qual se pensariam todas as relações didático-pedagógicas.

“Universidade Católica e a Democracia” é o título do artigo assinado pela professora Doraci A. Lopes, do Instituto de Ciências Humanas, e pelos professores Luiz Roberto Benedetti e Márcio R. P. Tangerino¹, ambos do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas.

Sobre a identidade da Universidade se afirmava:

A Universidade Católica será tanto mais católica quanto mais e melhor ela cumprir seu papel de universidade, ou seja, sua catolicidade não brota pura e simplesmente de uma adesão a uma instituição religiosa, nem emerge de normas estabelecidas, mas vincula-se às mais diversas atitudes da mesma face à realidade e à ciência. Seu caráter de Católica deve questioná-la em todas as suas instâncias, na pesquisa, na busca e transmissão do saber, na transparência administrativa e em seu compromisso social (LOPES, D.; BENEDETTI, L. R.; TANGERINO, M. R. P.; 1996, p. 11).

Dizia ainda o artigo que a Universidade Católica deveria ser caracterizada pela busca da verdade em todas as dimensões. Sendo universidade, é a dimensão racional, inquisitiva, que nutre a sua ação. Essa dimensão, por sua vez, se liga à questão de sentido, ou seja, como a Universidade Católica entende o ser humano e as relações sociais.

¹ Chamo a atenção do leitor para o fato de o autor da tese ser um dos signatários desse artigo. Tanto quanto possível tentarei manter a imparcialidade da análise. Mesmo que aos olhos de alguns isso possa ferir a objetividade, não há como ignorar o que estava escrito ali, ainda mais que, na prática, como veremos adiante, os desdobramentos do processo incorporaram elementos presentes nessa reflexão.

Assim, como universidade, deveria ser cada dia mais competente nessa área específica de produção e reprodução do saber e, enquanto católica, deveria estar na vanguarda das ações humanizadoras da vida social.

Composta de uma realidade plural, em que seus professores, alunos e funcionários expressam neste território micro as mesmas variadas matizes de pensamentos e ideologias, a democracia passa a ser elemento fundamental para que a universidade persiga seus objetivos.

Em relação à democracia aponta para além dos momentos eleitorais, quando os eleitores são chamados a votar num ou noutra candidato. Clama antes para a necessidade de se conhecerem os projetos de universidade que estão sendo apresentados, do envolvimento pessoal com esses projetos. Mas também diz que nas relações cotidianas a mesma tem que aparecer como um valor estruturante da vida universitária.

Sobre as prévias eleitorais afirma:

[...] ao mesmo tempo que possibilitam a formação de chapas para as eleições, chapas estas que devem apresentar programas de governo e estarem dispostas a debaterem os mesmos diante da comunidade universitária, e esse é o lado salutar desse processo, podem por outro lado representar apenas a acomodação de grupos políticos que na correlação de forças não tem como viabilizarem projetos de universidade nem candidaturas próprias (LOPES, D.; BENEDETTI, L. R.; TANGERINO, M. R. P.; 1996, p. 11).

Os signatários defendem ainda que as eleições indiretas podem ser tão democráticas quanto as eleições diretas, desde que a comunidade universitária assuma a responsabilidade de estar discutindo, elaborando e conhecendo os projetos de universidade em andamento e, conhecendo os estatutos da PUC-Campinas, escolham de forma responsável e consciente diretores e vice-diretores de institutos e faculdades, que de acordo com o regimento fazem parte do Conselho Universitário, entidade responsável pelas eleições do reitor e vice-reitores.

Então a democracia não era entendida apenas como o sinônimo de voto nas prévias eleitorais, o que não o excluía, mas apontava para o envolvimento, consciente e responsável, com projetos de universidade que se conflitavam no cotidiano e que a forma direta ou indireta de votação podia velar problemas mais importantes.

Por último, o professor do Instituto de Ciências Exatas e também membro da diretoria da APROPUC, Maurício F. Ceolin, no artigo “O Longo Caminho para a Democracia”, numa longa introdução sobre a universidade e autonomia fala da historicidade dessa instituição e que o fato de ela reler o passado não a torna sinônimo de conservadora, que ela não pode apenas ser espectadora do presente e “nem imediatista em sua ação”, e que ao projetar cenários futuros não seja utilitarista. Neste sentido afirma que a universidade é essencialmente revolucionária (cf. CEOLIN, M. F., 1996, p. 12).

Em relação à autonomia, distingue-a da soberania. A primeira é caracterizada como a independência para mover-se no campo das idéias e das ações, sempre respeitando as diferentes idéias explicitadas no cotidiano (respeito aos outros). Já a soberania é a “prerrogativa de restringir a autonomia de outrem” (cf. CEOLIN, M. F., 1996, p.12).

Sobre a democracia também afirma que ela se traduz em vivências cotidianas, no diálogo entre interlocutores e que:

[...] não se resume a um catálogo de direitos universais, nem a eleições para cargos de direção, o conhecimento dos direitos, a exigência de seu cumprimento e a luta para ampliá-los.
Uma universidade democrática é a que estimula a autonomia de seus membros; é a que os pressupõe iguais e sabe reconhecer-lhes as diferenças; é a capaz de clareza no estabelecimento de seus objetivos e de coragem para perseguir-los; é a que sabe ouvir críticas e aprender com elas e sobretudo, é aquela que não reluta em coibir os excessos e as distorções e em sufocar focos utilitários em seu seio (CEOLIN, M. F., 1996, p. 12).

Como membro da APROPUC, o professor Maurício Ceolin dispunha de muitas informações a respeito das relações cotidianas dentro das várias unidades da Universidade. Perseguição de chefias de departamento a alguns professores, deixando de atribuir-lhes aulas no início do ano letivo e assim os afastando paulatinamente da Universidade, com conseqüências econômicas sérias para os atingidos. Que nas avaliações, mais informais que formais, argumentos “espúrios” nunca explicitados publicamente vinham à tona no sentido de desqualificar o trabalho de alguns professores.

E por último conclamava para:

Que a luta pelo poder, legítima, deixe de ser a guerra cruel que tem sido, na qual as partes se vêem como inimigas e não como

adversárias, como deveria ser. Quer deixe de ser a guerra subterrânea, que exclui a comunidade dos debates e permite que apenas os sobreviventes surjam à tona (CEOLIN, M. F., 1996, p. 12).

Na sua exposição, em nenhum momento dá chance para a ingenuidade. Aponta para os problemas micros das relações cotidianas sem esquecer que estava no interior de uma universidade privada e que segundo suas palavras “sempre se terá presente a palpável existência de um ‘dono’, que se quer – e assim se faz constar nos estatutos – soberano sobre a universidade” (CEOLIN, M. F., 1996, p. 12).

Finalizando o artigo, diz que a Universidade precisa ter coragem para defender-se e que a única soberania aceita fosse aquela baseada na construção de uma sociedade justa e igualitária, e que isto estava de acordo com os princípios do cristianismo.

Ora, o que está dito no artigo é o perigo de a Igreja local, através do arcebispo metropolitano e também grão-chanceler da universidade, D. Gilberto Pereira Lopes, intervir na Universidade. Este era o medo, o do recuo institucional da PUC-Campinas.

Esse clima de ameaça, que como vimos no início deste capítulo parecia estar presente nos “subterrâneos” da instituição, em conversas reservadas, em vozes de baixo tom na reitoria, em algumas direções de cursos e de departamento, se explicitava nos discursos das entidades representativas dos professores e funcionários, e com menor intensidade, entre os estudantes.

A importância desses artigos aqui descritos, sempre a partir da nossa leitura, é que um dos que subscreveram cada artigo deveria apresentar seu conteúdo no Seminário “O Espaço Democrático na PUCCAMP”, que se realizaria no dia 3 de setembro de 1996.

A publicação dos artigos no *Caderno da Universidade Democrática* havia causado um impacto bastante significativo, envolvendo alunos, funcionários e professores no debate sobre os pensamentos ali expressos, e de alguma forma alimentava as expectativas em relação ao Seminário.

Chegando o esperado dia, composta a mesa dos expositores e debatedores, o pequeno Salão Nobre da PUC-Central (campus do centro da cidade) estava repleto, a maioria dos presentes era composta por professores, seguidos por alunos e funcionários. Também na platéia, na primeira fila, os professores Gilberto Selber, reitor da PUC-

Campinas; Pe. José Benedito de Almeida David, vice-reitor acadêmico; e Alberto Martins, vice-reitor administrativo. O cenário estava composto.

Como era de se esperar, as exposições de caráter reivindicativo tiveram menos impacto, já que ninguém sabia quem seria o próximo reitor. Sabia-se, porém, que o reitor em exercício pleiteava um segundo mandato. O que estava em jogo parecia ser a garantia do processo eleitoral por via direta e que o arcebispo acolhesse o resultado das prévias, ignorando o que rezava os estatutos da Universidade.

Impactantes, polêmicas, foram as falas que apontavam que o colégio eleitoral (Conselho Universitário) tinha legitimidade (garantida pelos estatutos da Universidade) para a escolha do novo reitor e dos dois vice-reitores. E que essa escolha por via indireta (democracia representativa) era tão democrática quanto as prévias, pois, diretores e vice-diretores das unidades acadêmicas, que formavam o colégio eleitoral, haviam sido eleitos diretamente por seus pares.

Também causou polêmica a fala de um professor da APROPUCC que apontava os conchavos para a formação de chapas como uma acomodação de forças, muitas vezes uma chapa composta por pessoas com projetos de universidade diferentes ou até opostos. Aqui não havia como ignorar que, nos últimos mandatos da reitoria, divisões profundas entre o reitor e seus vices, ou entre os vice-reitores, paralisavam parcialmente, ou retardavam, a execução dos pontos programáticos apresentados em épocas de eleições.

O debate que se arrastou por mais de três horas foi sempre sereno, o que não quer dizer que não tenham aparecido discordâncias profundas. Ninguém negava, entretanto, a importância das prévias eleitorais no sentido de clarear os projetos de universidade que estavam em disputa. Ao final, o reitor alertava aos participantes da mesa sobre o perigo de um avanço das forças conservadoras na Universidade (a direita estaria se articulando). Neste sentido a continuidade seria o melhor caminho.

1.3- A inscrição dos candidatos e as prévias eleitorais (1996)

O Fórum organizador das prévias, contando com representantes dos três segmentos da Universidade, se reuniu em duas oportunidades, 16 e 21 de outubro de 1996,

para estabelecer as regras do processo eleitoral e também o seu cronograma de atividades.

Ficou assim decidido:

As candidaturas devem ser apresentadas obedecendo os seguintes critérios:

- 1 - inscrever-se com chapas completas onde conste o nome dos candidatos a Reitor, a Vice-Reitor para Assuntos Administrativos e a Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos;
- 2 - Registrar, no alto da inscrição, a carta programa da chapa;
- 3 - As inscrições deverão ser feitas na sede da APROPUC, na presença de um membro da comissão eleitoral (INFORMATIVO FÓRUM DAS PRÉVIAS, n. 1 01.10.96).

Ficava estabelecido também o período de 28 de outubro a 06 de novembro para as inscrições das chapas, de 11 a 22 de novembro para a realização de debates, de 25 a 30 de novembro para a realização das eleições e dia 30 de novembro, a partir das 17 horas, no Salão Nobre, a apuração (cf. FÓRUM DAS PRÉVIAS, n. 1, out./96)).

Quando esse boletim veio a público causou bastante polêmica, sobretudo porque se confrontava com a expressa opinião (vontade) do arcebispo no tocante às candidaturas. A inscrição de chapas levaria fatalmente a uma única relação de nomes ao arcebispo, que se sentia limitado no seu direito legal de escolher quem melhor lhe aprouvesse.

Em 31 de outubro, diretores e vice-diretores das unidades acadêmicas da PUC-Campinas lançavam um manifesto no qual tornavam público o resultado de uma reunião realizada na mesma data:

(...) por unanimidade, manifestam-se favoráveis a que o processo eleitoral se realize com base em candidaturas individuais explicitadas e apoiadas em programas;

- [...];

- entendem que os resultados das prévias eleitorais constituem, entre outras, importante indicativo do pensamento da comunidade universitária para o Colégio Eleitoral, instância política autônoma de deliberação;

- consideram importante apontar para um compromisso de iniciar, com urgência, o processo de revisão do Estatuto e Regimento Geral da Universidade, quanto ao modelo de gestão universitário e ao processo de eleições para uma nova Reitoria (Ata da 300ª Reunião do CONSUN, 28.11.1996, p. 11).

Os diretores e vice-diretores reconheciam a legitimidade das entidades representativas, DCE, AFAPUCC e APROPUC, em organizar as prévias eleitorais. Esse reconhecimento era extensivo ao Fórum organizador das prévias.

Pediam também amplo envolvimento da comunidade universitária na discussão dos programas dos candidatos, o que enriqueceria e fortaleceria o processo democrático (cf. Ata da 300ª Reunião do CONSUN, 28.11.96, p. 11).

Ora, os professores, diretores e vice-diretores se opunham, desta forma, ao que antes fora deliberado pelo Fórum organizador das prévias. As prévias teriam apenas caráter indicativo (ainda que importante) e afirmavam a autonomia do Colégio Eleitoral. Também se manifestavam favoráveis às candidaturas individuais.

Com isso ficava explicitada uma divisão na comunidade universitária em relação à compreensão acerca do caráter das prévias. Uns a entendiam como importante indicativo do desejo da comunidade. Outros, como as diretorias das entidades representativas dos três segmentos da universidade, entendiam-na como decisória, e que resultados deveriam ser ratificados pelo Colégio Eleitoral e acatados pelo arcebispo.

Chama a atenção também o item no qual diretores e vice-diretores pedem revisão do Estatuto e Regimento Geral da Universidade, em relação ao modelo de gestão universitária. Já era do entendimento de parte significativa dos membros da universidade que as eleições de Reitor, Vice-reitor Administrativo e Vice-reitor Acadêmico, seja através de chapas, seja através de candidaturas indicativas, representavam composições de segmentos políticos distintos com projetos de universidade igualmente distintos. Essa acomodação das forças políticas em épocas de eleições acabava sendo tão artificial que não suportava os primeiros embates, no momento seguinte, na administração da universidade.

Subentendidas as propostas de mudanças dos estatutos, acenava-se para um novo modelo de gestão da universidade no qual o Reitor eleito escolheria os pró-reitores, extinguindo-se as vice-reitorias, evitando-se assim as composições políticas artificiais.

No terceiro informativo do Fórum das Prévias, estavam expressas as mudanças nos procedimentos a serem observados:

- 1- aceitação de inscrições de candidaturas individuais para participação nas prévias;

- 2- as inscrições deverão ser acompanhadas da apresentação de programas;
- 3- os programas deverão ser amplamente debatidos junto à comunidade universitária;
- 4- os resultados das prévias eleitorais constituirão importante indicativo do pensamento da comunidade universitária a ser referendado pelo colégio eleitoral (INFORMATIVO FÓRUM DAS PRÉVIAS, n. 3, p. 12).

O informativo trazia também o novo período para inscrições dos candidatos, de 12 a 18 de novembro, o período para a divulgação dos programas pela comissão eleitoral, de 19 a 20 de novembro e os dias de debates, 21 e 22 de novembro. O período das eleições, bem como o dia da apuração, foram mantidos, de 25 a 30 de novembro e 30 de novembro após as 17 horas, respectivamente (cf. INFORMATIVO FÓRUM DAS PRÉVIAS, n. 3, p).

Os seguintes professores se candidataram:

- à Reitoria:

Professor Gilberto Luiz Moraes Selber, professor do Instituto de Ciências Exatas

Professor José Benedito de Almeida David, professor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas (ITCR).

Professor Alberto Martins, professor do Instituto de Ciências Exatas.

- à Vice-reitoria Administrativa:

Professor José Francisco B. Veiga Silva, professor do Instituto de Ciências Biológicas e Química (ICBQ).

Professor Thomaz Wassal, professor da Faculdade de Odontologia.

Professor José Geraldo de Souza Carreira, professor do Departamento de Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA).

2. à Vice-Reitoria Acadêmica:

Professora Mari Gândara, professora da Faculdade de Educação Física (FAEFI).

Professor Tarcísio Moura, professor do Instituto de Filosofia.

Professor Carlos de Aquino Pereira, professor do Instituto de Letras.

Dois outros professores, Álvaro César Iglesias e Heitor Regina, da Faculdade de Direito, condicionaram as respectivas inscrições à alteração do item nº 4, do Informativo nº 3, do Fórum das Prévias, por entender que este contrariava os Estatutos da

Universidade ao limitar o papel do Colégio Eleitoral nas Eleições – apenas referendar o resultado das prévias (cf. FÓRUM DAS PRÉVIAS, n. 3, p. 7-9).

As condições impostas pelos dois professores não foram aceitas pelo Fórum das Prévias e pela comissão eleitoral, não sendo então efetivadas as inscrições dos mesmos (cf. IINFORMATIVO FÓRUM DAS PRÉVIAS, n. 4, nov./96).

Em relação aos candidatos inscritos, observamos que os três professores candidatos a reitor ocupavam os cargos máximos da Universidade até então. O professor Gilberto L. M. Selber era o reitor em exercício, candidatando-se à reeleição, o professor David era o vice-reitor acadêmico e o professor Alberto era o vice-reitor administrativo. Isso denotava uma divisão da cúpula dirigente da Universidade naquele momento. Divisão que já existia anteriormente, sobretudo entre o reitor e o vice-reitor administrativo. Agora, a cisão entre o professor Gilberto Selber e o professor David ocorreu durante o processo eleitoral. Grupos de apoios mais ou menos comuns endossavam os dois nomes, mas, como o reitor se recusava a fazer uma avaliação do seu mandato em conjunto com esses grupos, parte deles rompeu com o professor Gilberto Selber e lançou o nome do professor David como candidato a reitor.

Nas discussões então havidas muitos alertavam sobre o perigo dessa divisão, mas sobretudo alertavam para o fato de o professor David ser também padre, o que o tornaria mais suscetível à vontade do arcebispo de Campinas, o que poderia levar a uma perda da autonomia² da Universidade.

A escolha do nome do professor Pe. David, porém, obedeceu ao critério de competência, dado o excelente trabalho que o mesmo havia realizado frente à Vice-Reitoria Acadêmica. Independentemente de rótulos, títulos ou cargos, seu grupo de apoio era constituído de professores do Núcleo de Saúde, de professores de Filosofia, Arquitetura, Teologia, Odontologia, Medicina, Geografia, Serviço Social, Jornalismo, Psicologia, entre outros.

² No caso das universidades confessionais, bem como das outras universidades particulares, esta autonomia é sempre muito relativa, pois não há como escapar da ingerência daqueles que de fato são os proprietários, a não ser por certos períodos de tempo e em conjunturas muito específicas.

Tão extensa quanto a lista das Faculdades de origem, mais a APROPUC, a AFAPUC e a maior parte do DCE, era a dos grupos de apoio ao professor Gilberto Selber.

O professor Alberto Martins concorreria com apoio de grupos isolados.

Nos bastidores todos costumavam alianças, e apesar de não haver registro de chapas evidenciava-se um perfilar de nomes em torno dos quais os grupos de apoio se organizavam. Assim podemos dizer que o professor Gilberto Selber trazia consigo para Vice-reitor Administrativo o professor José Geraldo de Souza Carreira e, para Vice-reitor Acadêmico, a professora Mari Gândara. O professor Pe. David era acompanhado pelo professor Thomaz Wassall, candidato a Vice-reitor Administrativo e professor Tarcísio Moura, candidato a Vice-reitor Acadêmico.

Já os nomes dos professores Alberto Martins, Carlos de Aquino Pereira e José Francisco B. Veiga Filho, de fato, não formavam uma chapa. Eram nomes apoiados individualmente, ou por grupos isolados dentro da Universidade. O nome do professor Veiga contava nos bastidores com um articulador hábil, com livre trânsito na Igreja de Campinas e com ligações no Vaticano, o monsenhor Couto, que era também membro do CONSUN. Tudo indica que também o professor Aquino contava com o apoio do monsenhor Couto.

Todos os candidatos apresentaram individualmente os respectivos programas para os cargos a que concorriam. Substancialmente, não se observavam grandes diferenças nas propostas (cf. APROPUC, Prévias 96)³. As articulações passavam muito mais pelos nomes das pessoas e o que elas representavam em termos políticos na Universidade do que pelos conteúdos programáticos. Ou seja, a história do candidato dentro da universidade, suas ações, seu comportamento em relação à democracia, sua visão de universidade, eram muito mais considerados do que eventuais promessas pontuais da carta programática.

Havia uma preocupação também com a ponderação dos votos, pois se caso os estudantes comparecessem maciçamente para votar e o voto fosse igualitário, e não paritário, este segmento determinaria o resultado das prévias. Então, levando-se em conta os três universos, 1.265 professores, 1.148 funcionários e 17.687 alunos, o peso relativo

³ Envelope com todo o material que envolveu a realização das prévias, incluindo aí os programas dos candidatos.

dos votos obedeceria aos seguintes critérios de proporcionalidade: estudante, peso 1; professor, peso 13,9818; e funcionário, peso 15,4067. Ou seja, *per capita*, o voto do professor valia quase 14 vezes o voto de cada estudante e o do funcionário quase 15 vezes e meia.

Acontecidos os debates veio a semana eleitoral, que mobilizou a comunidade universitária. Dos 17.687 estudantes, 5.270 compareceram às urnas, representando 29,79% deste universo. Dos 1.265 professores, 1.038 votaram, representando 82,05% deste segmento; e dos 1.148 funcionários, 935 votaram, perfazendo 81,44% deste universo. Como se percebe as eleições prévias empolgaram muito mais os funcionários e professores do que os estudantes, já que neste segmento menos de 1/3 compareceu às urnas.

Os resultados das prévias foram os seguintes:

Para Reitor:

	Total de votos	Branco	Nulos	José B. A. David	Gilberto L. M. Selber	Alberto Martins
Estudantes	5.270	539	156	1.365	2.810	400
%		10,22	2,96	25,90	53,32	7,59
Funcionár.	935	53	35	388	380	79
%		5,66	3,74	41,49	40,64	8,44
Professor	1.038	58	31	277	585	87
%		5,58	2,98	26,68	56,35	8,38
Total	7.243	650	222	2.030	3.775	566

Fonte: Relatório de Apuração das eleições Prévias para a Reitoria da PUCCAMP (cf. Prévias 96, Apropucc)

Para vice-reitor administrativo:

	Total de votos	Branco	Nulos	J. F. B. Veiga	J. G. S. Carreira	Thomaz Wassal
Estudantes	5.270	381	167	1.171	3.135	416
%		7,22	3,16	22,22	59,48	7,89
Funcionários	935	54	21	437	348	75
%		5,77	2,24	46,73	37,21	8,02
Professor	1.038	122	28	380	415	93
%		11,75	2,69	36,60	39,98	8,95
Total	7.243	557	216	1.988	3.898	584

Fonte: Relatório de Apuração das eleições Prévias para a Reitoria da PUCCAMP (cf. Prévias 96, Apropucc)

Para Vice-Reitor Acadêmico:

	Total de votos	Branco	Nulos	Tarcísio Moura	Mari Gândara	C. Aquino
Estudantes	5.270	644	160	946	2.589	931
%		12,22	3,03	17,95	49,12	17,66
Funcionários	935	67	18	113	356	381
%		7,16	1,92	12,08	38,07	40,74
Professor	1.038	108	21	188	309	412
%		10,40	2,02	18,11	29,76	39,69
Total	7.243	819	199	1.247	3.254	1.724

Fonte: Relatório de Apuração das eleições Prévias para a Reitoria da PUCCAMP (cf. Prévias 96, Apropucc)

Somando os percentuais dos três segmentos – estudantes, funcionários e professores, e dividindo a soma por três – temos a média percentual ponderada, que apontou os seguintes resultados:

Para Reitor:

Professor Gilberto – 49, 27%

Professor David – 32,81%

Professor Alberto – 8,29%

Branços – 6,34%

Nulos – 3, 30%

Para Vice-reitor Administrativo:

Professor Carreira – 41, 82%

Professor Veiga – 38, 66%

Professor Wassall – 8,40%

Branços – 8,54%

Nulos – 2,60%

Para Vice-reitor Acadêmico:

Professor Aquino – 36,74%

Professora Mari – 36,25%

Professor Tarcísio – 15,55%

Branços – 9,32%

Nulos – 2,14%

(cf. APROPUCC, Prévias eleitorais, 96)

Assim, os vencedores das prévias foram os professores Gilberto Luiz Moraes Selber, para Reitor, José Geraldo de Souza Carreira, para Vice-reitor Administrativo, e Carlos de Aquino Pereira para Vice-reitor Acadêmico. Isso significava a alteração de um nome na “chapa” do professor Gilberto Selber; saía a professora Mari Gândara e entrava o professor Carlos Aquino.

1.4- As eleições no CONSUN (Conselho Universitário) – 12.12.96

O resultado das eleições nas prévias dividiu a comunidade universitária. Os que haviam organizado as prévias – diretores das três entidades representativas dos segmentos da universidade – queriam que o Colégio Eleitoral ratificasse os resultados. O quebra-cabeça que havia se transformado o processo eleitoral após as eleições diretas, com a decisão da maior parte dos candidatos de se manter na disputa no Colégio Eleitoral, fez com que novos arranjos de forças começassem a ser articulados.

A permanência dos nomes dos concorrentes aos três cargos eletivos tornava necessário um corpo a corpo entre os candidatos – os eleitores do CONSUN. Tarefa complicadíssima, já que muitos diretores e vice-diretores tinham que escolher entre dois nomes fortes – Gilberto Selber e Pe. David – para a reitoria.

Pesava também sobre o CONSUN a influência do arcebispo metropolitano, que já havia acenado anteriormente, como vimos atrás, que não se comprometeria a acatar o resultado das prévias, diferentemente do que fizera em pleitos anteriores. Também, como já vimos, os membros do CONSUN, diretores e vice-diretores, tinham se manifestado favoravelmente à autonomia do colégio eleitoral e não se comprometiam a aceitar o resultado das prévias. Além das forças políticas, administrativas, progressistas que se articulavam em torno do Pe. David, Monsenhor Couto, um dos representantes da Igreja na Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), transitava habilmente entre os eleitores de tendência conservadora dentro do CONSUN, na tentativa de eleger aquele que seria o seu vice-reitor administrativo preferido, professor Veiga. Trabalhava também para que os eleitores deste votassem no Pe. David.

A composição das forças foi perdendo o caráter ideológico, os projetos de universidade foram ficando para um segundo plano e um pragmatismo exagerado, na luta pelo poder, traçou as estratégias para o “2º turno”, as eleições no CONSUN.

O Colégio Eleitoral, composto de 99 eleitores, se reuniu no dia 12 de dezembro e votou da seguinte forma:

Para a Reitoria:	votos
Professor José Benedito de A. David	50

Professor Gilberto M. Selber	45
Professora Mari Gândara	4
Total	99

Para Vice-reitoria Administrativa:

Professor José Geraldo de Souza Carreira	44
Professor J. F. B. Veiga Filho	41
Professor Carlos Aquino Pereira	5
Professor Thomaz Wassall	3
Professora Mari Gândara	3
Professor Thomaz Ferrara F. Wassall	1
Professor Alberto Martins	2
Total	99

Para Vice-reitoria Acadêmica:

Professor Carlos Aquino Pereira	58
Professora Mari Gândara	18
Professor Tarcísio Moura	17
Professor José B. de A. David	3
Professor José G. de S. Carreira	1
Professor Antonio Aquino	1
Voto nulo	1
Total	99

Dá para se observar pelos resultados algumas coisas importantes.

A professora Mari Gândara, candidata a vice-reitora acadêmica, teve quatro votos para reitora, tirando preciosos votos do professor Gilberto Selber, que, caso contasse com os mesmos praticamente deixaria as eleições empatadas. Porém acreditamos que, mesmo que tal resultado houvesse ocorrido, ou ainda que o professor Gilberto Selber tivesse vencido por uma pequena margem de votos, o arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes, fazendo uso das prerrogativas de seu cargo – grão-chanceler – e dentro das normas estatutárias, escolheria o Pe. David como Reitor.

Os professores José de Souza Carreira e Carlos Aquino Pereira venceram tanto as eleições prévias quanto as do Colégio Eleitoral, mas os resultados demonstram que nem todos os eleitores conheciam os candidatos e nem sabiam para quais cargos concorriam. Nota-se que o pai do professor Wassall recebeu 1 voto, quando o candidato era o filho; que a professora Mari recebeu votos para os três cargos em disputa; o professor Antonio Aquino recebeu 1 voto, quando o candidato era o seu irmão; o professor Alberto Martins recebeu 2 votos para vice-reitor administrativo, quando concorria para reitor; o professor Pe. David recebeu 3 votos para vice-reitor acadêmico, além dos votos para reitor.

Como pelos estatutos todos os professores titulares eram candidatos natos, isso explicaria alguns “deslizes” ou ainda um desejo de permanência das mesmas pessoas na direção, visto que o professor Alberto Martins recebeu votos para vice-reitor administrativo e o Pe. David, para vice-reitor acadêmico. De qualquer forma o resultado selava a disputa.

Os que foram escolhidos posteriormente pelo arcebispo, professor Pe. Benedito de Almeida David, Reitor, professor J.F.B. Veiga Filho, Vice-reitor Administrativo, e professor Carlos Aquino Pereira, Vice-reitor Acadêmico, atestavam que uma composição de forças heterogêneas havia se articulado para se chegar a esse resultado.

O grupo progressista que estava em torno do Pe. David acreditava que este, como reitor, continuaria a rota brilhante que havia trilhado como vice-reitor acadêmico. Trabalho reconhecido pelo conjunto da comunidade universitária. Os grupos mais conservadores, que se articulavam em torno dos dois vice-reitores, também festejavam a vitória. Paradoxalmente, o nome do professor Aquino recebia também o apoio de outros setores progressistas, ligados aos diretores das entidades representantes, APROPUC, DCE e AFAPUC, pois este havia vencido as prévias para o cargo a que agora fora eleito.

Os diretores da APROPUC, sobretudo, acusavam o Conselho Universitário de ter sepultado a democracia interna na universidade, de ter traído as bases pelas quais haviam sido eleitos e que finalmente a “Igreja” havia retomado a Universidade e que, a exemplo de outras “PUCs”, o retrocesso seria quase que inevitável. Só a resistência por parte de professores, funcionários e alunos impediria o curso em marcha de retrocesso institucional.

O resultado do pleito fez alarde mais entre professores e funcionários, uma vez que os alunos em sua maioria já estavam em férias, pois o ano escolar estava muito próximo do fim.

1.5- A Portaria nº 001/96 e seus desdobramentos

O resultado das eleições agradou a uns e desagradou a outros, dividindo a comunidade universitária. Mesmo os que antes haviam apoiado o professor Pe. David se sentiram incomodados com as articulações que levaram ao resultado do Colégio Eleitoral, composições que desarticulavam propostas em andamento, que fragilizavam a democracia interna da Universidade e que certamente comprometeriam o programa de ação.

A composição feita por D. Gilberto Pereira Lopes, escolhendo para vice-reitor administrativo J. F. B. Veiga Silva, 2º colocado nas eleições, mostrava a força de monsenhor Couto, que, articulado ou não com o bispo, conseguiu seu intento. O professor Aquino, vice-reitor acadêmico, apesar de não estar ligado a nenhum dos dois fortes candidatos a reitor, venceu as eleições nas suas duas formas.

No calor das apurações, ainda no dia 12 de dezembro de 1996, D. Gilberto Pereira Lopes, na qualidade de presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do Hospital e Maternidade “Celso Pierro”, baixa a portaria nº 001/96

Nesta, faz uma série de considerações que vão desde a necessidade de agilização e modernização da administração, passando pela observância dos objetivos fundamentais da instituição em toda a estrutura organizacional, necessidade de cumprimento do orçamento anual em vista da preservação do patrimônio, faz ainda uma consideração afirmando que é a SCEI que economicamente admite, assalaria e dirige a prestação de serviços tanto dos professores quanto dos médicos que trabalham no hospital.

Diante disso resolve:

1. Reservar para esta presidência o encargo, a coordenação e a modernização dos setores que lhe são subordinados;
2. Manter a competência e articulações que lhe são próprias na condução da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Hospital e Maternidade Celso Pierro;

3. Fazer subordinar a esta presidência os seguintes setores:
 - a- Engenharia e Manutenção;
 - b- Compras;
 - c- Recursos Humanos;
 - d- Contabilidade, Contas a Receber e Contas a Pagar;
 - e- Planejamentos, Custos e Convênios;
 - f- Serviços Gerais e Guarda do Patrimônio Físico;
 - g- Representação nos Dissídios e Acordos Trabalhistas de Professores e Funcionários.
4. Delegar à vice-presidência as atribuições sociais e estatutárias desta presidência para dar execução a esta portaria.
5. A vice-presidência, para o cabal desempenho dessas atribuições, se entender conveniente, poderia designar administradores para a coordenação desses setores (PORTARIA n° 001/96).

Tal portaria deixou a comunidade universitária estupefata, perplexa, pois simplesmente tirava a parte administrativa da universidade e do hospital das mãos da reitoria e das vice-reitorias. O Reitor, grosso modo, podemos dizer, via esvaziada parte de suas atribuições – se não legais, pelo menos de fato, como atestava a prática dos últimos anos – tornando-se um “Reitor para assuntos acadêmicos”.

Em cartas abertas à Comunidade Acadêmica, APROPUC, DCE e AFAPUC repudiavam a atitude de D. Gilberto e a atitude da Mantenedora.

Esta medida esvazia o caráter administrativo da Reitoria enquanto gerenciadora do processo político administrativo como um todo, suplantando de forma impositiva nossa conquista democrática de organização em vice-reitoria para assuntos acadêmicos e administrativos, numa Reitoria autogestora.

Caso esta portaria não seja justificada e sobretudo revogada, isso se constituirá em uma intervenção na Universidade com ônus à atual Reitoria e à próxima a ser nomeada. Esvaziou-se o seu papel no bojo da Universidade e restringiu sua função enquanto um todo articulado. (CARTA ABERTA À COMUNIDADE ACADÊMICA, s.d)

Em outra carta aberta da APROPUC e Conselho de Representantes, endereçada ao Conselho Universitário, datada em 18 de dezembro de 1996, com teor semelhante ao das outras duas, e também insistindo que os resultados das prévias fossem mantidos no momento da nomeação da nova reitoria, e que também constava nas outras duas cartas, a APROPUC manifestava toda a sua indignação.

Na mesma data, D. Gilberto Pereira Lopes envia uma mensagem ao Conselho Universitário explicando o que o motivou a baixar a Portaria nº 001/96. Alega que tal se deu por sugestão de uma Auditoria feita há algum tempo. Afirma também que a Portaria revogava a de nº 003/91, datada em 28 de junho de 1991. A Portaria revogada passava alguns setores da administração aos cuidados da Reitoria, que de alguma forma agora eram retomados pela mantenedora.

A mensagem diz ainda:

Reafirma, entretanto, o propósito de assegurar à Universidade o seu desenvolvimento na competência, excelência, criatividade, seriedade científica, em todas as suas atividades-fim de ensino, pesquisa, extensão, ligadas à comunidade, bem como a disposição de diálogo da SCEI com todas as instâncias e entidades.

Confirmando que não tenho nenhuma intenção de restringir qualquer das funções e prerrogativas da Reitoria, consagradas no Estatuto da Universidade (Ata da 301ª Reunião do CONSUN, 19.12.96, p. 3).

D. Gilberto insistia ainda na necessidade de diálogo constante entre a Sociedade Campineira de Educação e Instrução e a Reitoria.

Essa mensagem foi lida na 301ª Reunião do CONSUN, realizada em 19 de dezembro de 1996, pelo monsenhor José Machado Couto, secretário da mantenedora.

A ata desta reunião mostra ainda que a mesma foi palco de intervenção de vários de seus membros, inconformados com o conteúdo da Portaria nº 001/96. Recaía sobre a reitoria em exercício, ou ainda sobre a anterior, a desconfiança de que algo ou alguma coisa havia sido feita contra a vontade do arcebispo ou da mantenedora. Isso envolvia a administração da Universidade como um todo, e particularmente a do Hospital e Maternidade Celso Pierro.

Debates acalorados se seguiram sem que se chegasse a uma conclusão satisfatória, se é que se podia chegar a uma. O conflito estava deflagrado.

Convém lembrar ainda que a APROPUC recebeu manifestação de solidariedade, repudiando o resultado das eleições pelo Colégio Eleitoral, das seguintes entidades: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás (APUC-GO),

Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP), Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul e Mato Grosso do Sul (SINTRAE-SUL), Associação dos Professores da PUC de São Paulo (APROPUC), Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO-GO) e Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar no Rio Grande do Sul (SINTAE).

No dia 26 de dezembro de 1996, o *Correio Popular*, na página 3, estampava o título “O Direito de uma instituição”, artigo do professor da PUC-Campinas, Luiz Gonzaga Godoi Trigo, analisando o processo eleitoral dessa Instituição. Muitos professores pensavam como ele, e o que ali era advogado obedecia a uma lógica institucional legal, sem reparos. Mas, de outro lado, o caráter apologético do processo eleitoral indireto, porque estatutário, era contundente em relação à argumentação contrária dos diretores da APROPUC.

Diz o professor:

Em primeiro lugar, as prévias são um compromisso de consulta, ou seja, são indicativas das tendências existentes nesta comunidade. Seu resultado pode – ou não – ser ratificado pelo Colégio Eleitoral e pelo presidente da Mantenedora, no caso o arcebispo católico de Campinas.

Disso toda a comunidade Universitária sabia, mas as expectativas de que o resultado das prévias fosse observado era muito grande, já que isso havia ocorrido, como já afirmamos, em pleitos anteriores. Surpreende, porém, o professor arrolar um fato secundário – como ele mesmo denominou – o de que a representatividade das prévias era baixa, visto que apenas 8 mil alunos foram “às urnas”, de um universo de 18 mil alunos. Aliás, 5.270 alunos votaram, e não 8 mil.

Ora, se com isso até pretendia questionar a representação discente nas prévias e portanto, desqualificar o processo, diga-se que o comparecimento dos funcionários, professores e alunos para a votação era voluntária, facultativa. Se em meio aos professores e funcionários havia alguma pressão por parte dos pares para que todos votassem, gerando

alguns constrangimentos, o mesmo não ocorria entre os alunos, já que os diretórios estudantis tinham uma capacidade de mobilização limitada, sobretudo nessa época.

Relembrando os estatutos da Instituição, a consciência prévia que todos tinham em relação ao processo eleitoral, o caráter confessional da instituição, ele defende tanto a atitude do Colégio Eleitoral como a do arcebispo de Campinas que acataram o resultado emanado do CONSUN, e acrescenta:

Não podemos nos esquecer dos direitos de administração autônoma de igrejas, sindicatos, organizações não governamentais, partidos políticos e outras instituições em uma sociedade democrática e pluralista, sob pena de estarmos gerando o “ovo da serpente” do preconceito e do autoritarismo (TRIGO, L. G., O direito de uma Instituição, 26.12.96, p. 3).

Combatendo os argumentos daqueles que afirmavam que os padres haviam tomado a universidade, afirma que não se toma aquilo que já se tem, e mais, recupera a trajetória acadêmica do Pe. David, sua competência profissional e administrativa, tanto como diretor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas como em seu mandato de vice-reitor acadêmico.

Ainda mais, esgrimia argumentos para mostrar que a democracia interna da instituição assegurava aos alunos as mesmas liberdades das quais gozavam os alunos da UNICAMP, e que vários professores-diretores da APROPUCB eram do Partido Comunista do Brasil, algo perfeitamente compatível com o caráter democrático da instituição.

Começava uma nova época na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e, coincidentemente, naquele momento, era promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

2- A PUC Campinas no contexto da nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394/96

A promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996, representava o desenlace de um conflito que perpassou – e perpassa – a história da educação brasileira, qual seja, os embates entre os interesses públicos e privados. No século XX, dependendo da conjuntura, em momentos distintos,

menos freqüentes e passageiros, pareceram triunfar os interesses públicos; em outros, mais freqüentes e duradouros, vingaram os interesses privatistas.

Em relação à Nova LDB, Lei nº 9.394, desde a elaboração de seu primeiro projeto até se chegar ao texto finalmente aprovado, muitos anos se passaram, 8 anos. O primeiro projeto (nº 1.158 – A/88) foi apresentado em dezembro de 1988 pelo deputado Octávio Elísio (cf. PECHULA, 2001, p. 47), e o efetivamente aprovado foi o substitutivo de Darcy Ribeiro, elaborado por este senador em co-autoria com o MEC (cf. PECHULA, 2001, p. 50).

Antes de refletirmos sobre os interesses que estão expressos na nova LDB, passamos ao seu conteúdo naquilo que se refere à Educação Superior, e que constantemente será arrolado pela administração da PUC-Campinas como sendo o motivo principal pelo qual as mudanças na instituição se faziam necessárias.

Capítulo IV

Da Educação Superior

Art. 43 – A Educação Superior tem por finalidade

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (LDB, n. 9.394/96)

De uma maneira geral, as finalidades aqui expressas detalham as marcas características do ensino superior: o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao mesmo tempo em que formará os profissionais atendendo às demandas de mercado, quer garantir a difusão da cultura. Aponta para o trabalho de pesquisa e investigação científica e necessidade de prestação de serviço especializado à comunidade, além da promoção de cursos de extensão que garantam a participação da população. Tudo é suficientemente amplo; que dificilmente algo não se encaixará como não sendo objetivo da educação superior.

Art. 44 – A educação superior abrigará os seguintes cursos e programas:

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos aos candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam as exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (LDB, n. 9.394/96).

Aqui aparece a novidade dos cursos seqüenciais, que agregam pontos ao currículo mas que até agora não se sabe a que interesses respondem. Ao que tudo indica estará mais adequado ao perfil das faculdades particulares, que, atentas às demandas de mercado, poderão com maior agilidade criar cursos dessa espécie.

Não se tocam também nos critérios de seleção para se conseguir vagas nos cursos de graduação, basta ter o ensino médio completo ou equivalente e ser classificado em processo seletivo (forma indefinida), certamente aquele que a própria instituição de ensino escolher.

O artigo 45 garante que o ensino superior poderá ser ministrado por instituição pública ou privada, e o artigo 46 reza que os cursos dessas instituições serão autorizados e

reconhecidos, e os mesmos credenciados, por prazo limitado e que a renovação periódica se dará após processo regular de avaliação.

Aqui aparece uma preocupação com a multiplicação indiscriminada de instituições de ensino superior, bem como com a infinidade de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos aos interessados, porém sem o reconhecimento da instância deliberativa própria, o Ministério da Educação.

Mas, aqui, o que nos interessa de perto é o que reza o artigo 52, quando define o que são as Universidades. Vejamos:

Art. 52 – As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único – É facultada a criação de universidades especializadas por campo de saber (LDB, n. 9.394/96).

Como vemos, pelo menos em tese, não há como sofismar. Se a universidade faz pesquisa (ou deve fazer), não há como não ter docentes contratados por tempo integral, ou seja, com tempo para a pesquisa e produção de conhecimento. Isso atinge as universidades particulares, que, em sua maioria, contratam o corpo docente na forma “horista” (paga pelas aulas dadas ou dedicadas à administração).

Exigir a titulação de mestrado ou doutorado para um terço do corpo docente atinge também mais as universidades particulares, que têm que investir na qualificação de seus quadros.

Professores mais bem preparados (titulados) e com tempo para se dedicar à pesquisa com muito mais chances, representam uma melhoria na qualidade de ensino da instituição, bem como da região e do país. Só que isso exige investimento das universidades particulares em coisas que não dão retorno econômico imediato. Daí muitas universidades terem optado por deixar de sê-lo, tornando-se Centro Integrado de Faculdades ou apenas Faculdades isoladas.

Sobre os prazos para o cumprimento das exigências acima, a LDB afirma:

Art. 88 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão uma legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação.

§ 1º - As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e à normas dos respectivos sistemas de ensino, no prazo por estes estabelecidos.

§ 2º - O prazo para que as universidades cumpram o dispositivo nos incisos I e II do artigo 52 é de oito anos (LDB, n. 9.394/96).

Ou seja, até o final de 2004, as instituições de ensino superior que quiserem continuar ostentando o título de universidade terão que efetuar as mudanças exigidas por lei. Daí que a PUC-Campinas arrole com frequência argumentos em prol das mudanças na carreira docente na forma como ela está organizada hoje. A atual direção, Mantenedora e Reitoria, alega que a contratação de um terço dos professores por tempo integral, nos moldes da carreira docente atual⁴, inviabilizaria economicamente a Universidade.

Como veremos à frente, as mudanças curriculares dos cursos, com a diminuição da carga horária e a introdução das disciplinas “Práticas de Formação”, reduziram substancialmente o número de professores, algo em torno de 25%. Muitos cursos, como o de Administração e Economia, tinham aulas de segunda a sábado, 4 horas-aula por dia, no período noturno. No matutino as aulas eram de segunda a sexta-feira, com 4 horas-aula em três dias e seis horas-aula em dois dias, para compensar a ausência de aulas aos sábados. Hoje o número de aulas diárias não excede quatro, com 5 dias de aula por semana, com exceção dos cursos de período integral.

A nova LDB, seguindo os ditames da tradição legal em voga no país, continuou se sujeitando aos interesses do capital privado ao assegurar que:

⁴Em 1996, momento em que a Carreira Docente da Universidade teve maior número de professores contratados em regime de dedicação, 215, a distribuição se dava da seguinte forma: 63 professores por 20 horas (regime parcial), 103 professores por 30 horas (regime parcial) e 48 professores por 40 horas (regime integral). Em geral, 50% da jornada se constitui de aulas ministradas e os outros 50%, de dedicação à pesquisa ou capacitação (em cursos de mestrado ou doutorado). O valor da remuneração da hora-dedicação é o mesmo valor da hora-aula. Como a Universidade tinha um total de 1.173 docentes, só 4,09% dos professores possuíam contrato por regime integral.

Art. 77 – Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II – apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III – assegurem a destinação de seu patrimônio a outras escolas comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV – prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos (LDB, n. 9.394/96).

E, no § 2º do inciso IV, afirma: "as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo".

Então, sendo uma escola comunitária, confessional ou filantrópica, a instituição pode requisitar verbas públicas para os desdobramentos de suas atividades fins.

Contando com isso, a PUC-Campinas fez a revisão dos estatutos da Universidade e da Mantenedora – primeiro desta, depois daquela – em vista de se acertar em relação às exigências da nova LDB.

Antes de passarmos à frente gostaríamos de chamar a atenção sobre o caráter da Nova LDB. Vários autores (cf. ALVES, 2002; PECHULA, 2001; SAVIANI, 1997, entre outros) analisaram os meandros processuais que antecederam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e mostraram como os interesses do capital privado fizeram se representar e como se articularam, manobrando com certa eficiência as normas das casas do Poder Legislativo, Câmara Federal e Senado. Isso, tendo à frente ninguém menos que o ex-reitor da Universidade de Brasília, antropólogo reconhecido internacionalmente e figura respeitada no cenário educacional e político brasileiro, o senador Darcy Ribeiro, do PDT do Rio de Janeiro.

Todo o trabalho que havia sido feito desde o ano de 1988 no intuito de se colherem sugestões para a elaboração da LDB, contando com a opinião de educadores de todos os quadrantes do país, foi sendo sepultado ao longo do processo, até se chegar ao texto finalmente aprovado em 1996.

Após várias discussões durante todo o ano de 1995, o texto finalmente foi aprovado no Plenário do Senado em 8 de fevereiro de 1996, de acordo com os interesses hegemônicos. Logo depois o texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, que funcionou como Casa Revisora, sem que os Deputados pudessem alterar a estrutura do texto. A Câmara Federal, de Casa Autora do Projeto de LDB, torna-se, afinal, Casa Revisora, de acordo com a estratégia adotada pelos conservadores, que optaram por criar um projeto alternativo, via Senado, em vez de mudar o texto oriundo da Câmara [...]. Contando com uma correlação de forças favorável, no Legislativo e no Executivo, consegue-se enfim a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos moldes almejados pela iniciativa privada e pelo MEC, sendo sancionada sem vetos pelo presidente da República e promulgada em 20 de dezembro de 1996, recebendo o número 9.394 (ALVES, 2002:62-3).

A vitória dos setores privatistas da educação foi possível graças a uma conjuntura amplamente favorável, na qual a retórica dos setores hegemônicos de então soava como verdade inquestionável, apontando a educação como sendo a grande responsável pelo nosso atraso econômico e social.

Qualidade, qualificação, requalificação, competitividade, habilidade, múltiplas habilidades, conhecimento amplo, entre outros termos, passaram a fazer parte do repertório cotidiano daqueles que viam na educação a panacéia para todos os males.

Infelizmente, a nova LDB consagrou essa idéia, reproduzindo a ideologia da Educação como meio de eliminação das desigualdades e como um instrumento de realização da cidadania e, ainda, em nome da autonomia intelectual, da capacidade de continuar aprendendo, transferiu para o indivíduo a responsabilidade pela conquista de um lugar no mercado de trabalho (cf. artigos 32 e 35 da LDB) (PECHULA, 2001: 51).

Diz ainda a autora que isso poderia “levar ao engodo de que somente através do desenvolvimento de habilidades e competências se estaria solucionando o problema ou a dificuldade para a inclusão do cidadão no mercado de trabalho” (PECHULA, 2001: 52) (grifos da autora).

Saviani (1997, p. 199-200), utilizando uma expressão cunhada por Luís Antonio Cunha, a de “LDB minimalista”, diz que a opção por uma LDB deste corte é

compatível com o “Estado Mínimo”, "idéia reconhecidamente central na orientação política atualmente dominante".

No entanto é fácil perceber, como bem abordava Frigotto (1994), que o desmantelamento do Estado de Bem-Estar, reduzindo-o ao mínimo, é mais efeito de retórica do que realidade, pois o Estado mínimo tem sido o mais poderoso agente defensor do grande capital privado. Indo além, podemos afirmar que o “serviço sujo”, segundo os interesses dos setores privatistas da economia, foi feito pelo Estado; veja-se, por exemplo, o “saneamento” das empresas públicas (para que se tornassem lucrativas) no exato momento em que ocorriam as privatizações.

Voltando à LDB, diz Saviani (1997, p. 200):

Seria possível considerar esse tipo de orientação e, portanto, essa concepção de LDB, como uma concepção neoliberal? Levando-se em conta o significado correntemente atribuído ao conceito de neoliberal, a saber: valorização dos mecanismos de mercado, apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais em detrimento do lugar e do Estado e das iniciativas do setor público, com a conseqüente redução das ações e dos investimentos públicos, a resposta será positiva.

Neste sentido podemos afirmar que, se especificamente sobre o ensino superior nada aparece nos artigos aqui tratados que corrobore os argumentos esgrimidos pelos vários autores aqui citados em direção à tese de uma LDB liberal, ou neoliberal, temos claro que no conjunto, na totalidade do documento, eles estão corretos. A LDB, por seu histórico, pelos embates subjacentes à sua aprovação, mas também pelo seu conteúdo geral, reflete a tendência dominante no seio dos grupos hegemônicos da sociedade naquele período. Ou seja, não há como negar seu caráter neoliberal.

CAPÍTULO V

A REESTRUTURAÇÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

1- As leis da sobrevivência: entre o projeto e o mercado.

Peter Berger e Brigitte Berger, em *O que é uma instituição Social?* (1984, p. 193), dizem: "já definimos a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade". A partir daí falam das instituições sociais tradicionais como escolas, hospitais, Estado, entre outras, da forma como são apreendidas pelo senso comum. Não descartando essa visão mais tradicional, voltam à afirmação que sublinhamos acima para mostrar que sociologicamente a coisa é mais complexa.

Partindo da linguagem como a primeira instituição com a qual o indivíduo se defronta, e como instituição fundamental da sociedade, eles apontam cinco características fundamentais de toda e qualquer instituição social, quais sejam: a exterioridade, a objetividade, a coercitividade, a autoridade moral e a historicidade.

De maneira sintética, segundo nossa leitura, a *exterioridade* é a forma como todas as instituições são experimentadas, como realidades exteriores ao indivíduo. A *objetividade* é o reconhecimento por parte de todos da existência de uma determinada instituição e, mais do que isso, o fato de existir de uma ou de outra forma. A *coercitividade* é a marca do poder que a instituição tem sobre o indivíduo. Todas as instituições têm regras, e

para que as mesmas sejam observadas elas coagem os seus membros a tomarem determinadas atitudes, evitando outras. A *autoridade moral* é o direito à legitimidade de repreensão aos transgressores das normas. Direito esse reconhecido pelos membros da instituição, que para preservá-la instituíram ou acataram as normas no momento da adesão ou filiação a esta instituição. Por último, a *historicidade*. A maior parte das instituições com as quais o indivíduo interage ao longo de sua vida já existia antes de seu nascimento e muito provavelmente continuará existindo depois de sua morte. Ou seja, as instituições parecem ter caráter mais permanente, enquanto o do indivíduo parece ser transitório (cf. BERGER, P. BERGER, B., 1984, p. 195-9).

Olhando para as características elencadas por Brigitte e Peter Berger (1984, p. 197), a primeira impressão é de que as instituições não mudam nunca, são inflexíveis, impermeáveis, perenes. Nada mais falso. Os próprios autores afirmam:

Reconhecer o poder das instituições não é o mesmo que afirmar que elas não podem mudar. Na verdade, elas mudam constantemente – e precisam mudar, pois não passam de resultados necessariamente difusos da ação de inúmeros indivíduos que "atiram" significados para o mundo.

Este "atiram significados para o mundo" está relacionado à linguagem de que é a instituição que estava sendo analisada. Mas, o importante é salientar que as instituições têm que mudar, se adaptar às novas circunstâncias temporais; caso contrário, tornam-se anacrônicas, caducam e desaparecem. Como todas as instituições querem se reproduzir, permanecer, então elas se dinamizam, mudam para tentar se padronizar.

A Igreja Católica, ao colocar-se em questão no Concílio Vaticano II, abrindo-se ao diálogo com a modernidade, fez na verdade um *aggiornamento*. Suas pesadas estruturas foram arejadas à medida que se abriram para os problemas do mundo, o ateísmo europeu, a pobreza e miséria no terceiro mundo, a industrialização e urbanização crescente das sociedades, o avanço da secularização, o aumento do número de países socialistas.

Não havia mais como ficar alheia a estes problemas senão correndo o risco do anacronismo. A reprodução da instituição como tal dependia de sua capacidade de operar mudanças internas – ainda que, a bem da verdade, sua estrutura hierárquica permanecesse intocada – o que foi realizado pelo Concílio.

No caso específico da Igreja Católica do Brasil, muitas mudanças estavam acontecendo na década anterior à da realização do Concílio (cf. TANGERINO, 1997, p. 91-129). A mudança de orientação da Ação Católica, passando do modelo italiano para o do franco-belga, em 1950, a fundação da CNBB em 1952, as novas experiências pastorais realizadas principalmente no Nordeste, de alguma forma "inspiraram" os rumos do Concílio.

Posteriormente, já sob o regime militar, quando este, através da repressão e de um novo ordenamento jurídico, desarticulou a sociedade civil, a Igreja Católica, por força dessa conjuntura que deu unidade ao episcopado, serviu como refúgio para aqueles que se opunham ao regime. As classes populares penetraram neste espaço institucional e de alguma forma vão garantir que seus interesses sejam representados por parte significativa da hierarquia da Igreja (cf. LIMA, 1979; SOUZA, 1984). Por sua vez, os bispos e padres, à luz dos documentos oficiais da Igreja e da leitura que fizeram dos evangelhos, interpretaram como fazendo parte de sua missão a defesa dos perseguidos e do direito dos pobres a uma vida digna (cf. MAINWARING, 1989).

Isso possibilitou a gênese das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no final da década de 1960 e de seu crescimento na década de 1970. Nos anos 70 também apareceram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral Operária (CPO) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual posteriormente surgirá o Movimento dos Sem Terra (MST), como já vimos no capítulo II.

No contexto eclesial latino-americano tivemos, em 1968, a realização da 2ª Conferencia Episcopal Latino-Americana em Medellín, Colômbia, da qual resultará o Documento de Medellín. Neste documento encontramos a opção pelos pobres, que seria a marca distintiva da Igreja da América Latina. Em 1979, em Puebla, no México, os bispos latino-americanos ratificam a opção pelos pobres.

Tanto nos documentos de Medellín quanto de Puebla, os bispos utilizaram a metodologia de análise da realidade da Ação Católica especializada conhecida como "ver, julgar e agir". Ao invés de se partir de princípios doutrinários, utilizava-se das ciências do social para se analisar a realidade, depois, à luz dos evangelhos se julgava essa realidade e finalmente se elaboravam planos de ação. Na análise da realidade latino-americana presente no documento de Medellín se incorporaram elementos fundamentais da *Teoria da Dependência*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.

Também no final dos anos 60 nasce a Teologia da Libertação, que incorporava elementos marxistas para a análise da realidade, além de também na sua origem ter se inspirado nas reflexões feitas pela Juventude Universitária Católica no final dos anos 50 e início dos anos 60 (cf. GUTIERREZ, 1975).

A expansão da Teologia da Libertação, dos movimentos sociais, das pastorais sociais durante a década de 1970, mais a rearticulação sindical no final desta década e as sucessivas derrotas eleitorais do partido governista, a ARENA, em 1974, 1976 e 1978, fizeram os militares acelerar o processo de abertura política que havia se iniciado com o Gal. Ernesto Geisel e que culminaria com o presidente gal. João Batista Figueiredo.

Porém, à medida que a sociedade civil foi se solidificando a Igreja progressista (ou popular) começa a passar por momentos complicados, que a levam a recuar. Além do desgaste interno dado aos conflitos com os bispos de perfil conservador, a eleição do papa João Paulo II, em 1978, marcará uma nova postura da Igreja Católica Romana, mais preocupada com sua identidade e um projeto de auto-afirmação para a virada do milênio do que com as questões sociais.

É importante aqui, quando falamos do regime militar e das mudanças que ocorreram na Igreja, lembrar que as opções feitas pela Igreja da América Latina e do Brasil, em especial, iam ao encontro das aspirações das classes populares. O que era tido como novidade, divulgado pela imprensa e objeto de estudos das universidades era o envolvimento da Igreja com as questões sociais e políticas, num deslocamento espacial (periferia dos grandes centros urbanos) e classista. O discurso religioso ganhou conotações políticas, se tornou mais secularizado.

Nesse contexto a Universidade Católica não aparecia como prioridade, era considerada elitizada e distante do mundo dos pobres. Trabalhar ou priorizar esta instituição poderia estar significando dispersão de energia, deixar de lado o essencial – as pastorais populares – para se dedicar ao acessório, pastorais de classe média, universidade, entre outros.

Em pesquisa sobre a Universidade Católica no Brasil, analisando as relações entre a mesma e a Igreja, Lima Vaz (1983, p. 101-2) diz:

Foi a Igreja que instituiu as Universidades Católicas. Nasciam todas elas, em maior ou menor grau, de uma decisão dos Bispos

das Congregações Religiosas que nelas viam um importante instrumento apostólico, quer em âmbito local, quer mesmo, em vários casos, em âmbito regional ou nacional.

Esta origem definiu a personalidade jurídica das Universidades e estabeleceu um vínculo institucional com as Dioceses ou Congregações Religiosas.

O aparecimento das Universidades ocorreu, em sua maioria, num momento em que a Igreja dava grande prioridade ao apostolado da educação formal e via condições válidas de, através deste apostolado, atuar de forma supletiva ou de reforço em relação à política educacional do Governo.

Esta posição da Igreja evoluiu bastante, sobretudo a partir dos anos 60, e novos titulares das Dioceses ou Superiores Religiosos passaram a dar maior prioridade a outros campos e formas de apostolado. Esta atitude foi mais prática, não se expressando, em geral, em declarações ou documentos.

Fora algumas exceções, o conjunto da Hierarquia, sobretudo através da CNBB, desinteressou-se bastante das Universidades, não se conhecendo iniciativas ou projetos desta nos últimos anos relacionados com a Universidade Católica.

Observa-se, então, o que poderíamos chamar de uma tendência geral das Universidades Católicas. Influenciadas por um contexto mais amplo de Igreja e de realidade socioeconômica no qual estavam inseridas, do final dos anos 60 até meados dos anos 80 as Universidades Católicas foram relegadas a um segundo plano.

A reconstrução da ordem democrática e do Estado de Direito parece ter consumido o tempo e as energias da Hierarquia Católica, ou pelo menos de parte dela, que, naquele momento, representava o setor mais dinâmico da instituição – identificado com as pastorais populares.

Essa hegemonia "progressista ou popular" perde força no pontificado de João Paulo II e também com a volta da sociedade democrática, com o fim do regime militar. A Igreja então, ao voltar-se para suas questões internas, já que a sociedade civil ao organizar-se ocupou o espaço que antes era quase exclusivo das pastorais populares, terá nas universidades um excelente meio para tentar dialogar no campo da cultura e formular um projeto de identidade para o novo milênio, tal qual proclamado pelo papa João Paulo II.

Amado (2002, p. 173) assim interpreta essas mudanças:

Os inícios da década de 1990 trouxeram consigo novos sinais. Na estrutura eclesial, foi sendo gestada visivelmente uma mudança de eixo (ao menos no "imaginário" pastoral): 1- em âmbito latino-

americano, o acento recaiu na dimensão sócio cultural (muito a propósito dos 500 anos da descoberta), com a formulação da categoria "inculturação". No Brasil, a inculturação explicitou as novas implicações com a pós-modernidade; 2- em âmbito mundial, o realce na nova evangelização provocou forte impacto na dimensão missionária, mais tarde organizada em planos preparatórios ao ano jubilar.

O autor ainda cita o forte impacto que teve o documento pontifício *Ex corde ecclesiae* e as iniciativas das várias universidades católicas para torná-lo público. Cita ainda a estabilização da moeda, em meados dos anos 90. Isso teria permitido a essas instituições sanear suas dívidas e fazer novos investimentos.

Como vimos no capítulo anterior, a PUC-Campinas não fugiu a este movimento geral da instituição Igreja, tratando de se adequar às demandas econômicas, sociais e educacionais dos novos tempos, ainda que isso, de alguma forma, acentuasse o conflito entre seus objetivos e suas práticas concretas.

Benedetti (2003), em artigo denominado *Entre Pastoral e Administração – Dilema da Universidade Católica*, parte, em sua análise, das conclusões tiradas de um encontro promovido pela ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas), ocorrido em Campinas no ano de 1987.

Nesse encontro, segundo Benedetti (2003, p. 571), cunhou-se a expressão "universidade em pastoral".

Com esta procurava-se definir uma forma, um modo cristão – o encontro tinha caráter ecumênico – de ser universidade. O pressuposto, por trás dos termos, era o de uma universidade entendida como totalidade; e o cristianismo (em suas variantes) também como totalidade. Mais que isso, como "totalidades" auto-suficientes. Essa visão levava à proposição de tarefas como a de que as pessoas-chave das IESCs tenham formação e visão pastorais e a que as decisões nos conselhos superiores e nas outras instâncias sejam tomadas dentro de uma visão pastoral.

O autor afirma que tais aspirações eram a expressão dos sentimentos dos estudantes de instituições católicas, que viam nestas muito mais um "espírito empresarial" do que pastoral. Mostra ainda que os estudantes militantes desconfiam do caráter pastoral das ações dos administradores. Estes, por sua vez, com o olhar de administradores, vêem os

estudantes militantes como contestadores, desagregadores, e que não têm espírito eclesial (cf. BENEDETTI, 2003, p. 571).

Essa contradição colocava em xeque a proposta de uma universidade em pastoral. A pretensão de totalidade dentro das instituições educacionais esbarrava na realidade concreta que passava por mudanças profundas, em ritmo acelerado. Essas mudanças atingiram tanto o campo religioso, de uma maneira geral, como as universidades, especificamente.

Se havia uma oposição entre universidade crítica e universidade "profissionalizante" (adaptada ao mercado de trabalho) em âmbito de proposta teórica (e que se refletia no interior das confessionais), esta oposição foi desaparecendo pouco a pouco, com a absorção relativamente rápida, do primeiro modelo pelo segundo. Este desaparecimento traz em seu bojo uma mudança radical: a universidade transformada em empresa (ou gerida em moldes empresariais) e a educação em mercadoria e investimento (mesmo para o aluno que vê seu estudo como investimento profissional). (BENEDETTI, 2003, p. 572)

A universidade, ao assumir o "espírito" empresarial, moldará suas ações guiando-se pelas demandas e novidades do mercado. O resultado, diz o autor, são os alunos transformados em consumidores, o ensino transformado em mercadoria e o professor (horista) subordinado às exigências do cliente. O que havia sido preconizado pela expressão "universidade em pastoral" cede lugar, se não interpreto mal o autor, à universidade empresarial.

Benedetti (2003, p. 572-3) diz ainda que:

[...] desaparecem o tempo e o espaço universitários: a sedução por equipamentos, prédios e facilidades (estacionamento) e a pressão de necessidades (segurança) tomam a dianteira sobre o espaço e o tempo de debates, críticas, confrontos, propostas, intercâmbios; numa palavra, da convivência – marca da universidade desde seus primórdios na Idade Média.

Ao invés de buscar alternativas aos ditames do mercado, as universidades estão se adequando a ele, e no movimento geral da sociedade as universidades, em tempo de globalização, paulatinamente, estariam perdendo sua função crítica e social. Citando Redings

e Lyotard, Benedetti se pergunta se aquilo que entendemos por universidade não pode estar próximo de seu fim.

No mesmo artigo, fazendo um pequeno balanço das contradições que emergiram historicamente entre a universidade e a sociedade em que se inseria, o autor nos mostra as múltiplas facetas dessas instituições – inicialmente ligadas à Igreja – e os dilemas que enfrentaram.

No caso específico das Universidades Católicas, aponta a dificuldade que elas enfrentam quando querem definir sua identidade – católica – à excelência de sua atividade-fim, o ensino e a pesquisa. Num mundo de mudanças rápidas, em que teorias científicas tradicionais já não dão conta de explicá-lo, a identidade da universidade vai sofrendo arranhões profundos, fragilizando as características que até então eram seus marcos, seus fundamentos.

Diante da universidade administrada – reflexo de uma sociedade administrada –, âmbito do homem unidimensional, na expressão de Benedetti (2003, p. 579), daquele que não tem perguntas a responder nem a fazer, que quer tornar-se, que quer ir para o mercado de trabalho, a pastoral – na Universidade Católica – poderia ser o espaço da troca de experiências, do diálogo, da reflexão aprofundada, noutras palavras, espaço da resistência.

Voltando à PUC-Campinas, o que aconteceu depois que o grão-chanceler D. Gilberto Pereira Lopes retomou a Universidade, em 1996?

2- A PUC-Campinas: mudança de rumo

Depois que o grão-chanceler, D. Gilberto Pereira Lopes, baixou a Portaria nº 001/96 e estabeleceu a nova reitoria da Universidade – Pe. David como Reitor, professor Veiga como Vice-reitor Administrativo, e professor Aquino como Vice-reitor Acadêmico –, teremos, entre os anos de 1997 e 1998, crescentes tensões entre a reitoria e a Mantenedora (SCEI), de um lado, e as entidades representativas de professores, funcionários e alunos, de outro.

Era prática comum na PUC-Campinas que nas negociações salariais, realizadas no mês de março, o Sindicato dos Professores trabalhasse em duas frentes. Num primeiro momento, negociava-se com o Sindicato Patronal, representante das mantenedoras das

escolas particulares de ensino superior, até se chegar à convenção coletiva. No segundo momento, o Sindicato dos Professores, mas sobretudo a APROPUC, negociava pontos específicos, num acordo interno, com a reitoria da PUC-Campinas.

Como as negociações salariais a partir de 1997, com base na Portaria 001/96, faziam parte das atribuições da mantenedora, na pessoa de seu vice-presidente Dr. José Inácio Toledo, este restringe o campo das negociações unicamente à esfera coletiva, ou seja, deixa de reconhecer a APROPUC como entidade responsável pela negociação, esvaziando parte de sua função, transferindo a discussão para o Sindicato Patronal, tendo este como interlocutores os sindicatos de professores do Estado de São Paulo.

As questões salariais, o esvaziamento de algumas cláusulas sociais, o conflito em algumas unidades da Universidade entre diretores de faculdades e professores, motivaram ainda algumas greves de caráter reivindicatório. Mas se percebia claramente que os professores, ou porque se sentiam acuados, com medo, ou porque se sentiam confortáveis com as mudanças impostas, foram deixando de comparecer de forma significativa às assembleias do Sindicato ou da APROPUC.

O Conselho Universitário foi se tornando palco de expressão de conflitos crescentes entre o que se planejava para a Universidade e a resistência às mudanças. De um lado, a reitoria, a mantenedora e parte dos diretores de institutos e faculdades, e, de outro, representantes dos professores, dos alunos, dos funcionários – a outra parte de diretores de unidades.

Em 23 de setembro de 1998, o vice-presidente da SCEI, José Inácio Toledo, entra com a solicitação, no Conselho Privativo de Registro das Pessoas Jurídicas de Campinas, de processamento das modificações do Estatuto da Mantenedora, tendo em vista adequá-lo à Lei 9.394/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e modernizá-lo, dados os avanços científicos e tecnológicos. O novo estatuto foi aprovado em 17 de setembro de 1998.

Refeitos os estatutos da Mantenedora abria-se caminho para se reformular os estatutos da Universidade. Mas, como fazê-lo, com a Universidade tão dividida?

D. Gilberto Pereira Lopes veio a público em 12 de setembro de 1998, em artigo publicado pelo jornal *Diário do Povo* e intitulado "Para a Universidade, para a Comunidade". Dizia que as mudanças que estavam sendo feitas na Universidade objetivavam adequá-la às

exigências da LDB. Eram reformulações necessárias, já que as estruturas da instituição eram antigas e antiquadas.

Dito isso, afirma a seguir:

Aqui está um dado importante para se compreenderem decisões tomadas e que estão sendo questionadas por grupos de alunos e por grupos de professores, no momento. São alunos das mesmas escolas e tendências. São professores que assumiram sempre posturas análogas, em situações análogas (*Diário do Povo*, 12.09.98, p. 3).

Como se percebe, também o arcebispo, munido de informações, apontava para a realidade conflitiva que havia se instalado na Universidade. Essas informações, porém, detectava em grupos de pessoas alinhadas (tendências) a oposição às mudanças.

No entanto, a situação era mais complexa. A oposição ao que estava sendo feito, mas sobretudo, em alguns casos, à forma como estavam sendo feitas essas mudanças, partia não apenas de grupos ou tendências organizadas, mas também de pessoas que tinham uma visão diferente de universidade, incluindo aí diretores de Faculdades ou Institutos, padres e, até mesmo, em alguns momentos, membros da direção da Pastoral Universitária. Não era uma oposição ao arcebispo ou à Igreja Católica, mas uma oposição à restrição da participação da comunidade universitária nos rumos a serem seguidos. Tudo estava sendo feito de "cima para baixo".

Afirmava ainda D. Gilberto Pereira Lopes:

Um conjunto portanto de situações e exigências nos levaram a buscar um caminho histórico, necessário em nossa opinião. Não se trata decididamente de renunciar à participação co-responsável de todos nos objetivos universitários e católicos da Instituição. Jamais se pode construir qualquer coisa sólida, sem a colaboração consciente de quantos acreditam nos objetivos propostos e que, no conjunto, são colimados (*Diário do Povo*, 12.09.98, p. 3).

A participação reclamada pela comunidade era afirmada pelo arcebispo como sendo importante, desde que os objetivos das partes interessadas fossem comuns.

Com o apoio do Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de Campinas, de diretores de faculdades da PUC-Campinas, de padres, que individualmente se manifestaram,

o grão-chanceler afirmava, baseado na fala de "alguém", a importância de "quebrar monopólios e privilégios".

Todas as mudanças que se faziam necessárias eram baseadas no seguinte diagnóstico:

A experiência de um processo de sindicalização da Universidade trouxe conseqüências e problemas concretos. Uma administração anterior, como mínimo condescendente, trouxe compromissos dolorosos. Seja em pendência judicial, no valor de muitos milhões, seja em compromissos "escolares" com os quais não podemos arcar, na área de odontologia. E muitos convênios, sem o conhecimento e aprovação da SCEI (*Diário do Povo*, 12.09.98, p. 3).

Organismos internos, não identificados, teriam a si atribuído poderes que permitiram tomadas de decisões independentes da Mantenedora bem como da Reitoria. Esses organismos teriam se fortalecido como resultado da prática das eleições diretas para a Reitoria, e teriam como objetivo último o controle geral da Universidade.

A situação em que estava a Universidade, com dívidas enormes e compromissos assumidos paralelamente sem dar ciência à Reitoria e à Mantenedora, era vista como uma tentativa de se tirar a Universidade do controle da Igreja. Por isso a forma incisiva e veemente com a qual o arcebispo defendia o que estava sendo feito e o que, segundo planos para o futuro próximo, seria feito.

A reformulação da carreira docente atual, "bomba-relógio", como se disse em passado recente, a superação do corporativismo dos grupos que se beneficiam de horas atribuídas incorretamente, a clareza das competências e responsabilidades, o ordenamento do conjunto dos Institutos e Escolas, a busca de dedicação plena, quanto possível, e muitas outras iniciativas desejáveis e necessárias nos levaram a pensar que, no quadro atual, não se poderia fazer as reformulações necessárias (*Diário do Povo*, 12.09.98, p. 3).

A carreira docente era vista como "bomba-relógio" porque a exigência da LDB de 1/3 dos professores serem contratados por tempo integral, o que na época (1998) representaria algo em torno de 400 professores, mais a exigência de 1/3 dos professores serem titulados, ou seja, estarem próximo ao topo da carreira docente e, portanto, com

salários mais altos, inviabilizaria a instituição economicamente. A carreira docente vigente na PUC-Campinas contemplava com horas de dedicação para a pesquisa em torno de 10% dos professores, sendo que a hora-pesquisa era remunerada no mesmo valor da hora-aula. Naquela conjuntura – problema ainda não solucionado até os dias atuais – alegava-se que manter 400 professores por tempo integral, pagando-se o mesmo valor da hora-aula para a hora-pesquisa, representaria um ônus que a Universidade não poderia suportar.

"A superação do corporativismo dos grupos que se beneficiam de horas atribuídas inconvenientemente" apontava para a existência de múltiplos organismos de assessoria existentes dentro da Instituição com a finalidade de auxiliarem a reitoria, vice-reitorias e de prestarem serviços de extensão.

No nosso entender, ficou mal para a APROPUC quando a Reitoria divulgou que suspenderia o pagamento de 90 horas-aula mensais para a entidade. Esse vínculo existente entre a entidade representativa dos professores com as antigas reitorias foi entendido por muitos professores como prejudicial à autonomia desse órgão. Apesar de tal vínculo ter sua razão histórica, acreditamos que, naquele momento, soou como eticamente questionável, dado que a entidade vinha se posicionando contra a reitoria, mas parcialmente financiada por esta.

Situando as mudanças da PUC-Campinas no quadro geral das mudanças nas Universidades Católicas e de outras não confessionais, D. Gilberto dizia ainda:

A Reitoria da Universidade recebe a incumbência de buscar do melhor modo, os contatos e consultas nas faculdades e semelhantes, que levem à escolha de dirigentes que estejam afinados com o propósito de mudanças que, necessariamente, irão atingir setores e pessoas.

É preciso ficar bem claro: não estamos usurpando direitos. Não estamos penalizando ninguém, nem excluindo quem quer que seja! Vamos juntos construir a Universidade dos nossos sonhos! (*Diário do Povo*, 12.09.98, p. 3).

Além de demarcar sua posição, D. Gilberto Pereira Lopes apontava a necessidade de o Reitor escolher dirigentes afinados com as mudanças em curso. O ano de 1998 marcava o fim dos mandatos dos diretores, vice-diretores, de faculdades e institutos da Universidade; portanto, seria um ano eleitoral.

2.1- As eleições para Diretor e Vice-Diretor de Faculdades e Institutos

No Estatuto e Regimento Geral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, de 1988, no Capítulo III, Seção I, Subseção IV – denominada *Da Diretoria* – no artigo 38 (p. 16), afirma:

O diretor e o vice-diretor, com mandatos de quatro anos, permitida uma só recondução, são nomeados pelo Reitor, entre os Professores Titulares e Adjuntos integrantes de listas tríplexes, organizadas por Colégio Eleitoral composto de todos os membros dos Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo da Universidade.

Em dois parágrafos contidos neste artigo regulava-se a ponderação dos votos e o *quorum* necessário para a validade das eleições.

As eleições para diretor e vice-diretores eram então feitas de forma direta e a composição das respectivas listas tríplexes davam ao Reitor uma margem de escolha limitada. Isso aumentava o poder de representação do diretor e vice-diretor, porque eleitos por seus pares.

Ora, por que então o arcebispo dizia, como vimos acima, que a Reitoria recebe a incumbência de buscar contatos e fazer consultas que levem à escolha de dirigentes afinados com as propostas de mudanças? E as eleições?

Aí residia o problema. No dia primeiro de outubro de 1998, o secretário-geral da Universidade, professor Marcel Dantas de Campos, encaminhou aos conselheiros do CONSUN o documento enviado por D. Gilberto Pereira Lopes ao reitor, Pe. José Benedito de Almeida David, que foi lido pelo mesmo na 317ª Reunião do Conselho Universitário, ocorrida na mesma data.

O documento detalhava aspectos importantes das mudanças em curso na Universidade, suas justificativas, inclusive parte delas expressas no artigo de jornal mencionado atrás. Falava da adequação da Instituição às normas da LDB, às normas dos Documentos da Igreja, bem como dos caminhos escolhidos para que a Instituição continuasse como Universidade, seguindo os parâmetros legais.

Falava ainda sobre as medidas provisórias instituídas pelo Governo Federal, que interferiam na área financeira das Instituições de ensino, alterando as obrigações contratuais firmadas pelos alunos e a Universidade no ato da matrícula.

Nos três parágrafos seguintes, em que a nosso ver se observava a motivação principal do documento, afirmava:

Os Estatutos da Sociedade Mantenedora encontravam-se desatualizados e inadequados, portanto, à atualidade, razão pela qual foram modificados, tendo sido ultimado o seu registro, do qual todos tomarão ciência, oportunamente. Como consequência desta modificação, os Estatutos e Regimento da PUC-Campinas e HMCP ficaram desatualizados, devendo ser, por esta razão, modificados.

Como Entidade regida pelo Direito Civil, continuaremos a cumprir os preceitos legais e constitucionais, em especial, o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a avaliação pelo poder público.

Como norma inscrita no novo Estatuto, há disposição delegada à Reitoria para conduzir ampla revisão da estrutura organizacional da Universidade, atenta à Lei 9.394/96. Os cargos de Reitor, Vice-reitores, Coordenadores, a partir desta data, não mais serão providos através de eleições, mas por indicação e escolha, devendo, nesta fase de transição, cumprido o atual mandato, ser nomeados *pro tempore* (PEREIRA LOPES, 1998, p. 2).

Como se observa nesta longa citação, apontava-se para a mudança dos Estatutos da Mantenedora e para a necessidade de mudanças nos Estatutos da Universidade. Afirma-se a legalidade de tais atos e, por último, altera-se a forma de escolha dos cargos de reitor, vice-reitores, diretores de Faculdades ou Institutos, de coordenadores de Cursos e de coordenadores de Departamentos.

A reação dos conselheiros, ou melhor, de parte significativa deles, foi de perplexidade. Em não havendo eleições para diretor, vice-diretor e coordenadores no final daquele ano, abria-se margem para que pessoas que nunca haviam tido compromissos com a Universidade, oportunistas e carreiristas, alcançassem postos importantes de comando. Além de se abrirem espaços para atitudes arbitrárias e perseguição pessoal, como se viu posteriormente.

Nessa mesma reunião do CONSUN o Pe. José Arlindo de Nadai, diretor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, em resposta ao ocorrido, leu um texto de sua

autoria no qual, de forma serena mas incisiva, posicionava-se diante das mudanças das regras das eleições na PUC-Campinas:

Gostaria muito de poder continuar pensando que a Reitoria, nas pessoas do Reitor e Vice-reitores, tudo tenha feito ao longo do tempo de gestação destas novas normas para honrar o voto de confiança que receberam deste Colégio, na indicação de seus nomes para os cargos importantes e de grande responsabilidade que ocupam na Universidade (NADAI, 01.10.1998, p. 1).

O Pe. Nadai representava o descontentamento de inúmeros diretores que haviam não só votado no Pe. David, para reitor, mas articulado e trabalhado para que o mesmo chegasse ao cargo que agora ocupava. O Pe. Nadai era também o vigário-geral da Arquidiocese de Campinas, respeitado pela sua ponderação e posições firmes, isto dentro da Universidade como fora dela, além de ter sido assessor da CNBB por um longo período.

A quem conduziria o novo processo eleitoral pedia a preservação da participação da comunidade na indicação de seus dirigentes. Dizia ser a própria Doutrina Social da Igreja a defensora da participação da comunidade na definição de seu destino. E concluía:

Reafirmo, pois, minha profunda convicção da importância da participação responsável da Comunidade na elaboração de seu projeto, respeitada, evidentemente, a natureza da Instituição maior onde está inserida (NADAI, 01.10.1998, p. 1).

A repercussão das falas de descontentamento foi tanta que se pediu, através do reitor, presidente do CONSUN, que um ofício fosse enviado a D. Gilberto Pereira Lopes, grão-chanceler da Universidade, no sentido de que o mesmo esclarecesse o conteúdo do documento de sua autoria, objeto das controvérsias naquele momento.

D. Gilberto Pereira Lopes, em documento datado de 15 de outubro de 1998, responde ao Magnífico Reitor acerca das inquietações dos membros do CONSUN, não aceitando por "razões pessoais e motivos preponderantes" o convite para participar da próxima reunião do Conselho.

Nesse novo documento D. Gilberto Pereira Lopes retoma tanto os pontos elencados no artigo publicado no jornal *Diário do Povo*, mencionado e analisado acima, como os pontos elencados no documento anterior.

Finalmente, no § 6º afirma:

A decisão de se proverem os cargos de Direção, de outra forma que não a indicação de listas, se relaciona com o fato de, durante 12 anos, as listas terem sido únicas e polarizadas, na direção da sindicalização da Universidade. O grito de “eleições diretas” soa sempre, para mim, como tentativa de se afastar a SCEI da Direção da Universidade. Frisando este aspecto, considero também importantes outros que já foram apontados, neste, no ofício anterior, e em recente artigo publicado em um jornal local (PEREIRA LOPES, 15.10.1998, p. 2).

Dizia ainda, o arcebispo, que a Reitoria conduziria o processo de indicação e nomeação dos novos diretores, dialogando e ouvindo as sugestões das unidades. Acrescentava que não mais haveria nomeação de vice-diretores e que nas unidades mais complexas, a critério da Reitoria, se nomearia um diretor-adjunto.

Como observamos, para o grão-chanceler, tudo que lembrava "eleições diretas" era uma forma de se fazer a Universidade escapar-lhe do controle. A tese da "sindicalização da Universidade", freqüentemente esgrimida pelo arcebispo, parecia ser o fundamento de suas ações e projetos, levados a cabo pela Reitoria e pela Mantenedora.

Em 30 de novembro de 1998, através do Ofício Circular GR 57/98/JBAD/smp, publicado pelo Gabinete da Reitoria e assinado pelo reitor, Pe. José Benedito de Almeida David, se disciplinava o processo de indicação de pessoas para os cargos de Direção das Unidades Acadêmicas.

Sobre o mandato *pro tempore*, justificava-se sua existência diante da necessidade de revisão da estrutura organizacional da Universidade e, por conseqüência, a revisão de seu Estatuto e Regimento Geral (cf. ALMEIDA DAVID, 30.01.1998, p. 1).

Solicitava uma reunião da Reitoria com o Conselho Departamental de cada unidade acadêmica, a fim de conhecer seus problemas e prioridades acerca de sua infraestrutura, sua organização didático-pedagógica e a situação do corpo docente quanto à titulação, capacitação e tempo de dedicação.

Em relação ao processo de indicação de pessoas ao cargo de Diretor, afirmava que em reunião conjunta com a Diretoria da SCEI se decidiu que os seguintes critérios deveriam ser observados:

1. Ser professor há pelo menos 3 anos, pertencente aos quadros da Universidade
2. Identificação e adesão à missão e ao projeto de Universidade Católica e, em particular, com a PUC-CAMPINAS
3. Competência acadêmica e administrativa
4. Participação na vida da Universidade e capacidade de trabalho em conjunto
5. Disponibilidade para assumir o cargo (ALMEIDA DAVID, 30.11.1998, p. 1).

Chama a atenção nestes critérios o item n° 2, pois, ao se pedir "identificação e adesão à missão e ao projeto de Universidade Católica", o mais óbvio seria pensar que ali a PUC-Campinas já estivesse incluída. Ao se acrescentar "e, em particular, com a PUC-CAMPINAS", isso poderia deixar subentendido que a mesma tinha um outro projeto – o que, como vimos, não é o caso, pois suas mudanças se inserem no quadro geral de mudanças nas Universidades Católicas – ou isso poderia ser um recado, muito sutil, para aqueles que questionavam as mudanças evocando exatamente os documentos da Igreja sobre Universidade.

Nesse sentido, percebe-se claramente que havia um conflito subjacente a todo o processo. Que vozes descontentes se faziam ouvir, seja nas reuniões do CONSUN, nos corredores da Universidade, entre alunos, entre funcionários, entre professores. A origem dos rumores nunca era detectada. Então se atribuía à APROPUC ou à AFAPUC, sobretudo à primeira, a origem de determinadas informações.

Ninguém, entre os professores, com raras exceções, queria se expor. Seja por um desejo inconfesso de ocupar o futuro cargo de diretor, seja por medo de perseguições futuras.

A Portaria dizia ainda que:

As indicações de pessoas poderão ser feitas:

- pelas diversas instâncias da Unidade Acadêmica;
- pelos diversos segmentos da Unidade Acadêmica (professores, funcionários alunos);
- por grupos ou individualmente.

[...]

O que se deseja garantir com este processo é evitar-se a concentração em apenas alguns nomes. A indicação ampla permitirá à Reitoria encontrar o perfil adequado às necessidades do momento (ALMEIDA DAVID, 30.11.1998, p. 2).

Ora, a indicação individual, observados os critérios anteriores, fazia de cada professor um diretor em potencial e, nesse sentido, gerava uma insegurança muito grande. As desavenças pessoais poderiam se transformar (e se transformaram, em algumas Unidades Acadêmicas) em motivos de perseguição a professores e funcionários.

Finalmente, explodiu como uma bomba, o impedimento de que os diretores e vice-diretores em exercício fossem reconduzidos. O vice-diretor, porque o cargo fora extinto, e o diretor porque, alegava-se, haveria mudanças na forma de contratação, horário de trabalho e remuneração (cf. ALMEIDA DAVID, 30.11.1998, p. 2).

O impedimento de o Diretor ser reeleito modificaria completamente o futuro Conselho Universitário. Obviamente este seria mais dócil, menos crítico, menos oposicionista. Aumentou-se a desconfiança em relação à Reitoria. Muitos que estiveram junto do Pe. David desde a primeira hora são retirados de cena através desta Portaria. Alguns pedem demissão, outros restringem sua atuação à sala de aula.

De outro lado, antigos opositores, que fizeram campanha contra o Pe. David, seja nas prévias, seja no Colégio Eleitoral, rapidamente mudam de posição, aderem ao projeto em andamento (ou ao cargo que estava em jogo). Nunca se havia visto tanto descontentamento, tanta desconfiança, tanta insegurança.

Em 14 de janeiro de 1999, através do Ofício Circular n° 003/99/GR/JBAD/ACF, emitido pelo Gabinete da Reitoria, o Reitor indicava aos novos Diretores os procedimentos que deveriam ser adotados para a escolha de Coordenadores de Curso e de Departamento. Substancialmente os critérios eram os mesmos adotados para a escolha de Diretor de Faculdade.

2.2- A Reforma Organizacional

Não sabemos se tudo o que acontecia nas Unidades da Universidade chegava ao conhecimento da Reitoria. O que se viu no início da nova gestão é que um grande número de funcionários, dependendo da Faculdade, foi demitido. Os critérios utilizados para essas demissões nunca ficaram claros.

Muitos diretores, por terem sido escolhidos pelo Reitor e não votados pelos seus pares se sentiram, de alguma forma, protegidos pelo alto escalão da Universidade, e a

"encarnação" de uma vontade superior. Falavam como executores de um projeto de "modernização e de salvação da PUC-Campinas".

Este "espírito arrogante" parecia emanar dos segredos de que eram portadores. Falava-se de um novo tempo na Universidade, mas os professores estavam sendo paulatinamente afastados das decisões. A exemplo do que ocorria no Brasil como um todo, onde o desemprego crescia e os sindicatos foram sendo desmobilizados por essa nova conjuntura, na PUC-Campinas, apesar dos esforços da APROPUC e do SINPRO, no cotidiano, os professores foram se sentindo cada vez mais desprotegidos, acuados.

Os novos funcionários foram encarregados de vigiar a assinatura do ponto dos professores; de observar se os professores cumpriam o horário, se estavam na sala de aula, se estavam ministrando aulas. Em nome do direito dos alunos e para não permitir que "maus" professores continuassem com práticas lesivas à Instituição, os funcionários, na hierarquia, pareciam estar acima dos professores, inquirindo os mesmos na sala de professores bem como nos corredores, se achassem necessário. É a burocracia weberiana virada ao avesso.

Por outro lado, é preciso que se diga, professores que nunca tiveram muito compromisso com a Universidade, que trabalham em empresas privadas e vão à PUC-Campinas para ministrar algumas aulas semanais, não estranharam as mudanças, nem se sentiram prejudicados. Exceto quando foram atingidos por demissões.

Nesse contexto, teve ampla repercussão o artigo escrito pelo coordenador da Pastoral Universitária no boletim de junho de 1999. Nele, o professor Pe. Luiz Roberto Benedetti fazia uma radiologia da PUC-Campinas. Denominado *Reformar o espírito de pátio*, o artigo expressava a visão do autor acerca da Universidade a partir de um de seus símbolos maiores, o Pátio dos Leões, porta de entrada do campus central, palco das grandes lutas do movimento estudantil, de shows e atividades culturais, mas também lugar da convivência entre alunos, professores e funcionários.

Dizia o autor:

As reflexões que seguem me vieram à cabeça ao ver o Pátio dos Leões cada vez mais vazio. Não o pátio físico, o espaço material, mas o "espírito" do pátio, símbolo da vida universitária, lugar da efervescência política. Hoje, limpo e asséptico, lembra uma vida universitária cada vez mais confinada à sala de aula e suas extensões "necessárias": laboratórios e bibliotecas (BENEDETTI, 1999, p. 4).

Mostrava que o pátio foi se esvaziando à medida que a cidade foi crescendo e "espremendo", "confinando" a universidade. Que a alegria dos estudantes pela entrada na faculdade foi sendo substituída pela preocupação em pagar as mensalidades, que a alegria da formatura foi substituída pela preocupação em arrumar emprego num mercado de trabalho restrito (cf. BENEDETTI, 1999, p. 4).

Dizia ainda que no pátio não havia mais shows nem lutas políticas entre as chapas concorrentes aos Diretórios Acadêmicos e ao Diretório Central dos Estudantes. Estas entidades estudantis eram incapazes de mobilizar os estudantes, gerando eleições esvaziadas. A vida no pátio parecia ter renascido depois da promulgação da LDB em 1996. Discussões sobre os rumos da Universidade mobilizaram professores e alunos. Ensino, capacitação docente, voltaram a ser termos mobilizadores desses segmentos da Universidade

Mas as reformas em curso – quiçá necessárias – de novo esvaziaram o pátio, lugar e símbolo de participação. O pátio foi substituído pelos gabinetes. E isso pode destruir o que há de melhor numa universidade: o espírito de identificação com a instituição. O espírito cede lugar ao contrato de trabalho. Ao longo deste texto insisto na palavra espírito. Ouso mesmo dizer que o Pátio dos Leões é um espírito. Espírito que está por trás dos símbolos. No pátio pulsa vida. A vida da cidade. A vida da Universidade. O pátio pulsa nas discussões em sala de aula, nos debates do Conselho Universitário de Ensino e Pesquisa, nas reuniões de departamentos, nas assembléias das associações de professores, alunos e funcionários (BENEDETTI, 1999, p. 4).

Para os que estavam envolvidos profundamente com a vida acadêmica, o artigo traduzia sentimentos ainda não verbalizados. Mostrava que as reformas aconteciam de "cima para baixo", não envolvendo o corpo docente, nem o discente, na discussão. A comunidade era mais informada do que consultada no processo.

Com isso, obviamente, acabava não havendo identificação dos vários segmentos da universidade com aquilo que estava sendo decidido. Era a ausência de "espírito" de que falava Benedetti.

Por fim, colocando o "dedo na ferida", o autor afirmava:

O mundo da globalização dissocia economia e cultura. E faz mesmo, desta, artigo de consumo e espetáculo. Numa universidade: isso se traduz como dissociação entre o administrativo e o acadêmico-pedagógico. Para muitos isso é liberação. Já não temos mais a presença do Estado regulador, já não temos os totalitarismos morais, estéticos, políticos, religiosos, essas culturas totalizantes, que, em nome do bem de todos, sacrificam o bem da maioria. Somos livres, fazemos o que gostamos. Enquanto isso os administradores cuidam da economia e nos deixa fazer o que gostamos. Parece cinismo, mas não é (BENEDETTI, 1999, p. 5).

Como já dissemos atrás, e Benedetti reafirma, as decisões econômico-administrativas subordinavam todos os outros setores da universidade, inclusive as questões pedagógicas.

No Boletim nº 8 da APROPUC, datado em 9 de agosto de 1999, se denunciava que a autonomia universitária estava sendo ferida. Citando artigo publicado na imprensa de Campinas, dia 6 do mesmo mês, no qual era anunciada a criação de três novos cursos – Engenharia Elétrica, Engenharia Ambiental e Artes Visuais – e a reformulação curricular em seis cursos – Matemática, Análise de Sistemas, Geografia, História, Química e Engenharia – informava-se também que a duração de alguns destes cursos havia sido diminuída de 4 para 3 anos (Matemática) e de 5 para 4 anos (Análise de Sistemas). O que acontecia na Universidade, muitas vezes, se tornava público através da imprensa.

Denunciava-se que a última reunião do CONSUN tinha ocorrido no mês de outubro de 1998 e que, portanto, as decisões acima eram uma clara infração ao artigo 53 da LDB, que em parágrafo único especifica:

Para garantir a autonomia didático-científica das universidade caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Para quem justificava a necessidade das reformas em vista da adequação da Universidade às exigências da LDB, parecia que isso nem sempre era verdadeiro.

Dez meses sem reunião do CONSUN nos parece prazo muito amplo para que a Universidade ficasse sem tomar decisões importantes. Então, quando decisões eram tomadas, obviamente, isso era feito a partir da reitoria e/ou na Mantenedora, sem consulta ou referendo do Conselho Universitário.

No dia 15 de dezembro de 1999, através da Portaria nº 240/99, o reitor José Benedito de Almeida David, depois de algumas considerações relativas à necessidade de reestruturação da carreira docente, de adequação da mesma à LDB, estabelece:

1. Suspender os seguintes procedimentos normativos até então observados
 - a - Concurso Público e Concurso Interno para aulas não temporárias;
 - b - Ingresso no regime de dedicação, salvo excepcionais a serem analisadas pela Reitoria;
 - c - Novos contratos com menos de 10 horas-aula, salvo casos excepcionais, autorizados pela Reitoria, na condição de provimento temporário;
 - d - promoções horizontais e verticais nos atuais Quadros Regulamentar e Especial.
2. As vagas, porventura existentes, deverão ser preenchidas, preferencialmente, através de Concurso Interno para vaga temporária ou Provimento temporário.
3. Recomendar a não-manutenção de docente com carga horária inferior a 10 (dez) horas-aula em qualquer dos quadros existentes (Portaria n. 240/99)

O fim das promoções verticais imobilizava o professor na posição que ocupava na carreira docente. Assim o professor-mestre não era promovido a adjunto, tampouco o professor-doutor a titular, o que gerava não só uma falta de incentivo para a qualificação do mesmo mas também injustiças flagrantes para com os professores da Universidade, uma vez que os novos professores contratados o eram de acordo com as respectivas titulações.

Outra coisa importante era o conteúdo do item 3, que recomendava a dispensa de professores com menos de 10 horas-aula. Diminuir o número total de professores permitiria atender à exigência da LDB de contratação de 1/3 dos professores por tempo integral, uma forma menos dispendiosa.

No dia 13 de março de 2000, a direção da Universidade lança uma *Proposta de Remodelação Parcial e Transitória da Estrutura Acadêmico-Administrativa da PUC-Campinas*. Define-se que a Unidade Universitária tem a forma de Instituto ou Faculdade e é

responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na sua estrutura a Unidade Universitária é composta dos seguintes órgãos de direção:

- a) - Diretoria
- b) - Conselho de Unidade
- c) - Coordenadoria de Curso
- d) - Conselho de Curso

Na prática, isso eliminava os Departamentos e a Coordenadoria de Departamento, ficando o curso como célula básica das atividades de ensino/aprendizagem. Em muitos casos isso só contribuiu para uma dispersão dos docentes, que não mais conseguiram se situar "dentro" do curso.

O fim dos departamentos foi tenazmente combatido pela APROPUC, sem nenhum resultado concreto que alterasse o que estava sendo proposto.

Por outro lado, onde os coordenadores de cursos conseguiram uma boa integração com os professores e com o Diretor de Unidade, as coisas continuaram a funcionar de forma razoável.

Porém, havia departamentos ligados, por exemplo, ao Instituto de Filosofia, de Teologia e de Ciências Humanas que, ao serem extintos, deixaram uma enorme lacuna. Esses departamentos eram responsáveis por disciplinas ministradas em todas as Faculdades ou Institutos da Universidade, cujas matrizes epistemológicas estavam ligadas às Faculdades ou Institutos de origem, e não aos cursos onde são ministradas. Até hoje esse problema não foi equacionado.

O ano de 2000 marcava também o fim do mandato da Reitoria em exercício, o que gerou uma certa expectativa em relação ao futuro. Mas, dado que a reforma organizacional não havia sido concluída, os mandatos do Reitor e Vice-reitores foram prorrogados por mais um ano. O mesmo se deu com os mandatos dos diretores, que, escolhidos *pro tempore*, permaneceram no cargo por mais um ano.

No final do mesmo ano, no mês de dezembro, 110 professores foram demitidos. As justificativas apresentadas eram a reformulação curricular – que diminuiu a carga horária dos cursos – e os contratos temporários (normalmente professores com menos de 10 horas-aula, mas não só). Não faltaram também denúncias de demissões arbitrárias, ocasionadas por perseguição pessoal por parte de diretores.

Os que estamos dentro das Faculdades da Universidade percebemos uma certa rotatividade de professores. As demissões não são explicadas ao corpo docente da Unidade. O diretor demite, o reitor ratifica. Não queremos afirmar com isso, obviamente, que todas as demissões são arbitrárias ou que não encontrem nenhum motivo justo ou adequado. Mas, como vimos acima, a LDB disciplina esta matéria. Ao deixar essa tarefa a cargo do diretor e suas idiossincrasias abre-se espaço para todo tipo de atitudes, inclusive as cruéis, injustas e não justificáveis.

Depois de 18 meses de congelamento das promoções na Carreira Docente, no Conselho Universitário realizado em 23 de agosto de 2001 o reitor anunciou a retomada das promoções verticais, que seriam retroativas ao início do mês de agosto (cf. CIRCULAR GR-041/01, de 29.06.2001).

A suspensão do congelamento das promoções foi anunciada sem que nenhuma reestruturação da Carreira Docente tivesse sido realizada. O prejuízo ficou para os professores que, durante o período, haviam se titulado. Prejuízo que girava em torno de 20% a 30% do salário mensal, durante os meses em que não se havia conseguido a promoção, variando de 1 a 18 meses.

No final de 2001 foi feita a nova estruturação das PUCs de Campinas, passando a ter a seguinte forma:

Grã-Chancelaria: órgão deliberativo máximo da Universidade (o Grão-Chanceler é o arcebispo metropolitano de Campinas e Presidente nato da SCEI), responsável pelo vínculo com a Igreja Católica (cf. ESTATUTO DA PUC-CAMPINAS, artigos 9º e 10).

Reitoria: exercida pelo Reitor, é o órgão deliberativo, normativo e executivo superior (cf. ESTATUTO DA PUC-CAMPINAS, artigo 11).

Vice-Reitoria: ligada ao Reitor para assumir funções designadas pelo mesmo, além de o Vice-Reitor substituir o Reitor em impedimentos eventuais (cf. ESTATUTO DA PUC-CAMPINAS, artigo 14)

Conselho Universitário: órgão consultivo e deliberativo da Universidade (cf. ESTATUTO DA PUC-CAMPINAS, artigo 23)

Pró-Reitorias: o Reitor é auxiliado pelas seguintes pró-reitorias:

Pró-Reitoria de Graduação com as Coordenadorias de Graduação, Ingresso Discente, Licenciaturas e Cursos Sequenciais;

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação com as Coordenadorias de Pós-Graduação, Pesquisa e Especialização;

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários com as Coordenadorias de Atenção à Comunidade Interna, Cursos de Extensão e Projetos de Extensão;

Pró-Reitoria de Administração com as Coordenadorias de Recursos Humanos, Operações e Logística e Orçamentos, Contratos e Convênios (cf. ESTATUTO DA PUC-CAMPINAS, artigos 16-20).

Com essa nova estrutura organizacional eliminava-se a Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos e a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. A Vice-Reitoria atual, com papel mais modesto, tem suas funções designadas pelo Reitor.

Determina o § 2º do artigo 9º, do Novo Estatuto da Universidade, referente à Grã-Chancelaria:

Ao Grão-Chanceler, enquanto presidente da SCEI, compete escolher, nomear e destituir o Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores, bem como deliberar sobre as indicações do Reitor, relativamente à designação e destituição de Diretores e Diretores-Adjuntos de Centros e Diretores de Faculdades e demais cargos de confiança.

A letra “ff” do artigo 11, relacionado à reitoria, afirma que é atribuição do Reitor:

Nomear, licenciar e demitir os ocupantes dos demais cargos diretivos da Universidade, bem como professores, pesquisadores e funcionários técnico-administrativos, atendidas as prescrições legais, estatutárias e instrumentos normativos específicos.

O vocábulo "eleições" desaparece dos Estatutos da PUC-Campinas no que concerne aos cargos de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores de Centros e Diretores de Faculdades. Parece que o mal residia aí. As eleições eram entendidas como ocasiões nas quais a Universidade corria o risco de se degenerar.

Na nova estrutura organizacional as Faculdades e Institutos, com seus respectivos cursos, foram agrupados em 6 Centros Universitários:

1 - *Centro de Ciências da Vida*, contendo as seguintes Faculdades:

Ciências Farmacêuticas

Fisioterapia
Medicina
Nutrição
Terapia Ocupacional
Enfermagem
Odontologia
Psicologia
Fonoaudiologia
Ciências Biológicas

2 - *Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia*, que engloba as Faculdades de:

Arquitetura e Urbanismo
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Matemática
Química
Análise de Sistemas
Engenharia da Computação
Engenharia Elétrica
Geografia, com ênfase em Gestão Territorial e Ambiental

3 - *Centro de Economia e Administração* com as Faculdades de:

Administração
Administração com ênfase em Comércio Exterior
Administração com ênfase em Logística e Serviços
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas

4 - *Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, contendo as Faculdades de:

Educação Física

Pedagogia

Ciências da Informação com Habilitação em Biblioteconomia

Serviço Social

5 - *Centro de Linguagem e Comunicação*, com as Faculdades de:

Comunicação Social: Jornalismo

Comunicação Social: Publicidade e Propaganda com ênfase em Marketing

Comunicação Social: Relações Públicas

Artes Visuais com ênfase em Design

Turismo

Letras: Português/Inglês

6 - *Centro de Ciências Humanas*, com as Faculdades de:

Filosofia

Ciências Sociais

História

Teologia e Ciências Religiosas

Direito

O artigo 26, do Estatuto da Pontifícia Universidade Católica, afirma que "os Centros Universitários constituem as unidades organizacionais básicas da Universidade responsáveis diretamente pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão".

O artigo 29, por sua vez, estatui:

A estrutura organizacional dos Centros Universitários é composta pelos seguintes órgãos e instâncias:

- a) Conselho de Centro;
- b) Conselho de Faculdade;
- c) Conselho de Programa de Pós-Graduação "stricto sensu";
- d) Diretoria do Centro;
- e) Diretoria da Faculdade;
- f) Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação "stricto sensu";
- g) Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação "lato sensu";
- h) Coordenadoria do núcleo de pesquisa e extensão;
- i) Setor de Apoio Administrativo;
- j) Secretaria.

Cada centro universitário, neste sentido, reproduz a estrutura da Universidade em uma realidade menor, mas igualmente responsável pelas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Além do diretor cada Centro também possui um diretor-adjunto, com atividades delegadas pelo diretor. Cada Faculdade tem um Conselho, além do próprio diretor.

Terminada a prorrogação dos mandatos do Reitor e Vice-reitores, cuja finalidade era a reestruturação organizacional da Universidade, o que foi realizado, encerrava-se um ciclo na vida da Instituição.

No dia 2 de janeiro de 2002, o vice-presidente da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, Dr. José Inácio Toledo, através da circular VPSCEI 001/02, endereçada às Direções das Unidades Universitárias, Chefias e Unidades Administrativas e Comunidade Interna em geral, comunicava que D. Gilberto Pereira Lopes, o Grão-Chanceler, havia escolhido o professor Padre José Benedito de Almeida David para Reitor e o professor Padre Wilson Denadai para Vice-Reitor, com a incumbência de dirigirem a Universidade a partir de 1º de fevereiro de 2002.

No dia 17 de Janeiro de 2002, o Reitor, Pe. José Benedito de Almeida David, através da circular GR-003/02, comunicava que D. Gilberto Pereira Lopes havia escolhido os Pró-Reitores:

- Professor Jamil Cury Sawaya – Pró-Reitor de Graduação
- Prof^a. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
- Prof^a. Carmem Cecília de Campos Lavras – Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
- Prof. Antonio Sérgio Cella – Pró-Reitor de Administração.

Com a posterior escolha dos diretores dos Centros Universitários, dos diretores-adjuntos e dos diretores de Faculdades, a nova estrutura começou a funcionar. A Universidade havia mudado.

A APROPUCS fazia um balanço das mudanças ocorridas na Universidade através do Boletim nº 1, datado em 27 de fevereiro de 2002, no qual afirmava:

O diagnóstico indicador da intervenção da Mantenedora apontava o 'inchaço' dos cursos, os 'privilégios' dos professores e a democracia das relações como os responsáveis pelo que entendiam como crise da Universidade. Em resumo, apontava o pedagógico, nele destacando o professor como o 'problema'. E foi nesse sentido que agiram: impuseram redução linear nos currículos, desrespeitaram, ou colocaram sob dúvida, direitos dos docentes e romperam com todas as relações democráticas no interior da PUC-Campinas. Como resultado quase 30% do corpo docente foi demitido nos últimos três anos sem qualquer justificativa e a maioria dos sobreviventes andou desiludida, desesperançada, ultrajada, tentando adaptar-se aos humores de chefes impostos, a currículos de cuja confecção não foi convidada a participar e a programas de disciplinas incompatíveis com a carga horária à sua execução.

Certamente, a avaliação que faziam os dirigentes da Universidade das mudanças que implementaram desde 1996 não coincidia com a avaliação da APROPUC, parcialmente reproduzida acima.

Em conversas informais com docentes de vários Centros da Universidade, a maioria reclamava das mudanças efetuadas nas Faculdades sem que o corpo docente fosse consultado (afetando a qualidade do ensino), da distância que existe entre a direção da Faculdade e do diretor do Centro em relação ao cotidiano das ações de ensino e à aprendizagem. Enfim, os professores reclamam da excessiva burocratização das relações: "hoje tudo é intermediado por papéis".

Mas as reclamações não eram só da APROPUC, dos professores ou dos alunos. O Fórum de Diretores de Faculdades, espaço destinado a discutir os principais problemas enfrentados em cada curso, encaminhou no dia 13 de agosto de 2003 para a Pró-Reitoria de Graduação um documento denominado: *Reflexões e Contribuições do Fórum de Diretores de Faculdades para o aprimoramento da gestão acadêmico-pedagógica dos cursos de graduação da PUC-Campinas*.

No documento os diretores reconhecem e saúdam o avanço pela reestruturação administrativa da Universidade.

Mas, logo em seguida, afirmam:

[...] considerando apenas as demandas das atividades estatutárias das Direções de Faculdades previstas, entendem que a atual estrutura disponível para a sua execução (de Direção e Secretaria de Direção) é insuficiente para seu fiel exercício, em particular,

nos curso com maior número de alunos. E, mais, que este problema fica agravado com o número escasso de horas para o exercício de todas as funções previstas (FÓRUM DOS DIRETORES, 2003, p. 1).

Entre o que havia sido planejado e colocado nos Estatutos da Universidade como sendo função dos diretores de Faculdades e o efetivo exercício do cargo há, segundo o que foi explicitado, uma distância muito grande.

Dizem ainda:

Muitas das demandas que recaem sobre as Faculdades têm sido enfrentadas a partir do trabalho voluntário, dedicado e comprometido de alguns docentes: Conselho da Faculdade, reuniões de planejamento pedagógico, de avaliação e de reestruturação dos projetos pedagógicos, participação em bancas de concursos, de elaboração de atividades extracurriculares (semanas de estudo) e etc. Como tais atividades não contam como equacionamento e valorização necessários pela Universidade, são os Diretores de Faculdades que acabam se envolvendo diretamente e realizando muitas dessas atividades, novamente em prejuízo daquelas previstas de sua função acadêmico-pedagógica (FÓRUM DOS DIRETORES, 2003, p.2).

Diz-se, explicitamente, que a Universidade não valoriza determinadas atividades. O trabalho voluntário de professores, trabalho não remunerado, depende da boa vontade destes. O que, obviamente, acarreta uma sobrecarga de trabalho para os diretores.

O documento analisa ainda inúmeros problemas, como a falta de funcionários treinados para exercer novas funções, o isolamento dos diretores em tarefas burocrático-administrativas, professores temporários que não se comprometem com o curso, entre outros.

A nova estrutura organizacional parece, até o momento, não ter conseguido dinamizar a contento o funcionamento dos Centros Universitários, gerando frustrações e descontentamentos.

Por último, queremos citar mais um trecho do referido documento, no qual os diretores tocam mais de perto na situação dos professores, dizendo que acreditam:

Na necessidade, também urgente, de valorizar o trabalho docente, de forma geral e ampla, resgatando a participação contínua e permanente dos professores temporários e não temporários. Ressaltamos que o trabalho do Diretor depende, em grande parte,

da motivação e engajamento do corpo docente. Hoje, lidamos com situações e realidades díspares, que dificultam sobremaneira a realização de nosso trabalho, pois a inconstância impede a previsão e o planejamento de atividades: professores temporários extremamente comprometidos com seus cursos/disciplinas; professores não-temporários totalmente alheios à estrutura curricular e ao projeto pedagógico; docentes em carreira próximos das necessidades e discussões de suas unidades ou totalmente distante delas (FÓRUM DOS DIRETORES, 2003, p. 5).

Aquilo que havíamos observado através de pesquisa participante, em conversas informais, como relatamos acima, aqui são os Diretores que constataam a necessidade de valorização do trabalho docente.

Os professores temporários extremamente engajados, pretendem, obviamente, ser contratados de forma permanente, o que é uma motivação extraordinária, além do compromisso ético com a atividade que desempenham.

Agora, quando se fala de professores não-temporários alheios à estrutura curricular e ao projeto pedagógico, com certeza, parte significativa deles se porta dessa maneira por terem sido ignorados na reformulação curricular, por não terem sido consultados, por terem desacreditado nas reformas em andamento. Isso muitas vezes foi motivado pelas ações de diretores de Faculdades e não pelos administradores da Universidade.

A partir do início de 2002, a Universidade começou a fazer seu planejamento estratégico, com a assessoria de uma empresa especializada. Este planejamento, concluído no final de 2003, pretende dar as coordenadas para as ações da Instituição no período que se estende até o ano de 2010.

2.3- A Nova PUC-Campinas

Se muitas mudanças foram feitas na PUC-Campinas, na forma de escolha de seus dirigentes, a criação dos Centros Universitários, a elaboração de seu Planejamento Estratégico, a criação dos núcleos de pesquisa, a criação das Pró-Reitorias, ou seja, na sua estruturação organizacional, não foram menores as mudanças na sua infra-estrutura.

A área construída da Universidade, que até 1997 era de 92.955m², saltou para 141.631m² em 2003. Ou seja, a área construída aumentou em 48.676m² (cf. Ofício VP-01/04

p. 2). Novos prédios foram construídos, bibliotecas, laboratórios e salas de aulas. Isso sem falar na ampliação e remodelação dos estacionamentos e das áreas ajardinadas.

A crítica situação econômico-financeira da Universidade em 1996, com disponibilidade de recursos da ordem de R\$11.456.000,00 e com dívidas e obrigações de R\$ 35.549.000,00, fez com que o parecer técnico da empresa de auditoria à época alertasse quanto à gravíssima situação. E teria sido essa situação econômica que teria motivado D. Gilberto Pereira Lopes à edição da Portaria 01/96, conforme afirma o vice-presidente da SCEI, José Inácio Toledo em Ofício (VP- 01/04, p. 1):

No início dos anos 90, num período de grandes dificuldades financeiras, a Direção da SCEI solicitou junto à administração da Universidade que fizesse uma ampla reestruturação. Em não acontecendo o que fora solicitado, a situação econômica financeira agravou-se ainda mais, somando-se aos desajustes como, o não recolhimento dos depósitos do FGTS de toda a Universidade, o não cumprimento de dispositivos da Convenção Coletiva, ensejando processos judiciais de altíssimos valores, sem contar os valores pagos a títulos de juros e outras despesas junto a instituições financeiras.

Diante desse quadro e após um parecer técnico da empresa de auditoria à época alertando quanto a gravíssima situação com riscos inclusive para continuidade da existência da Sociedade é que através da edição da referida Portaria, todas as áreas administrativas estratégicas da PUC, voltaram a ser geridas pela Mantenedora.

Atualmente, novembro de 2003, a situação econômica da Universidade é confortável. A disponibilidade de recursos é de R\$ 114.302.000,00 e as dívidas e obrigações são da ordem de R\$ 28.962.000,00 (cf. Ofício VP-01/04, p. 1).

Se considerarmos a Universidade apenas a partir dos resultados econômicos, não resta dúvida de que as mudanças que ali ocorreram foram eficazes, muito boas, garantindo a sua sobrevivência (antes ameaçada). Mais que isso, os números mostram que ela hoje ostenta uma condição que jamais teve em toda sua história. Mas, como observamos atrás, permanece o conflito entre os diversos modelos de universidade que estão em jogo. Conflito que permeia o cotidiano da vida da comunidade acadêmica.

CONCLUSÃO

O que desde o início nos moveu em direção a esta pesquisa foi tentar, e esperamos tê-lo concretizado ao final, mostrar a importância da relação entre sujeitos históricos e os condicionamentos sócio-estruturais em que estes se movem.

Então, o que nos movia era um grande interesse pelos acontecimentos relatados no capítulo IV, com destaque para a interrupção de uma prática que vinha se fortalecendo dentro da Universidade, qual seja, as eleições diretas para a diretoria da instituição. Como vimos, a escolha de uma chapa única limitava o voto final – que cabia ao grão-chanceler –, prerrogativa que lhe era dada pelos estatutos.

O fechamento institucional da PUC-Campinas, como relatamos no capítulo V, poderia, de um lado, ser compreendido dentro de um esquema teórico determinista, como de determinadas vertentes do marxismo. Dessa forma a inflexão da Igreja Católica como um todo, sob o pontificado do papa João Paulo II, mais a hegemonia do neoliberalismo na década de 1990, que no Brasil teria sido levada a efeito sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, teriam sido as grandes responsáveis pelo retrocesso da Universidade (retrocesso sob um ponto de vista, pois de outro, econômico, por exemplo, houve avanços sem precedentes).

De outro lado, porque participamos de todo o processo, poderíamos ficar presos a uma teoria que privilegiasse as ações de seus principais agentes: o arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes, o reitor Pe. Benedito de Almeida David, os vice-reitores e também os agentes coletivos, a Mantenedora, o Conselho Universitário, a APROPUC, os grupos de apoio dos vários candidatos, etc. E assim, presos à realidade local, enfatizaríamos esta em detrimento de uma realidade mais ampla.

No primeiro caso estaríamos falando de atores sociais que se movem dentro de um esquema no qual a sociedade gera os indivíduos. No segundo, estaríamos diante de agentes sociais cujas ações são intencionais, que se movem de tal forma racional que o resultado só pode ser aquele planejado.

Entendemos, porém, que a questão é mais complexa. Gabriel Cohn, falando sobre a sociologia de Max Weber¹, fazendo a distinção entre os agentes e os atores sociais, dizia em relação aos primeiros: "os vários agentes buscando as respectivas metas se entrecruzam formando o tecido social, a tessitura social"; e, lançando mão de uma metáfora, afirmava que para "Weber não é a arquitetura da teia que interessa, mas o movimento da aranha".

E concluía sobre o assunto: "múltiplos agentes buscando objetivos próprios podem chegar a resultados interessantes mas que não são aquilo que foi desejado por ninguém individualmente".

Como não lembrar aqui a clássica afirmação de Marx em "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" (1978, p. 329):

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos [...].

É nesse terreno que queremos nos mover e lançar luzes sobre os acontecimentos aqui estudados. Fazemos história em condições dadas que de alguma forma limitam nossas ações. Mas isso não tira o mérito das escolhas nem a imprevisibilidade dos resultados, pois que estes são mais do que a soma dos objetivos individuais, representam a fusão de partes, do entrecruzamento das ações dos sujeitos sociais. Na linguagem poética: um mais um é sempre mais que dois .

Assim, se voltarmos ao Capítulo IV, perceberemos que os vários grupos de apoio aos diversos candidatos tiveram que abrir mão dos respectivos projetos particulares –

¹ Gabriel Cohn. A sociologia de Max Weber. Em *Fundadores do Pensamento no século XX*. Espaço Cultural CPFL, palestra proferida em 03.11.03, CPFL, Campinas, SP.

depois do resultado das prévias – para tornar possível a articulação vencedora das eleições no Conselho Universitário.

Com certeza, a vitória do Pe. David no CONSUN e a posterior ratificação do seu nome pelo grão-chanceler, D. Gilberto Pereira Lopes, e também as escolhas do professor Aquino e do professor Veiga como Vice-Reitores, acadêmico e administrativo, respectivamente, formou uma direção mista na qual os projetos individuais ou dos vários grupos sofreram alterações profundas. Naquela conjuntura o preço da vitória era o de abdicar dos programas originais.

Entendidos como agentes do processo, o Reitor e os dois Vice-Reitores, em desacordo em muitas decisões tomadas a partir de 1997, moviam-se num cenário que estava sendo tecido não só por eles, mas também por D. Gilberto e pela Mantenedora – a Sociedade Campineira de Educação e Instrução –, na pessoa do Dr. Toledo, vice-presidente da entidade.

Assim, acreditamos, as prioridades destes dois últimos agentes passavam pela equação e pagamento da dívida da Universidade, pela adequação dos estatutos da Mantenedora e da Universidade à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e ao documento pontifício *Ex Corde Ecclesiae*. Para que isso fosse possível, segundo diagnósticos nem sempre explicitados, feitos por estes agentes, tinha-se que: 1 - conter o processo crescente de sindicalização da Instituição (que punha os quadros dirigentes sempre à mercê dos grupos organizados) que comprometia a viabilidade econômica da Universidade; 2 - redefinir o modelo organizacional da Instituição, para que a mesma atendesse às exigências da nova LDB no tocante aos qualificativos determinantes de uma Universidade: 1/3 do corpo docente titulado (mestrado ou doutorado) e 1/3 do corpo docente contratado por tempo integral (40 horas semanais).

Em relação ao 2º item, este sim – sempre explicitado, e que entendemos ter sido uma escolha fundamental que merece elogios pois implica em despesas altas, contrato por tempo integral e pesquisas – vem sendo usado como escudo, em alguns momentos, para pôr em prática o item 1.

Como conter a sindicalização?

A Portaria 001/96, do arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes, ao transferir a gestão econômica da Universidade para o vice-presidente da SCEI esvaziou parte

significativa do poder do Reitor. Daí por diante, as negociações salariais, por exemplo, deixaram de ser feitas com a APROPUC e passaram a ser feitas com o Sindicato dos Professores, em âmbito estadual, em conjunto com outras escolas e universidades particulares.

Também para viabilizar o item 1, em 1998, a proibição de que diretores e vice-diretores de Institutos ou Faculdades se recandidatassem aos respectivos cargos (já que parte deles, por opção ou passividade, estava ligada ao modelo anterior), mais a forma como foi alterada a eleição (feita por indicação individual ou grupal), permitiu um alinhamento dos quadros intermediários aos quadros dirigentes.

O que se viu desde então foi um crescimento material sem precedentes da Universidade, que saneou suas dívidas, construiu novos prédios, reformou os antigos (a melhoria na infra-estrutura era necessária), mas que submeteu as questões pedagógicas à lógica econômica e, em alguns casos, prejudicou em muito o bom andamento dos cursos.

Que D. Gilberto queria "retomar" a Universidade, isso para nós fica claro, pois como vimos a Igreja só arcava com o ônus de manter esta Instituição. Depois da "Revisão Ampla", explicitada no capítulo III, na qual a assembléia da Igreja de Campinas decidiu que a Arquidiocese deveria continuar com a Universidade, o arcebispo aguardou o melhor momento histórico para fazê-lo.

Acreditamos ainda que as coisas não estavam todas decididas na cabeça de D. Gilberto, mas que foram sendo construídas a partir de determinadas informações e determinados diagnósticos, e que sua ação se ajustava ao documento do papa sobre as Universidades Católicas. E as ações dos vários agentes envolvidos foram traçando um caminho dentro de um conjunto, cujas situações dadas, herdadas de um contexto socioeconômico mais amplo, condicionaram, em muito, a trajetória escolhida.

Esse contexto socioeconômico, amplamente determinado pela conjuntura internacional e pelas opções econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso, grosso modo, definidas como neoliberais, sedimentaram os caminhos que foram percorridos.

Se no decorrer deste trabalho virmos que para compreender as mudanças nas Universidades Católicas brasileiras – no caso aqui estudado, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – temos que relacionar essas mudanças com aquilo que acontece com a Igreja Católica, seu processo de inflexão no papado de João Paulo II, também é

verdadeiro que a conjuntura socioeconômica derivada do governo Fernando Henrique Cardoso contribuiu, em muito, para a política educacional adotada por esse governo.

Os interesses privados se fizeram representar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que por sua vez pautou, justificou ou exigiu mudanças nas Universidades brasileiras. Essas mudanças insufladas pelas necessidades do mercado fragilizaram as Universidades Públicas, com a permanente ameaça de privatização, com critérios de avaliação externa. O "Provão", por exemplo, de caráter duvidoso.

Marilena Chauí (2001, p. 184-5), buscando compreender e avaliar criticamente a situação presente, faz uma síntese da história da universidade dizendo:

[...] desde seu surgimento (no século XIII europeu) a universidade sempre foi uma **instituição social**, isto é, uma **ação social**, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (grifos da autora).

Em relação à universidade moderna diz:

A legitimidade da Universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como no de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de **formação, reflexão, criação e crítica**. (CHAUÍ, 2001, p. 185)

A autora mostra ainda que as lutas políticas dos últimos séculos, pelo direito de todos à educação e à cultura, levaram para dentro da Universidade a idéia de democracia e de democratização do saber. Seja para afirmar, ou para combater essa idéia, a universidade passou a ter no tema *democracia* um papel referencial importante.

O avanço do capitalismo, porém, foi relegando à universidade papéis diferenciados, dependendo das injunções históricas e das necessidades de reprodução do capital. Ao transformar tudo em mercadoria e esta em equivalente geral, e ao transformar

este em dinheiro – como equivalente universal –, o capitalismo reduz tudo à condição de objeto comercializável. Daí a necessidade da administração.

A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista entra na sua fase contemporânea, conhecida como "acumulação flexível", ou, mais simplesmente, o capital sob os efeitos da desregulação trazida pelo neoliberalismo. (CHAUÍ, 2001, p. 186)

Nesse sistema, no qual a produção é fragmentada, as grandes empresas utilizam componentes produzidos em várias partes do mundo, controlando rigidamente o tempo, monopolizando informações, provocando o desemprego estrutural e a perda do referencial de classe. Essa dispersão, segundo a autora, atinge todas as esferas da vida social e para rearticulá-las é necessária a administração.

A rearticulação administrativa transforma uma instituição social numa organização, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos de gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com os demais se dá por meio da competição (CHAUÍ, 2001, p. 187)

Assim a organização social – diferentemente das instituições sociais, que têm na sociedade o referencial de sua legitimidade e de seu reconhecimento – se articulava a partir dos objetivos definidos por ela mesma e dos instrumentos utilizados para a consecução desses objetivos. Dessa forma, as idéias de eficácia, de sucesso, de planejamento, previsão, controle, são fundamentais.

Enquanto a instituição social, tendo na sociedade seu referencial:

[...] se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão [...], a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais. (CHAUÍ, 2001, p. 188).

Nesse movimento geral da sociedade capitalista, que levou à transformação da Universidade de condição de instituição social à de organização social, percebemos claramente o quanto se insere nesse processo a PUC-Campinas.

Ao se preocupar com a crescente concorrência de outras universidades particulares, Universidade Paulista (UNIP), Universidade Salesiana (UNISAL), Universidade São Francisco e outras que foram sendo criadas entre o final dos anos 90 e o início desta nova década, se fez um Planejamento Estratégico que, na sua elaboração, criou novas idéias como: "aluno-cliente", "o ensino como produto", "concorrência", "demanda do mercado". O mercado parece submeter a tudo e a todos .

A passagem da Universidade da condição de instituição social à de organização social se deu, segundo Marilena Chauí, em três etapas. Na primeira a "universidade funcional", na segunda a "universidade de resultados" e na terceira a "universidade operacional".

Em relação à primeira, ela teria sido:

[...] o prêmio de consolação que a ditadura oferece à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário [...]. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. (CHAUÍ, 2001, p. 189)

Ainda, para agradar à classe média, os militares teriam permitido a proliferação de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e as oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento (cf. CHAUÍ, 2001, p. 189).

A Universidade de Resultados permitiu, nos anos 80, a presença crescente do capital privado no ensino superior, seja através da criação de escolas particulares, seja através de parcerias entre as empresas privadas e as universidades públicas. Essas empresas, além de garantir o emprego futuro dos estudantes universitários, também financiam as pesquisas que lhes interessam (cf. CHAUÍ, 2001, p. 189-90).

Por fim o que nos interessa mais de perto, o aparecimento da Universidade Operacional na década de 1990. Esse modelo certamente atingiu todas as universidades,

sejam elas públicas, particulares, confessionais e/ou comunitárias. É o resultado mais palpável daquilo que – grosso modo – é denominado *neoliberalismo*.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micrororganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (cf. CHAUI, 2001, p. 190)

A multiplicação dessas micro-organizações que burocratizam as atividades dentro da universidade, mediadas por papéis, relatórios, circulares, boletins, exigem um tempo fantástico, desviam energias do essencial para o acessório, fazem dos meios algo superior às suas finalidades. A universidade parece consumir-se em si mesma.

A crítica a este modelo normalmente é feita por teóricos que, estando ou não na universidade, conseguem arrancar sinais de concordância da comunidade universitária, mas não conseguem mobilizá-la. A resistência não é mais que uma evocação, um desejo. A comunidade universitária, com raras exceções, parece estar amorfa, parece ter introjetado um sentimento de culpa, a de responsabilidade pela sensação de crise permanente pela qual passam as instituições universitárias brasileiras.

E assim observamos:

A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna. (CHAUI, 2001, p. 190).

Sem uma resistência crítica, organizada, a universidade vai se embrenhando por estranhos caminhos, tentando se adequar à legislação atual e aos ditames do mundo "pós-moderno".

O que muitas vezes nos surpreende é que nas universidades particulares, mas com certeza, também nas públicas, endossando o discurso dominante – parafraseando uma frase de Karl Marx, as idéias dominantes de uma época são sempre as idéias da classe dominante – passa-se para os alunos que a redenção no futuro depende da mediação do diploma universitário.

Se há uma marca preponderante do desenvolvimento capitalista atual essa marca é o desemprego. Então não se pode continuar vendendo ilusões. Goergen (1998, p. 65) mostra que em países europeus existem desempregados com nível universitário, motoristas de táxi com título de doutor, que a universidade pode gerar mão-de-obra mais qualificada mas, simultaneamente, gera desempregados mais qualificados.

No raciocínio arguto de outra autora encontramos:

Já que o caminho dos empregos se fecha, o ensino poderia pelo menos adotar como meta oferecer a essas gerações marginais uma cultura que desse sentido à sua presença no mundo, à simples presença humana, permitindo-lhes adquirir uma visão geral das possibilidades reservadas aos seres humanos, uma abertura sobre os campos de seus conhecimentos. E, a partir daí, razões de viver, caminhos a abrir, um sentido para seu dinamismo imanente. (FORRESTER, 1997, p. 80)

Entendemos que as universidades têm que se colocar esse desafio. Não é meramente se vergando às necessidades do "mercado de trabalho", ente volátil em constante mutação, ou se adequando à legitimação sem crítica ou à oposição organizada que elas mesmas cumprirão seu papel.

No caso específico da PUC-Campinas, vimos que ao longo de sua história a instituição percorreu caminhos diversos. Nasceu, como outras Universidades Católicas, da necessidade que a Igreja sentia de converter o Brasil a partir de suas elites dirigentes, dado o caráter anticlerical da República.

Respondeu às necessidades do contexto socioeconômico quando da entrada das multinacionais na região sudeste do país, em particular na região de Campinas. Formou a mão-de-obra especializada que esse mercado demandava.

Cresceu sob o regime militar, quando este incentivou o capital privado a ampliar seus investimentos na Educação, facultando ao Estado investimento em outras áreas ao mesmo tempo em que atendia à demanda reprimida por educação superior.

Vivenciou, com todas as contradições possíveis, a democratização do país e foi afetada por isso. Internamente viu crescer, no seio da comunidade universitária, movimentos que a queriam mais democrática. Partilhou a experiência, com as outras universidades brasileiras, algumas católicas, de eleições diretas (prévias eleitorais) para seus quadros dirigentes.

Sofreu com as crises econômicas do país, suas instabilidades, inflação alta, planos econômicos "salvadores", congelamentos de preços, até chegar a um certo patamar de estabilidade em meados dos anos 90.

Procurou renovar-se como universidade, nos anos 80, buscando um projeto pedagógico para a instituição, bem como incentivou todas as suas faculdades e institutos a que fizessem o mesmo. Iniciou, ainda que timidamente, um projeto de carreira docente que possibilitou que a Universidade começasse a se envolver com a pesquisa de forma sistemática e institucional.

No entanto, com dívidas e se sentindo ameaçada, a Universidade, na figura de seu grão-chanceler, o arcebispo de Campinas D. Gilberto Pereira Lopes, no final de 1996, volta-se para dentro a fim de redefinir seu perfil. Esse movimento, como vimos, foi o resultado de um duplo processo. O primeiro, de uma retomada conservadora dentro da Igreja Católica, tendo como marca o pontificado do papa João Paulo II. O segundo, um movimento geral, dentro da própria sociedade, corolário dos desdobramentos dos interesses do capital internacional, que submeteu o Brasil, a partir da década de 90, a seus interesses.

A PUC-Campinas, então, passou por uma reestruturação organizacional, decidindo que continuaria como Universidade e segundo as coordenadas da LDB; adequou-se às exigências do documento pontifício *Ex corde ecclesiae*, limitou a participação dos professores na escolha de seus dirigentes, acabou de concluir seu plano estratégico e se propôs para 2004 um novo modelo de carreira docente.

Compreender as mudanças mais recentes pelas quais a PUC-Campinas vinha passando foi o que nos motivou à pesquisa. Mas não só compreender esse movimento

maior, que acabamos de descrever acima, como mostrando as relações entre a Sociedade, a Igreja e a Universidade Católica.

Interessava-nos compreender também o movimento dos agentes históricos desse processo. O papel que haviam desempenhado (e desempenha) o grão-chanceler, a Mantenedora, o reitor, os grupos políticos organizados dentro da Universidade, os professores, os alunos, os funcionários, as entidades representativas destes segmentos da comunidade universitária.

Vimos que, ao contrário do que pregavam as "teorias conspiratórias", não havia um único caminho a seguir, tampouco um projeto predeterminado. A correlação de forças entre os agentes envolvidos, nas várias conjunturas históricas, determinou as alianças que foram feitas, os caminhos que foram percorridos e as opções feitas e refeitas.

Se, no entender do arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes, a "sindicalização" da universidade – via prévias eleitorais – a estava levando a uma encruzilhada sem saída, ele esperou por um momento propício, com o aval de uma "assembléia da Igreja de Campinas", para intervir. Esta intervenção, seja na "forma" ou no "conteúdo", não foi definida pela própria assembléia. Esta decidiu que a Igreja deveria continuar mantendo a Universidade Católica, e não pela intervenção.

A APROPUC, um agente do processo de grande destaque, de outro lado, em nosso entender, não soube avaliar corretamente as implicações discursivas e práticas de suas ações em determinados momentos. Com críticas ácidas ao "neoliberalismo" e à Igreja Católica, acreditava poder democratizar a Universidade ao arrepio dos Estatutos vigentes, querendo se defender da Igreja (de seus quadros hierárquicos) dentro de uma instituição da Igreja. Portanto, não avaliou bem a correlação de forças.

Hoje acreditamos, a exemplo do que afirma Pedro Goergen (1998, p. 76), ser necessário que as Universidades definam sua vocação, pois "universidade" não é um conceito unívoco.

Esta vocação define-se, por sua vez, a partir do contexto sociocultural no qual ela está envolvida, dos objetivos que cada instituição se propõe e dos recursos humanos e materiais de que dispõe. Para dizê-lo de forma muito pragmática e sucinta, cada universidade precisa assumir sua história e sua identidade na intersecção com o ambiente no qual está inserida. Assim, a particularização e a diversidade são a outra face da

universalização e padronização do movimento contemporâneo da globalização.

Essa é uma possibilidade: as universidades estarem vinculadas às necessidades das populações regionais, aos seus problemas e às suas culturas. Deixando-se penetrar pelo "local", nem por isso seria menos universal, já dizia o poeta.

A PUC-Campinas, quando vê nas outras universidades particulares acima citadas os seus concorrentes, parece ter optado pela identidade de uma Universidade Regional. Mas quando opta por ter grupos de pesquisa, por continuar sendo Universidade, por redefinir sua carreira docente para que a pesquisa se viabilize realmente, parece apontar para uma vocação mais abrangente, e aqui o parâmetro de comparação, a médio e a longo prazos, seria a UNICAMP.

[...] não se pode amordaçar as universidades com vocação e recursos para o desempenho de um papel mais amplo e universal no campo das ciências básicas, das ciências humanas e da cultura (GOERGEN, 1998, p. 76).

Entre os dois caminhos, qualquer um que se percorra implicará o dever imprescindível de envolver a comunidade universitária na discussão do perfil e da vocação da PUC-Campinas, sem abandonar sua história nem se apequenar diante dos desafios que a realidade coloca.

A outra alternativa é seguir o caminho da acomodação, ser a Universidade Operacional, e para tanto basta seguir a velocidade da inércia, aquela determinada pelo mercado e pelo discurso dominante.

REFERÊNCIAS

- AFAPUCC (Diretoria). Funcionários da PUCCAMP: Democracia e Participação. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto/1996, p. 4
- AFAPUCC. *A Comunidade Universitária*, 19.11.1984
- AFAPUCC. *Chegou a hora da Verdade*. S/d.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALVES, M. M. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AMADO, W. Retrospectiva dos Encontros Nacionais de Teologia. *Revista Religião e Cultura*. Departamento de Teologia e Ciências da Religião – PUC/SP, v. 1, n. 2, 2002.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P. & SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 9-23.
- APROPUCC (diretoria). Soberania e Desenvolvimento. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto/1996, p. 3.
- APROPUCC e AFAPUCC. *À Comunidade Acadêmica da PUCCAMP*, 09.11.1992.
- APROPUCC e AFAPUCC. *Boletim de esclarecimento*, 03.11.1988.
- APROPUCC e AFAPUCC. *Carta aos membros de Colégio Eleitoral*, s/d. [1992].
- APROPUCC. (Conselho de Representantes). *Carta Aberta*, 18.12.1996.
- APROPUCC. *Boletim (s/n)*, 01.12.1984.
- APROPUCC. *Boletim n. 1*, 27.02.2002.
- APROPUCC. *Boletim n. 8*, 09.08.1999.

APROPUCC. *Carta de Princípios*, 1992.

APROPUCC. *Comunicado n. 25*, 20.11.1984

APROPUCC; AFAPUCC e DCE (orgs). *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto, 1996.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Boletim*, 09.10.1984

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Boletim*, 30.10.1984

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Carta à Comunidade Acadêmica*, s/d.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Carta Aberta*, 24.11.1988.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Comunicado n. 1*, 01.08.1988.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Comunicado n. 2*, 13.09.1988.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Informativo Fórum das Prévias n. 1*, out./1996.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Informativo Fórum das Prévias n. 3*, s/d.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Normas Gerais para eleição prévia da Reitoria as PUCAMP/88*. s/d.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Ponderação dos votos*, 1992.

APROPUCC; AFAPUCC e DCE. *Relatório de Apuração das eleições prévias para a Reitoria da PUCAMP*, 1996.

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. *3º Plano de Pastoral, 1980-1982*

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. *4º Plano de Pastoral Orgânica, 1992-1994*.

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. *Uma Igreja Respondendo aos novos Desafios*. Revisão Ampla. Documento Final, São Paulo: Paulinas, 1992.

BASBAUM, L. *História Sincera da República: de 1961 a 1967*. V. 4. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

BENEDETTI, L. R. Entre a Pastoral e a Administração – Dilema da Universidade Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 63, n. 251, 2003, p. 570-581.

BENEDETTI, L. R. “Universidade Católica”. *Revista da APROPUCC*, nº 2, junho/2000, p. 6-9.

BENEDETTI, L. R. *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*. São Paulo: Paulinas, 1983.

BENEDETTI, L. R. Retomar o Espírito de Pátio. *Boletim da Pastoral Universitária da PUC-Campinas*. Junho de 1999, p. 4-5.

BENEDETTI, L. R. *Templo, Praça, Coração: A articulação do campo religioso católico*. São Paulo: Humanitas Publicações, FFLCH/USP-CER, 2000.

BEOZZO, J. O. *Cristãos na Universidade e na Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERGER, M. *Educação e Dependência*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Difel, 1980.

BERGER, P. L. e BERGER, B. O que é uma instituição social? In. FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. L. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos editora S/A, 1984, p. 193-199.

BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRUM, A. J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRUNEAU, T. C., *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUNEAU, T. C., *Religião e Politização no Brasil – A Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Loyola, 1979.

BRZEZINSKI, I. (org.), *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 2ª ed. revisada. São Paulo: Cortez, 1998.

CAIADO, A. S. C. et al. Município de Campinas. In CANO, W. e BRANDÃO, C. A. *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Vol. 1. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 95-188.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CASALI, A.. *Elite Intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CELAM – Departamento de educação. *Universidad Católica Hoy – Seminario de expertos sobre la misión de la Universidad Católica en América Latina*. Bogotá: CELAM, 1967.

CELAM. *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina – Conclusões de Puebla*. São Paulo, Loyola, 1979.

CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio – Conclusões de Medellín*. Petrópolis, Vozes, 1977.

CELAM. *Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã*. Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano – Santo Domingo. São Paulo: Paulinas, 1992.

CEOLIN, M. F. O longo Caminho para a Democracia, *Caderno da Universidade Democrática*, Campinas: agosto de 1996, p. 12

CHARLE, C. e VERGER, J. *História das Universidades*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1996.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

CHESNEAUX, J. *Modernidade – Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CNBB. *Evangelização e Pastoral da Universidade – Estudos da CNBB*, nº 56. São Paulo: Paulinas, 1988.

COMBLIN, J. O. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

COMBLIN, J. O. Os "Movimentos" e a Pastoral Latino-Americana. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 43, n. 170, 1983, p. 227-262.

COMISSÃO ELEITORAL DAS PRÉVIAS. *Carta ao Prof. José F. B. Veiga Silva*, 15.10.1992.

COMISSÃO ELEITORAL DAS PRÉVIAS. *Mapeamento das prévias para a reitoria*, nov/1984.

COMISSÃO ELEITORAL DAS PRÉVIAS. *Mapeamento das prévias para reitoria*, nov/1992.

COMISSÃO ELEITORAL DAS PRÉVIAS. *Ponderação dos Votos*, 16.11.1984.

COMISSÃO ELEITORAL DAS PRÉVIAS. *Porcentagem dos votos em relação ao Colégio Eleitoral*, 1988.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Vozes, 1978.

CRONOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA PUC-CAMPINAS. Texto fornecido pela secretária da Universidade, s/d.

CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

DAVID, J. B. A Circular GR - 003/02, 17.01.2002.

DAVID, J. B. A Circular GR - 041/01, 29.06.2001.

DAVID, J. B. A Portaria n. 240/99, 15.12.1999.

DAVID, J. B. A. *Ofício Circular GR57/98/JBD/SMP*, 30.11.1998.

DELLA CAVA, R.. *Igreja e Estado no Brasil do século XX: Sete Monografias Recentes sobre o Catolicismo Brasileiro*. In *Estudos CEBRAP*, nº 12, 1975, p. 5-52.

DEMO, P. *A nova LDB – ranços e avanços*. Campinas: Papirus, 1997.

DIAS, R. *A metodologia na educação popular: o projeto educacional da Igreja Católica na Arquidiocese de Vitória (EP)*. UNICAMP, Faculdade de Educação, dissertação de Mestrado, 1986.

DIRETÓRIOS ACADÊMICOS, Engenharia, Psicologia, Farmácia, Fonoaudiologia, Educação e Letras. *Carta Aberta à comunidade*, 28.10.1988.

DREIFUSS, R. A. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis:Vozes, 1981.

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. *Anuário – 1942*. Campinas, SP: Comp. Stella Limitada, 1943.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

FIAMENGHI JÚNIOR, G. e BARRETO, M. F. M. *Histórico do Instituto de Psicologia*. Campinas, SP. Mimeo, s/d.

FORRESTER, V. *O Horror Econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

FÓRUM DOS DIRETORES. *Reflexões e contribuições do Fórum de Diretores de Faculdades para o aprimoramento da gestão acadêmico-pedagógica dos cursos de graduação da PUC-Campinas*. Campinas, 13.08.2003, mimeo.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILLI, P. & SILVA, T.T. (orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e Educação: visões críticas*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FRÖHLICH, R. *Curso básico de história da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.

GABINETE DA REITORIA. *Portaria n. 386/84*, 12.11.1984.

GABINETE DA REITORIA. *Portaria n. 387/84*, 12.11.1984

GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002^a.

GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002^b.

GENTILI, P. & SADER, E. (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GENTILI, P. & SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- GENTILI, P. A. A. e SILVA, T. T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GOERGEN, P. Ciência, Sociedade e Universidade. *Revista Educação & Sociedade*. N. 63. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, SP: CEDES, 1998, p. 53-79.
- GOMEZ de SOUZA, L. A. *A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GUTIERREZ, G. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 6ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.
- HERMMES, E. J. Universidade Católica e pós-modernidade: assimilação e criticidade. In. TRASFERETTI, J. e GONÇALVES, P. S. L. *Teologia na pós-modernidade: abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 465-493.
- HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil – primeira época*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- IANNI, O. *A sociedade global*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JOÃO PAULO II. *Constituição Apostólica – Universidades Católicas (Ex Corde Ecclesiae)*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- LARRAÍN, H. Misión específica de la Universidad Católica. In Conselho Episcopal Latino Americano – Departamento de Educação. *Universidad Católica Hoy*. Bogotá: DEC, 1967.
- LIBANIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1984.
- LIMA VAZ, pe. J. C. *A Universidade Católica no Brasil: pesquisa sobre a identidade, a situação atual e as perspectivas da Universidade Católica no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- LOBO, E., MOTA, F. L., FONSECA, M. J. S. Alguns aspectos fundamentais para o avanço democrático na PUCCAMP. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto de 1996, p. 10.
- LOPES, D., BENEDETTI, L. R., TANGERINO, M. R. Universidade Católica e Democracia. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto de 1996, p. 11.
- LÖWY, M. “Marxismo e Cristianismo na América Latina”. Em *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, nº 19. São Paulo: CEDEC, 1989. P 5 – 21.

- LUXEMBURGO, R. *O Socialismo e as Igrejas: o comunismo dos primeiros cristãos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, v. 1. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1974.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In. MARX, K. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 321-404.
- MIRANDA, D. M. T. S., OLIVEIRA, M. H. M., GARGANTINI, M. B. M., Universidade e Autonomia. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto de 1996, p. 6.
- MORAES, R. C. C. Ensino, pesquisa e extensão. *Revista Educação & Sociedade*. N. 63. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, SP: CEDES, 1998, p. 19-37.
- MURER, E., CASTRO, T., PESSINOTI, M. R. O Espaço democrático na Universidade. *Caderno da Universidade Democrática*, Campinas: agosto de 1996, p. 5.
- NADAI, J. A. Texto exposto na 317ª Reunião do Conselho Universitário da PUC-Campinas, 01.10.1998.
- PAIVA, V. *A Igreja Moderna no Brasil*. In. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PECHULA, M. A. A Filosofia no Ensino Médio: Da Importância Anunciada à Descaracterização Praticada. Mestrado em Educação. Campinas, SP: FE-UNICAMP, 2001.
- PENTEADO, T. A. et al. O espaço democrático da Universidade. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto de 1996, p. 7.
- PEREIRA LOPES, d. G. "Para a Universidade Para a Comunidade". *Jornal Diário do Povo*. Caderno 1, 12.09.1998, p. 3.
- PEREIRA LOPES, D. G. *Resposta às solicitações do Egrégio Conselho Universitário*, 15.10.1998.
- PEREIRA LOPES, D. Gilberto. *Portaria n. 001/96*.
- PESSOA, J. M. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Campinas, SP: Alínea, 1999.
- PIERUCCI, A. F. O.; SOUZA, B. M. e CAMARGO, C. P. F. Igreja Católica: 1945-1970. In PIERUCCI, A. F. O. et al. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª

edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 343-380. Col. História Geral da Civilização Brasileira. V. 11.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 143ª reunião do Conselho Universitário*, 04 de junho de 1980.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 144ª reunião do Conselho Universitário*, 07 de agosto de 1980.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 146ª reunião do Conselho Universitário*, 19 de agosto de 1980.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 148ª reunião do Conselho Universitário*, 25 de outubro de 1980.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 151ª reunião do Conselho Universitário*, 20 de janeiro de 1981.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 152ª reunião do Conselho Universitário*, 26 de fevereiro de 1981.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 292ª reunião do Conselho Universitário*, 21.03.1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 300ª reunião do Conselho Universitário*, 28 de novembro de 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 301ª reunião do Conselho Universitário*, 19 de dezembro de 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 317ª reunião do Conselho Universitário*, 1º de outubro de 1998.

PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. *Carta de Princípios*, 24.09.1992.

PROFESSORES DA FACULDADE DE LETRAS. *Carta de Princípios*, 07.10.1992.

REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO. *Campinas século XX: 100 anos de história*. Campinas, SP: RAC, 2000.

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (Ano VII), agosto de 1961, ns. 19/20.

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (Ano X). novembro de 1964, n. 25/26.

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (Ano III), dezembro de 1955 – março de 1956, n. 8/9.

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (Ano IV), outubro de 1957, n. 13.

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (Ano V), outubro de 1958, n. 15.

REVISTA DAS FACULDADES CAMPINAIRAS (Ano I), junho de 1954, n. 2.

SALEM, H. (Coord.). *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SANTANA, L. C. *Da gestação à crise de uma "caminhada" – as comunidades eclesiais de base da Igreja de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política*, UNICAMP, Faculdade de Educação, dissertação de Mestrado, 1988.

SANTANA, L. C. *Liberalismo, ensino e privatização: um estudo a partir dos clássicos da Economia Política*. UNICAMP, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado, 1996.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, D. *A nova Lei da Educação – LDB trajetória limites e perspectivas*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1997.

SIGRIST, J. L. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez, 1982.

SOUZA LIMA, L. G. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUZA, L. A. G. de. *A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, L. A. G. de. *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História*. Petrópolis: Vozes, 1982.

TANGERINO, M. R. P. *Os Impasses da prática política da Igreja Popular*. Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

TANGERINO, M. R. P.. *A política na Igreja do Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 1997.

TAUFIC, Noel Lázaro. *Requerimento*, 04.10.1988.

TAVARES, R. M. M. A PUCCAMP: texto e contexto. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto de 1996, p. 8.

TOLEDO, J. I. *Circular UPSCE/001/02*, 02/01/2002.

TOLEDO, J. I. *Ofício VP-01/04*, 09.01.2004.

TRIGO, L. G. G. O direito de uma instituição. *Jornal Correio Popular*, Caderno 1, 26.12.1996, p. 3.

ULLMANN, R. A. *A Universidade – das origens à renascença*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 10ª reunião do Conselho Universitário*, 10 de fevereiro de 1961.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 13ª reunião do Conselho Universitário*, 28 de agosto de 1961.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 15ª reunião do Conselho Universitário*, 19 de março de 1962.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 16ª reunião do Conselho Universitário*, 25 de junho de 1962.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 17ª reunião do Conselho Universitário*, 30 de agosto de 1962.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 18ª reunião do Conselho Universitário*, 28 de dezembro de 1962.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 23ª reunião do Conselho Universitário*, 06 de fevereiro de 1964.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 24ª reunião do Conselho Universitário*, 1º de abril de 1964.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 2ª Reunião do Conselho Universitário*, 15 de outubro de 1956.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Ata da 7ª reunião do Conselho Universitário*, 10 de março de 1960.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS., *Ata da 7ª Reunião do Conselho Universitário*, 10 de março de 1960.

VEIGA SILVA, J. F. B. *Carta à presidenta da APROPUC*, 09.10.1992.

VENTURA, C. S. C. et al. Sala de aula: espaço possível para a construção da cidadania. *Caderno da Universidade Democrática*. Campinas: agosto de 1996, p. 9.

WANDERLEY, L. E. W. *O que é universidade?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. 4ª ed. Trad. Régis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

Jornais

CORREIO POPULAR, Caderno 1, p. 4, 22.11.1984.

CORREIO POPULAR, Caderno 1, p. 4, 14.12.1984.

CORREIO POPULAR, Caderno 1, p. 4, 24.01.1985.